

Comisa: GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FUNDAÇÃO BUNGE,
FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL E FUNDAÇÃO VIVO COM ÊNFASES NA EDUCAÇÃO NO
BRASIL.

Gestão da Responsabilidade Social da Fundação Bunge, Fundação Itaú Social e Fundação
Vivo com ênfases na educação no Brasil

Kelly Cristhiany Vieira Vicente
Universidad Tecnológica Intercontinental

Carreira de Educação

kellycvvicente@gmail.com.br

“GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FUNDAÇÃO BUNGE, FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL E FUNDAÇÃO VIVO COM ÊNFASES NA EDUCAÇÃO NO BRASIL”.

Resumo

O desenvolvimento do trabalho relaciona-se com o estudo da Gestão da responsabilidade social da Fundação Bunge, Fundação Itaú Social e Fundação Vivo com ênfases na educação no Brasil. Num primeiro momento, busca analisar o exercício da gestão de responsabilidade social das mesmas, partindo de um contexto onde Brasil passa por sérios problemas educacionais, e apesar dos recentes avanços na política educacional, ainda são grandes os desafios do Estado e da sociedade civil. Para o desenvolvimento do estudo utilizamos como metodologia uma pesquisa de natureza pura, com uma abordagem quantitativa, tendo como desenho de investigação a tipologia não experimental, possuindo como nível de conhecimento esperado a pesquisa descritiva e utilizando como técnica e instrumentos de coleta de dados o procedimento bibliográfico, além do questionário aplicado aos gestores das Fundações. Apresenta como resultados mais expressivos a responsabilidade social das fundações no aspecto legal, no âmbito econômico na dimensão ética e no sentido filantrópico. Com a pesquisa ficou evidenciado que a gestão das fundações analisadas acontece em parceria com a sociedade civil organizada, com entidades do terceiro setor e com o governo em todas as esferas. Mostra que elas atuam de forma direta com as escolas públicas por meio de programas e projetos direcionados a educação, e relacionadas especificamente ao segmento de atuação de cada fundação. Por fim, conclui, que o exercício das mesmas ao fomentar a responsabilidade social no cenário da educação brasileira é de fundamental importância, sendo grandes agentes transformadores na busca da melhoria e ampliação da educação para todos.

Palavras-chaves: Gestão, responsabilidade social, educação, terceiro setor, Brasil.

“LA GESTIÓN DE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL DE FUNDACION BUNGE, FUNDACION ITAÚ SOCIAL E FUNDACION VIVO CON ENFASIS EN EDUCACIÓN EN BRASIL”

Resumen

El desarrollo del trabajo se relaciona con el estudio de la Gestión de la responsabilidad social de la Fundación Bunge, Fundación Itaú Social y Fundación Vivo con énfasis en la educación en Brasil. En un primer momento, busca analizar el ejercicio de la gestión de responsabilidad social de las mismas, partiendo de un contexto donde Brasil pasa por serios problemas educativos, y pese a los recientes avances en la política educativa, todavía son grandes los desafíos del Estado y de la sociedad civil.

Para el desarrollo del estudio utiliza como metodología una investigación de naturaleza pura, con un abordaje cuantitativo, teniendo como diseño de investigación la tipología no experimental, poseyendo como nivel de conocimiento esperado la investigación exploratoria y utilizando como técnica e instrumentos de recolección de datos el procedimiento bibliográfico, además del cuestionario aplicado a los gestores de las Fundaciones. Presenta como resultados más expresivos la responsabilidad social de las fundaciones en el aspecto legal, en el ámbito económico en la dimensión ética y en el sentido filantrópico. Con la investigación se evidenció que la gestión de las fundaciones analizadas ocurre en asociación con la sociedad civil organizada, con entidades del tercer sector y con el gobierno en todas las esferas. Muestra que ellas actúan de forma directa con las escuelas públicas a través de programas y proyectos dirigidos a la educación, y relacionadas específicamente al segmento de actuación de cada fundación. Por último, concluye, que el ejercicio de las mismas al fomentar la responsabilidad social en el escenario de la educación brasileña es de fundamental importancia, siendo grandes agentes transformadores en la búsqueda de la mejora y ampliación de la educación para todos.

Palabras-claves: Gestión, responsabilidad social, educación, tercer sector, Brasil.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a Gestão de responsabilidade social da Fundação Bunge, Fundação Itaú Social e Fundação Vivo com ênfases na educação no Brasil.

Atualmente existem muitas empresas que a cada ano são pressionadas tanto legalmente quanto socialmente para que tenham um olhar intenso das suas operações dentro e fora de suas paredes institucionais que resulte em impactos de suas políticas e ações nos seus empregados, clientes, comunidades e na sociedade como um todo. Na literatura o conceito de Responsabilidade Social é ainda muito complexo e dinâmico, com significados diferentes em contextos diversos, exigindo reflexões sobre o tema.

O Brasil passa por sérios problemas educacionais, e apesar dos recentes avanços na política educacional, ainda são grandes os desafios do Estado e da sociedade civil. Não apenas para elevar a educação a novos patamares de qualidade, mas também para levar a educação a todos os cantos de um país de dimensões continentais.

Diante desse contexto a participação do empresariado, enquanto agentes de políticas educacionais, vem sendo foco de estudos de vários pesquisadores, nos últimos tempos principalmente a partir da intensificação de diversas instituições da sociedade civil ligadas ao empresariado, em busca de espaços de educação formais e não formais, marcando um processo de redefinição da relação entre Estado, empresários e políticas educacionais. Assim, as ações de empresas e fundações se anunciam como uma possibilidade de elevação da qualidade e abrangência do ensino nas escolas públicas.

A intervenção do empresariado na agenda educacional dá ênfase a ineficiência do Estado no cumprimento de suas responsabilidades para assegurar a educação pública de qualidade, associada à indicação da revisão dos mecanismos de gerenciamento da educação, bem como do financiamento. Autores como Castro (1994) e Mello (2000), signatários dessas abordagens, defendem a sincronização dos sistemas educacionais brasileiros às transformações decorrentes do desenvolvimento das tecnologias e dos processos produtivos. Neste marco, apontam a participação de novos atores sociais, localizados na esfera não governamental apresentadas como

organizações sociais, mas também empresas de ramos diversos e seus respectivos aparelhos privados de hegemonia que são as Fundações, Institutos e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Segundo esta orientação, a participação do empresariado não só ganha notoriedade na agenda das políticas educacionais, pelo que também passa a ser concebida como um indicador de mobilização social em favor da educação pública, tendo como pano de fundo a associação entre o Estado e organizações públicas não governamentais.

Formulação do Problema e Perguntas de Investigação

Dessa forma, ampliando o horizonte e apontando novos elementos de análises sobre a gestão da responsabilidade social com ênfase na educação, a pergunta norteadora do estudo foi formulada nos seguintes termos: Como se dá o exercício da gestão de responsabilidade social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfase na educação? A partir desse ponto de referência, outros elementos constitutivos dessa questão levam a focar dimensões mais específicas, aqui apresentadas como questões auxiliares: Qual o exercício da Responsabilidade Social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfases na educação no aspecto legal, no âmbito econômico na dimensão ética no sentido filantrópico? Como se realiza o exercício da Responsabilidade Social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfases na educação? Quais as fortalezas e debilidades do exercício da Responsabilidade Social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfases na educação no Brasil?

Objetivos da Investigação

Como objetivo geral elegeu-se: Analisar o exercício da gestão de responsabilidade social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfase na educação no Brasil.

Em relação aos objetivos específicos, estes foram assim definidos:

Identificar o exercício da Responsabilidade Social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfase na educação brasileira no aspecto legal, no âmbito econômico na dimensão ética no sentido filantrópico. Descrever como se realiza o exercício da Responsabilidade Social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfases na educação brasileira. Identificar as fortalezas e debilidades do exercício da Responsabilidade Social Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfases na educação brasileira.

Justificativa e Viabilidade

O estudo justifica-se, pela importância da responsabilidade social, pois se tem tornado um dos temas debatidos e propagados tanto para a gestão empresarial quanto para a gestão educacional apontando como indicador importante na estratégia competitiva das Empresas e impactando na educação social brasileira.

Para tanto, a presente pesquisa motiva a realizar um estudo sobre organizações, aqui identificados por meias Fundações que desenvolvem um trabalho de responsabilidade social com ênfase na educação buscando contribuir para o desenvolvimento do cenário educacional.

A Responsabilidade Social das organizações, é utilizada de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, e a partir deste pressuposto é que as organizações buscam atender as demandas sociais, através da prática de Responsabilidade Social.

Deve-se destacar que os indicadores sociais têm sido cada vez mais utilizados para avaliar a situação da educação no Brasil. Esse uso tem sido intensificado nos últimos anos, principalmente por dois motivos: primeiro pela ampliação do grau de cobertura em todos os níveis de educação no país, fenômeno que exige um acompanhamento sistemático; e segundo pelo aumento de dados disponíveis sobre a educação brasileira, principalmente no que se refere à qualidade do ensino, formação dos professores e situação física das escolas.

A Educação está garantida em vários documentos legais dando aporte para que a mesma seja efetivada por todos os envolvidos, sendo ela, um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento sustentável, devendo ser acessível a todos.

Parte-se do pressuposto que ampliar o acesso e alcançar a equidade baseada em uma educação de qualidade para todos, é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social do nosso país, no entanto, esses aspectos vêm sendo amplamente disseminados, servindo, na maioria das vezes, como estratégia para justificar um processo silencioso de privatização da educação pública.

Nesse contexto, a intervenção passou de simples ação voluntarista para a perspectiva da Responsabilidade Social, através de projetos que interferem diretamente no currículo, na gestão e organização do trabalho pedagógico da escola, buscando garantir a sua maior eficiência e produtividade. Essa parceria empresa-escola é um processo que vem ocorrendo mundialmente, e está relacionando ao receituário das políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1990, sob o pretexto da ineficiência e reforma do Estado. Dessa forma, os empresários, através de suas fundações (organizações públicas não estatais), são chamados a contribuir e participar da construção de um sistema educacional público de melhor qualidade.

Para tanto, os resultados da investigação irão elevar o conhecimento sobre o tema, pois intenciona-se socializar as informações com os sujeitos da investigação tendo em vista reflexões aprofundadas sobre as formas de condução das ações, da democratização da gestão, do real atendimento às necessidades das demandas. Cabe ainda, apontar as contribuições, realizados pelas fundações a fim de auxiliar na revisão de condutas e procedimentos que conduzem ao sistema normativo da lei das

Fundações.

A relevância social da pesquisa está na análise profunda das vantagens alcançadas pelas empresas, como resultado de seus investimentos sociais. Com um enfoque baseado no ponto de vista da sociedade sustentável, objetiva-se identificar como a iniciativa privada colabora na mudança social por intermédio de ações na área educacional, beneficiando crianças e adolescentes da rede pública, e como essa atitude cidadã impacta na comunidade.

Quanto a Viabilidade dos estudos a pesquisa terá viabilidade técnica sendo que a metodologia definida para o estudo apresentará métodos e técnicas indicadas, tomadas em relação à tipologia da pesquisa. A mesma também terá a viabilidade política, pois a relevância da pesquisa, levando em conta a realidade contemporânea, a inter-relação do estudo com pesquisas já realizadas contribui para a busca das soluções que o problema demanda.

A mesma dispõe de antecedentes, pois ao realizar um balanço da produção acadêmica sobre a participação do empresariado como parceiros da educação mapeou-se algumas dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em educação no período de 2002 a 2016. Os trabalhos foram selecionados no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como critério de seleção as palavras-chaves: responsabilidade social empresarial, educação e Fundações. Este levantamento permitiu constatar que, de fato, ocorreu uma ampliação dos trabalhos de responsabilidade social com ênfases na educação. Entretanto, o mapeamento evidenciou que, apesar desta ampliação da participação do empresariado no contexto educacional, ainda são poucos os estudos realizados sobre a temática em questão. A inclusão da educação na agenda empresarial, portanto, não é recente e vem sendo estudado por grupos de pesquisas e programas de pós-graduação, conforme indicam: Souza (2016), Bose (2013), Tavares (2010), Barbosa Filho (2003), Lopes (2010), Silva (2007) e Moreira (2005). Estes estudos, embora apresentem a localização e objetos de análises distintos, têm em comum a problematização da participação dos empresários na educação, nos últimos anos.

São muitas as empresas que realizam um trabalho de responsabilidade social,

cada uma com foco diferenciado para áreas de demandas. Os participantes da pesquisa serão as Fundações Bunge, Itaú Social e Fundação Vivo, pois as mesmas possuem um maior investimento social na educação. A seleção das Fundações ocorreu por meio de análise de investimentos e ações realizadas na educação publicada pelas próprias empresas e por órgão de estudos que publicam os relatórios de impactos sociais.

O debate sobre Responsabilidade Social com ênfase na educação é considerado quase tão antigo quanto às próprias noções de empresa e negócios e tem assumido aspectos diferentes na mesma medida em que o papel e a influência das empresas na sociedade vêm se transformando no decorrer das últimas décadas, simultaneamente com as conquistas da humanidade no campo social.

Com o decorrer do tempo, porém, tais aspectos passaram a ser vistos como obrigações mínimas necessárias, e não como manifestações de uma consciência social por parte da administração da empresa.

MARCO TEORICO

Antecedentes de Investigação

O tema Responsabilidade Social é bem abrangente e polêmico, apesar de ser discutido a muitos anos. Após realizar uma pesquisa minuciosa sobre o tema, fundamentada em pesquisas, publicações, dissertações e teses realizadas acerca do tema em estudo, verificou a correlação com vários setores da sociedade, principalmente ligados a administração e a economia. Pode-se verificar que ainda são poucos os estudos que correlacionaram a Responsabilidade social com a Educação.

Tabela 1. Levantamento dos Antecedentes

AUTOR	ESTUDO
AllediFilho, C. (2002)	Ética, transparência e responsabilidade social corporativa.
Almeida, F. J. R. (2007)	Responsabilidade social das empresas e valores humanos: Um estudo sobre a atitude dos gestores brasileiros.
Alves, S. N. L.G. (2009)	Responsabilidade social: um pacto entre estado e sociedade civil no enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo.
Barbosa Filho, G. M. (2003)	Avaliação da efetividade do balanço como instrumento de divulgação e mensuração da responsabilidade social empresarial no Brasil.
Barboza, W. N. (2004)	Responsabilidade social como ferramenta estratégica de gestão de pessoas.
Bezerra, R. B. (2007)	Responsabilidade social corporativa: uma proposta metodológica para orientação de iniciativas.
Borges, F. G. (2001)	Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.
Bose, M. (2012)	Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local.
Cavalcanti, M. (2013)	Gestão social, estratégias e parcerias.
Cortez, R.C. (2013)	Ferramentas de responsabilidade social: uma análise comparativa.
Domeneghetti, A. M. M. de S. (2004)	Voluntariado no Brasil: marcas e mudanças.
Fedato, M. C. L. (2005)	Responsabilidade social corporativa: benefício social ou vantagem competitiva: um estudo das estratégias de atuação social empresarial e sua avaliação de resultados.
Garcia, J. B. (2002)	A filantropia empresarial ou de como transformar o negócio em social.
Guarany, G. P. B. (2003)	Responsabilidade social e educação para a cidadania: o caso furnas.

Guimarães, L. S. R. (2008)	Governança no terceiro setor: estudo descritivo-exploratório do comportamento de conselhos curadores de fundações empresariais no Brasil.
Lima, A.P. de F. A. (2004)	Ações de responsabilidade social: avaliando resultados e seus impactos na empresa e na sociedade.
Lopes, V. P. M. (2009)	A intervenção do empresariado na educação escolar: análise das diretrizes e ações no município de feira de Santana – BA (2001–2008).
Mattioli, J. W. (2012)	Práticas de responsabilidade social empresarial interna em pequenas empresas do grande ABC.
Mindlin, S. E. (2013)	A governança de fundações e institutos empresariais: um estudo exploratório.
Moreira, R.de O. (2005)	Responsabilidade social e sua implantação em projetos educacionais voltados para centros de apoio à população.
Pinto, W. G.(2003)	Responsabilidade social e criação de valor para a empresa: um estudo de caso de uma grande organização brasileira.
Pires, J.T.(2004)	Alianças estratégicas entre empresas privadas e órgãos públicos para atuação social: um estudo sobre influência em políticas públicas.
Rossini, V. B. (2007)	O desenho das relações de trabalho nas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos conveniadas com o estado.
Silva, J. C. (2007)	Um estudo comparado sobre as motivações que levam as empresas a investir em responsabilidade social.
Silvio L. T. B. (2007)	A importância da responsabilidade Social corporativa como fator de Diferenciação.
Siqueira, M. O. (2002)	Responsabilidade social empresarial: filantropia ou idealismo?
Souza, C. R. T.de. (2016)	Educação social e avaliação: indicadores para contextos educativos diversos.
Tavares, P.H.V. (2010)	Da responsabilidade social empresarial (RSE) e da ética: análise acerca dos impactos sobre o gestor empresarial hodierno no contexto nacional.
Tupinambá, S. M. C. (2006)	Responsabilidade social e sustentabilidade na perspectiva da empresa: motivações, finalidades e perfil de atuação para o desenvolvimento social.

A partir do levantamento dos antecedentes, apresentados na tabela acima, foi possível perceber que mesmo havendo uma preocupação com a qualidade da educação brasileira por parte de vários atores da sociedade, a mesma não está fortemente relacionada ao setor empresarial, estando ainda no olhar de responsabilidade única da esfera governamental.

Sendo assim, o desafio está em definir a importância da responsabilidade social com ênfase no cenário educacional. Ao realizar o levantamento foi possível elencar alguns trabalhos que serviram de referência para o desenvolvimento da presente tese.

Entre eles pode-se destacar:

Lopes, V. P. M. (2013) em sua tese: A intervenção do empresariado na educação escolar: análise das diretrizes e ações no município de Feira de Santana – BA (2001–2008). A mesma problematiza a intervenção do empresariado nas políticas educacionais empreendidas na rede municipal de educação de Feira de Santana - BA, no período de 2001 a 2008. Objetivou analisar as concepções e ações dos programas de parcerias entre o empresariado e o governo municipal, onde concluiu que as intervenções do empresariado nas políticas educacionais, sob a égide da responsabilidade social empresarial (RSE), vêm se constituindo num importante vetor para a promoção da imagem das empresas como promotores de serviços sociais, tendo como mote a implantação de um modelo eficiente e um padrão de produtividade, encontrado na gestão empresarial.

Já na Tese de Bose, M. (2013) os apontamentos foram sobre empreendedorismo social nas práticas organizacionais contemporâneas, a fim de se constituir em mais uma alternativa de combate à pobreza e à exclusão social, e de promoção do desenvolvimento sustentável. A tese buscou identificar, em três casos situados na Região Metropolitana de São Paulo, se e como tais empreendimentos sociais têm provocado mudanças significativas no desenvolvimento social dos territórios nos quais atuam. Resultados apontaram a existência de indícios de melhoria na qualidade de vida pessoal e familiar dos atores que participaram das iniciativas realizadas pelos empreendimentos sociais.

E na Tese Gestão das Fundações e responsabilidade social de Guerra, J. A. P. (2013) o mesmo objetivou compreender e explicar a gestão das Fundações da cidade de Franca/SP, explicando a Responsabilidade Social na efetivação dos planos de ação, referente ao atendimento das políticas sociais públicas e sua relação com as demandas sociais. Aponta o desenvolvimento das organizações não governamentais, caracterizado pelo Terceiro Setor, em grande parte atribuído às falhas do Estado, faz

com que amplie cada vez mais, atitudes de iniciativas privadas com sentido público. Evidencia o quanto se tornou essencial e emergente, a atuação das entidades não governamentais enquanto parceria imprescindível para o atendimento às demandas sociais. Durante o percurso da pesquisa, houve a percepção de que não existe um modelo de gestão próprio e exclusivo que atenda às demandas do mercado globalizado e nem formas e alternativas comuns em busca de atualização da gestão. Nesse sentido, cada Fundação apresenta situação particular e diferenciada manifestando atitudes em continuidade às normas, às regras, às estratégias que regem a legislação em vigor.

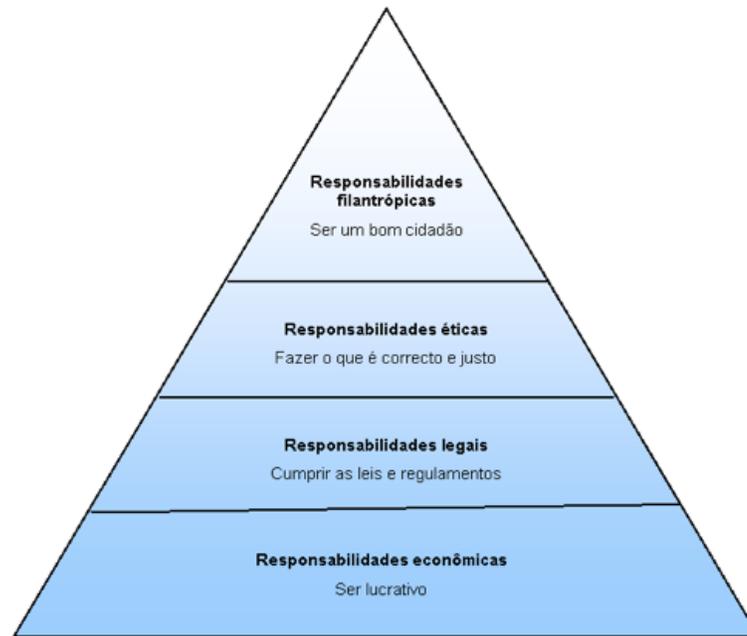
Diante da abordagem dos trabalhos apontados acima, os mesmos serviram de base para os estudos. Vale destacar que até o presente momento não foi elaborado estudos da responsabilidade social com ênfase na educação mediante as práticas de Fundações e Institutos que possuem como foco de investimento social a educação.

Bases Teóricas

A base teórica apresentada no presente estudo servirá de fundamento ao analisar os resultados da pesquisa. Com o intuito de descrever o exercício da gestão de responsabilidade social das empresas com ênfases educacional, buscará apresentar teorias a esse respeito.

Ao focar o estudo na Responsabilidade Social Empresarial, aponta-se Carroll (1999) com seu modelo proposto em forma de pirâmide que assenta em quatro estruturas (da base para o topo): Responsabilidade Econômica, Responsabilidade Legal, Responsabilidade Ética e, por último, Responsabilidade Filantrópica.

Figura 1. Pirâmide da Responsabilidade social segundo Archie Carroll (1999).



Para o autor, a base desta pirâmide revela-se na sua vertente econômica, na perspectiva da organização enquanto entidade lucrativa, isto é, o primeiro objetivo básico de uma entidade empresarial deve ser o de gerar retorno econômico à organização. Complementarmente, esse lucro deve ser legal - Responsabilidade Legal - devendo a entidade estar consciente das leis e das suas aplicação na sua atividade. Ainda, para além de existir um fluxo financeiro legítimo aos olhos da lei é necessário que os projetos desta entidade sejam éticos aos olhos da sociedade. No topo da pirâmide encontra-se a Responsabilidade Filantrópica que se revela pelo auxílio e contribuições que realizam para as comunidades envolventes, quer em recursos quer em melhorias da qualidade de vida, sendo que as empresas que atingem este patamar de Responsabilidade Social Empresarial muitas vezes separam-se da sua entidade primária de negócios passando a desenvolver projetos sociais para as suas envolventes. (1999).

Esta é uma perspectiva organizacional diferente da tradicional: já não importa apenas o retorno financeiro e as legalidades do mesmo, importa sim as suas ações inseridas num contexto social e econômico visando também as comunidades envolventes enquanto organismo atuante em sociedade.

Com base nos quatro eixos apresentado pelo autor supracitado se fará o desenvolvimento teórico de forma detalhada em itens e subitens correlacionados com a educação, sendo esta foco principal da pesquisa.

Aspectos legais da Responsabilidade Social

Atualmente existem muitas empresas que a cada ano são pressionadas tanto legalmente quanto socialmente para que tenham um olhar intenso das suas operações dentro e fora de suas paredes institucionais que resulte em impactos de suas políticas e ações nos seus empregados, clientes, comunidades e na sociedade como um todo.

No contexto da responsabilidade social, tem se legalmente alguns agentes responsáveis pelo desenvolvimento educacional brasileiro. Nele encontram-se as empresas que são obrigadas a realizar investimentos sociais. O governo tanto na esfera municipal, estadual ou federal é o responsável em criar leis de incentivos fiscais e sociais além de fiscalizar e acompanhar as ações empresariais. Um outro agente neste processo, são as entidades do terceiro setor, ou seja, as entidades não governamentais sem fins lucrativos, sendo as principais executores de projetos com recursos fiscais.

Contextualização da Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é um tema recente, polêmico e dinâmico, envolve desde a geração de lucros pelos empresários, até a implementação de ações sociais das empresas que beneficiam a sociedade, contribuindo com a política social. É uma forma de gestão que pretende diminuir os impactos negativos no meio ambiente e comunidades, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e reduzindo a desigualdade social.

A sociedade costuma valorizar empresas que praticam a filantropia ou que protege o meio ambiente. Por traz de uma ideia generosa, podem estar incentivos oferecidos pelo governo, como a diminuição dos encargos fiscais, imunidades ou isenções tributárias.

O tema responsabilidade Social iniciou-se já na transição da economia agrícola para a industrial, com a crescente evolução tecnológica e a aplicação da ciência na organização do trabalho, mudando o processo produtivo.

Outro momento em que a Responsabilidade Social veio aparecer foi por volta de 1933 e se estendeu até 1970, esse período foi marcado pelo pensamento keynesiano, onde houve a intervenção do Estado na Economia, período pós-industrial.

Mais foi na década de 1970 que os trabalhos desenvolvidos a respeito do tema ganham destaque.

Nesse contexto, Preston e Post (apud Borger, 2001) desenvolvem um estudo em que “propõem o termo responsabilidade pública, pois entendem que a responsabilidade social é uma função da gestão das organizações no contexto da vida pública”.

É neste momento que a definição Responsabilidade Social tem um de que as companhias têm impacto e interferem na sociedade ao desenvolverem suas atividades, porém há grande dificuldade em se definir onde é o limite entre o público e o privado no campo de atuação empresarial.

A Responsabilidade Social Corporativa nos sugere três interpretações distintas para esse conceito. Pode significar o cumprimento das obrigações legais e o comprometimento com o desenvolvimento econômico. Essa é uma abordagem industrial do conceito.

A segunda interpretação sugere o uso da expressão designar o envolvimento da empresa em atividades comunitárias. Alguns autores divergem do conceito supra citado, pois dizem que o melhor significado para essa expressão seria cidadania empresarial.

De acordo com essa abordagem, na opinião de Frei Betto (2001),

Uma empresa convencida de sua responsabilidade social não se restringe a cumprir rigorosamente as leis trabalhistas. Ela avança na direção de constituir-se numa comunidade. Transformar a empresa numa comunidade não consiste apenas em recusar mão de obra infantil e oferecer aos funcionários condições dignas de trabalho e benefícios. É, sobretudo, inserir no quadro de alcance da empresa o tendão de Aquiles de todo ser humano: a família.

Cada autor interpreta de uma maneira a responsabilidade social, porém todos chegam no mesmo consenso que é de bem feitorias para comunidade ao redor da corporação.

Para D'Ambrósio e Mello (apud Melo Neto e Froés, 2001) A responsabilidade social de uma empresa consiste na sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente a minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce.

Nessa perspectiva, o conceito de responsabilidade social é entendido como um compromisso da empresa com a sociedade na busca da melhoria da qualidade de vida da sua cadeia produtiva: clientes, funcionários, fornecedores, comunidade, meio ambiente e sociedade (Schommer, 2000).

A legislação brasileira e a Responsabilidade Social

As empresas são agentes importantes e têm um papel preponderante na sociedade atual, influenciam as esferas políticas e legais de decisão e vice-versa.

Friedman (1985) é um crítico feroz das ações e decisões tomadas pelos administradores para a contribuição social em detrimento dos interesses da corporação. E cita como exemplos: deixar de aumentar preços dos produtos para contribuir com o objetivo social de prevenir a inflação com o objetivo de reduzir a poluição despendendo recursos que vão além dos requisitos legais para a melhoria do meio ambiente, à custa dos lucros da corporação; contratar desempregados em vez de trabalhadores mais qualificados com o objetivo de reduzir a pobreza.

Outro agente com maior responsabilidade social é o governo. Este tem a obrigação legal em desenvolver o cenário educacional com qualidade e com acesso a todos. Juridicamente existem vários documentos legais que faz com que o governo priorize a educação e busque forma de combater os altos índices de analfabetismos e outros problemas educacionais existentes. Fundamenta-se então em várias legislações que abordam o tema.

Primeiramente a educação é garantida a todos os brasileiros na Constituição da República de 1988, em seu artigo 205, onde dispõe que a educação no Brasil visa, entre outras coisas, o preparo da pessoa para o exercício da cidadania.

Do mesmo modo, a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em seu artigo 1º, dispõe que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001) – PNE. É um instrumento de planejamento do Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Nele estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis infantil, básico e superior a serem executados nos próximos dez anos. O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais.

O PNE é uma lei viva, a ser lida, revisitada e, principalmente, observada. O seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação.

E, seguindo a mesma linha, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) estabelecem a cidadania como eixo orientador da educação escolar. É um documento que orienta quanto ao cotidiano escolar, os principais conteúdos que devem ser trabalhados, a fim de dar subsídios aos educadores, para que suas práticas pedagógicas sejam da melhor qualidade.

Em sua abordagem, os parâmetros curriculares nacionais definem que os currículos e conteúdos não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas que as práticas docentes devem encaminhar os alunos rumo à aprendizagem.

Assim, a educação escolar, além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a incumbência de preparar as pessoas para o exercício da cidadania. Atribui-se à escola o papel de formar cidadãos aptos a interferir positivamente na realidade social, contribuindo para a edificação de uma democracia substancial. Nessa perspectiva, objetiva-se fazer da escola um modelo de prática democrática que leve os alunos a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres, e como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e da liberdade dos outros (Delors, 2003, p.61).

Com efeito, para além dos dispositivos legais, a proposta de uma educação para a cidadania vem ganhando espaço no Brasil e no mundo capitalismo consolidou-se e difundiu-se a crença na escola como instituição responsável pelo progresso e pela posição social dos indivíduos.

Além das empresas e do governo existem o terceiro como agente responsável pela cobrança e efetivação das políticas de responsabilidade social.

Para Paes (2004), até pouco tempo tínhamos conhecimento apenas de dois setores, o público e o privado. A Administração Pública compreende-se ao Estado e a sociedade, e o privado compreende-se ao Mercado, iniciativa particular e os indivíduos.

Também afirma que o convívio entre esses dois setores sempre foi e ainda é tumultuado por questões de limites. Eis que começa a surgir o Terceiro Setor que tem como papel pelo menos em tese de atender a sociedade sem as limitações do Estado.

O autor supracitado ainda esclarece que são poucos os autores que tratam do assunto do Terceiro Setor e que por isso para conceitua-lo é imprescindível conhecer o Terceiro Setor como mobilizador de recursos humanos e materiais que impulsionam ações voltadas exclusivamente para o desenvolvimento social, e que dele fazem parte as sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, todas com interesse social.

A organização da sociedade é vista pelos economistas neoclássicos como a divisão em grandes áreas funcionais, cada uma delas com sua função: a função política está a cargo das organizações políticas, como sindicatos e representantes dos trabalhadores que apoiam e defendem seus interesses; a função social compete ao governo que é responsável pelo bem estar geral; e a função econômica compete aos

negócios que são responsáveis pela maximização do lucro pela manutenção de uma competição pujante. A independência dessas três esferas protegeria a liberdade individual e a competitividade do mercado.

Já as questões éticas estão na esfera individual; já na sociedade elas se manifestam por meio das normas e padrões de condutas sociais estabelecidas, as quais se refletem no arcabouço legal e jurídico. Quando essas normas e padrões são violados tornando intoleráveis alguns aspectos dos negócios, cabe à sociedade por intermédio de suas instituições legais coagirem as empresas a cumprir as regras e os padrões legalmente estabelecidos.

A legalidade da responsabilidade social está associada ao ponto de vista econômico, sendo necessário verificar quais os dispositivos legais que regulam a matéria, analisando qual a eficácia e aplicabilidade das normas das empresas. Em outras palavras, busca-se verificar se as corporações estão obrigadas a sacrificar seus lucros para ter uma conduta socialmente responsável.

No Brasil, um conceito aceito de RSE foi o dado pelo Instituto Ethos (1998):

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

O conceito supracitado afirma que a RSE atua em dois âmbitos. No âmbito interno, as obrigações de uma empresa relacionam-se com seus acionistas, administradores e trabalhadores, pessoas que contribuem diretamente para o funcionamento da empresa; no externo, no relacionamento com fornecedores, credores, consumidores e a comunidade em que ela atua.

A questão da legalidade da responsabilidade social no âmbito governamental está associada a estrutura da forma de governo adotada por nosso País, pois dela é que partem os limites dos representantes políticos.

O Brasil, adotou o sistema de República que representa um regime político de igualdade formal entre as pessoas, adotado desde 1889 e regulamentado através da Constituição Federal de 24/2/1891, que assim dispunha: “Todos são iguais perante a lei.

A Constituição Federal Brasileira (1988, p. 56) sentencia ao povo desta nação, no parágrafo único de seu artigo primeiro, que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. É ainda nossa Carta Maior que define no artigo terceiro e também em seus incisos que: constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988).

Analisando o primeiro objetivo apresentado na constituição percebe-se que nossa atual sociedade já nasce livre e independe da vontade ou iniciativa do governo, que não pode, sob pena de ferir princípios constitucionais, retirar de nós tal direito vitalício. A solidariedade prevista na lei é empírica e subjetiva, e representa, segundo nossa interpretação, o espírito de igualdade social a ser seguido pelos integrantes da República, especialmente o governo.

Acredita-se que dependa muito mais do governo que do povo, pois ele possui a ferramenta legislativa que permite balizar a economia para evitar a desigualdade social, que se dá por meio da cobrança de tributos e sua simultânea repartição. A cobrança de tributos não desbanca o princípio republicano, que traz no âmago a igualdade entre as pessoas, desde que não afronte outro princípio, o da igualdade tributária, ou seja, a lei que trata sobre tributos deve ser igual para todos, sendo vedado atingir uns em detrimentos de outros, o que quebra a isonomia republicana.

Quanto a “Garantir o desenvolvimento nacional” verifica-se que é de responsabilidade dos representantes da União Federal, criar planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social. A elaboração de um plano não abona a ação do representante do Poder Executivo, pois um dos ingredientes de todo plano é sua viabilidade econômica, prazo para concretização e pronta ação.

Referente a “Erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” Cabe ao povo cobrar as promessas, para que se tenham melhores programas sociais como mecanismos para o combate da desigualdade social, que reflete no embate direto da marginalização, no combate à fome e pobreza, sendo este, um dos maiores desafios do governo brasileiro.

E por fim ao último objetivo citado “ Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” tem-se a responsabilidade social do governo, além de primar pela harmonia do povo lhe conferindo bem-estar, também inibe a prática dos referidos preconceitos por normas específicas. O governante que não deve poupar esforços para permitir a justiça social por meio de desenvolvimento planejado de desigualdade, visando banir a pobreza e a fome, falta com sua responsabilidade social.

A redução das desigualdades sociais e regionais, a erradicação da pobreza e da marginalização, determinada pelo inciso terceiro, impõe ante a pobreza generalizada, todos os esforços para sua extirpação como única saída para o extermínio das desigualdades sociais. Sem esquecer ainda, da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, na qual se fundamenta o princípio constitucional da isonomia que consagra a igualdade formal, a todos os cidadãos brasileiros, uma vez que é uma nação formada pelo conjunto de diversas etnias.

O conjunto somado desses incisos constitucionais são os fundamentos que permitem cunhar a expressão responsabilidade social governamental, ao mesmo tempo em que admitem e impõem ao Estado, toda e qualquer forma lícita de apoio, necessário a sua realização.

Acredita-se, então, que o fomento às práticas de responsabilidade social empresarial, pelo Estado, às organizações do segundo setor, ainda que com o

aproveitamento de alguma forma de incentivo ou renúncia fiscal ou, por meio de incentivos ou imunidades tributárias concedidas às organizações do terceiro setor, é sem qualquer dúvida, obrigação constitucional a ser cumprida pelo gestor público na forma de RSG.

Neste sentido Di Pietro, (2008. p. 24) salienta:

A Constituição de 1988 deixou claro que determinados serviços, também do capítulo da ordem social, não são exclusivos do Poder Público; aliás, com relação a essas atividades – os serviços públicos sociais – em especial saúde e ensino, ficou consagrada dupla possibilidade: prestação pelo Poder Público, com a participação da comunidade ou prestação pelo particular.

No entanto, não significa que esses apoios, serão realizados sem o devido acompanhamento e fiscalização em relação aos resultados a serem alcançados no que se refere ao suprimento das demandas sociais e ambientais, assumidos pelas empresas, em seus compromissos relacionados às práticas de responsabilidade social empresarial.

Âmbito econômico da Responsabilidade Social

Ao abordar os aspectos econômicos primeiramente temos que observar as múltiplas ocorrências de transformações de ordem econômica, política, social e cultural, o que leva a estimular o aparecimento de novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedade, e gera impactos consideráveis nas formas de gestão das empresas.

A educação é um dos caminhos a se percorrer na busca dessas transformações pois é de fundamental importância investir em educação para alcançar o desenvolvimento econômico sustentável, e buscar a erradicação da pobreza, a equidade e a inclusão na educação, sendo que a educação detém a chave para a

produtividade e para o crescimento organizado, criando assim uma condição ideal para o alcance de todos, tornando-se necessário constantes investimentos em educação.

Investimentos na educação

A nova visão repercute tanto na área da gestão quanto na do processo produtivo em si, salientando-se um conjunto de obrigações que conduzam as instituições à corresponsabilidade pelo combate às desigualdades socioeconômicas incrementadas pela globalização.

Para Kon (2013) “a crescente e intensa globalização socioeconômica que impera na atualidade significa uma interação internacional de produção, mercados e hábitos sociais e culturais”.

O conceito de crescimento econômico é tradicionalmente entendido como a consecução do aumento da produção para se adequar ao aumento do crescimento populacional que durante muito tempo, foi entendido também como a elevação do bem estar da população por meio de reformas estruturais ligadas ao aumento da produção e do consumo global.

Segundo a autora supramencionada este modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, pois, de um lado, observa-se riqueza e melhora do bem-estar em sociedades específicas em relação a padrões de períodos anteriores da história mundial. Por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam cada vez mais.

Tem-se observado o surgimento de novas tendências de relacionamento entre os participantes desse contexto de desenvolvimento, na aproximação dos interesses das organizações produtivas privadas e da sociedade, o que resulta em esforços múltiplos para o atendimento de objetivos compartilhados. Novos modelos de organizações emergem como reflexo da convergência entre metas econômicas e sociais, envolvendo a preocupação com a elevação do padrão de qualidade de vida de suas comunidades.

Segundo Kon (2013): As empresas, como “organizações cidadãs”, com esta finalidade, recebem a incumbência ética da sociedade de desenvolverem um processo

de responsabilidade social em suas tomadas de decisão, embora a consecução desta convergência não seja um caminho rápido, ou mesmo totalmente possível.

Ao adentrarmos no contexto educacional, vários são os motivos econômicos para ter-se um olhar prioritário na busca do fortalecimento da cidadania e a promoção de habilidades necessárias a um desenvolvimento humano pleno e sustentável. Para tanto, faz-se necessário visualizar os dados do cenário educacional brasileiro.

A educação em dados

A educação sempre foi alvo de muitos estudos e pesquisas realizadas por várias organizações que possuem esses objetivos. Analisar aspectos educacionais com base em dados é algo muito complexo, pois os dados mudam constantemente e o mesmo pode ser avaliado de diferentes formas.

Com base em algumas pesquisas o presente estudo mostra primeiramente a educação em dados com o olhar em nível de mundo, pois a UNESCO após iniciar os Relatórios de Monitoramento de EPT (Educação para todos), que teve início em 2000, no Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal, onde 164 governos concordaram como *Marco de Ação de Dakar, Educação para Todos: Cumprindo nossos Compromissos Coletivos*, que lançou uma agenda ambiciosa para alcançar seis objetivos educacionais de amplo alcance até 2015, conforme descrito abaixo:

- Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;
- Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;
- Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015;
- Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao

acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;

- Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Neste relatório, a Diretora geral da UNESCO (2015) Irina Bokova aponta que muito progresso foi feito no mundo desde 2000, mas ainda não se chegou onde se pretende. Apesar dos esforços empreendidos por governos, sociedade civil e comunidade internacional, o mundo não alcançou a Educação para Todos.

O relatório aponta vários aspectos, entre eles, um aspecto positivo, o número de crianças e adolescentes fora da escola diminuiu quase pela metade desde o ano de 2000. Estima-se que 34 milhões de crianças a mais terão frequentado a escola em decorrência do progresso mais rápido desde o fórum Mundial de Educação em Dakar. Muito progresso foi feito para alcançar a paridade de gênero, principalmente na educação primária, apesar de disparidades de gênero continuar a existir em quase um terço dos países com dados disponíveis.

Segundo a autora supracitada os governos também aumentaram os esforços para medir os resultados da aprendizagem por meio de avaliações nacionais e internacionais, usando-as para garantir que todas as crianças recebam a educação de qualidade que lhes foi prometida. Ainda assim, com todo esse progresso, 15 anos de monitoramento mostram resultados moderados.

Os dados mostram que ainda há 58 milhões de crianças fora da escola no mundo e cerca de 100 milhões de crianças que não completarão a educação primária. A desigualdade na educação aumentou, com os mais pobres e desfavorecidos carregando o maior fardo. As crianças mais pobres do mundo têm chances quatro vezes maiores de não frequentar a escola quando comparadas às crianças mais ricas do mundo, e cinco vezes maiores de não completar a educação primária.

Os conflitos continuam a ser uma barreira: entre a população que vive em zonas de conflito, a proporção de crianças fora da escola é alta e está aumentando. De maneira geral, a baixa qualidade da aprendizagem no nível primário ainda faz com que milhões de crianças deixem a escola sem terem aprendido o básico. (UNESCO, 2015).

A falta de investimentos também foi outro aspecto apontado no relatório. Apontamentos mostram que apesar dos governos aumentarem os investimentos na educação, os mesmos não são suficientes, havendo sempre a necessidade de buscar mais recursos., tanto por parte do governo quanto das empresas investidoras em educação.

Apesar dos avanços, novas metas educacionais devem ser criadas de forma mais específicas, relevantes e mensuráveis, para que todo cidadão possa usufruir de seu direito à educação.

Ao analisar o contexto da educação brasileira, buscou obter dados apresentado pelo Ministério da Educação por meio do Censo da Educação 2015, realizado com base no levantamento com indicadores referentes a todos os níveis de ensino no Brasil. O referido censo apresenta números que mostra que, embora o Brasil seja um dos países que mais investe em educação no mundo, ainda há desafios fundamentais e estruturais para melhorar os índices. Esses números ajudam a explicar o nível educacional do Brasil atualmente.

Por meio deles pode-se observar que o país tem avançado no cumprimento das metas e em números absolutos, mas ainda é desigual e tem pontos básicos para avançar, como a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo.

O Censo (2015) publicado pelo MEC possibilita ter uma visão da Educação brasileira atual em alguns aspectos como:

► Muita gente longe da sala de aula.

O Censo (2015) da Educação mostrou que há 3 milhões de crianças entre 4 e 17 anos sem acesso à escola. O número contraria o Plano Nacional de Educação, que prevê que todas as crianças até 17 anos devem estar matriculadas. A fase mais crítica é na faixa de quatro anos (690 mil crianças estão fora da escola) e 17 anos (932 mil adolescentes sem estudar).

► Falta de formação adequada para os professores.

Dos 518 mil professores na rede pública no país, 200 mil dão aulas em uma área diferente da que se formaram. Na disciplina de física, por exemplo, mais de 68% dos professores são formados em outras áreas. Geografia, história e ciências também têm uma alta porcentagem de formação inadequada. Além disso, 52% dos professores

sequer completaram o ensino superior. Segundo o MEC esta falta de formação ocorre devido aos baixos salários ofertados aos professores..

► Aprender a ler e escrever ainda é um desafio.

Os dados do censo mostram que há diferenças na taxa de aprovação por série. No 1º e 2º anos, por exemplo (onde os alunos têm, em média, 6 e 7 anos e estão sendo alfabetizados) a taxa de aprovação é de 97,5% e 96,5%. No 3º ano, fase final da alfabetização, ela cai para 87,8%. Hoje, 77,8% das crianças chegam ao 3º ano com aprendizagem adequada em leitura. Em relação à matemática, o número cai: menos da metade dos alunos (42,9%) têm aprendido suficiente na disciplina.

► Compreensão de textos simples ainda é dificuldade.

Embora estejam melhorando nos últimos anos, as taxas de analfabetismo no país ainda são altas - mais altas do que recomenda a Organização das Nações Unidas. 13,2 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever - o número equivale a 8,3% da população brasileira, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2014. Além disso, estima-se que 27% da população brasileira não consegue compreender textos simples, segundo dados de 2012 do Instituto Paulo Montenegro. O índice mostra que uma parcela considerável da população que chegou ao ensino médio ou mesmo à universidade avançou nos estudos sem conseguir avançar na compreensão de textos ou em matemática. Em 2012, 8% dos alunos do ensino médio e 4% dos universitários eram analfabetos funcionais.

A meta do Plano Nacional de Educação é erradicar o analfabetismo e reduzir pela metade o analfabetismo funcional até 2024.

► A desigualdade do país se reflete na educação.

O índice de analfabetismo varia muito de região para região do Brasil. O Nordeste concentra os piores índices: segundo a Pnad, 16,9% da população local era analfabeta em 2014. Na região Sul, o número era de 4,4%. Também há diferença em relação à cor da pele. Em 2012, 80% dos brancos eram funcionalmente alfabetizados. Entre os negros, o número caía para 64%.

► O Brasil tem aumentado seus gastos com educação, mas precisa de eficiência.

O país dedica 5,6% do Produto Interno Bruto à educação - são 19% dos recursos públicos destinados ao ensino. A fatia é superior à média dos países avaliados pela

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). No entanto, por aluno, o país gasta anualmente US\$ 2,9 mil - média muito inferior a US\$ 8,9 mil dos países avaliados pela entidade. O número de matrículas cresce, mas o país tem altas taxas de evasão, reprovação, distorção idade-série e baixo desempenho. Para a OCDE, o país deveria aumentar a eficiência dos gastos. Isso poderia ser feito com uma reorientação no orçamento, investindo em educação básica para reduzir a necessidade de gastos corretivos nos anos posteriores.

► Dados se refletem no baixo desempenho

O Brasil foi o país que mais subiu sua média de pontuação no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da OCDE. No entanto, o desempenho do país ainda é baixo. Em um ranking de 65 países, o Brasil está na 58ª posição. Ao se analisar disciplinas específicas, nossa situação muda ligeiramente - e piora. As melhores notas dos alunos brasileiros é relacionada à leitura: estamos no 55º lugar. Em matemática, no entanto, caímos para a 59ª posição.

Após analisar os aspectos apontados acima, percebe-se que novas políticas educacionais devem ser implantadas, apontando limites e possibilidades para o enfrentamento dos desafios postos à educação na atualidade. Esses desafios e limites para consolidação da escola pública de qualidade para todos, revelam, ainda, que há muito que avançar e demonstram o que chama-se a crise da escola, da educação formal regular e das políticas educativas.

Investimentos na educação segundo o GIFE

A educação tem sido, há vários anos, a área temática com maior participação dos investidores sociais do campo privado no Brasil. De acordo com o Censo GIFE 2015, apenas dezessete (15%) dos 113 associados que participaram do estudo declararam não atuar nessa área.

Lima (2014) em seu artigo argumenta “O desafiador cenário da educação brasileira e a aposta dos investidores sociais nas oportunidades geradas pela educação para o desenvolvimento individual e social, bem como sua potencial contribuição para a

redução das desigualdades, estão entre os principais fatores mobilizadores da decisão das 96 organizações que declararam atuar nesse campo”.

Apesar da alta prioridade dada pelos investidores sociais privados à educação, sua legitimidade como ator relevante nesse cenário ainda não é unanimemente reconhecida. As iniciativas promovidas por institutos, fundações e empresas, em especial quando vinculadas à educação pública, não raramente enfrentam resistências que limitam sua potencial contribuição.

Muitas vezes essa resistência tem origem em falsos estereótipos sobre as concepções e motivações que levariam o investidor social privado – ainda mais recorrentemente quando vinculado a grupos empresariais – a destinar recursos financeiros e humanos à educação dos “menos favorecidos”.

Por outro lado, a visão do mundo privado por vezes desconhece e subestima a complexidade das questões da esfera pública e tende a propor caminhos pouco aderentes à realidade, que não respeitam a cultura, as práticas e a trajetória de quem atua cotidianamente no enfrentamento dos grandes desafios presentes na educação brasileira. Produzir conhecimento sobre a atuação dos investidores sociais privados no campo da educação é uma forma de torná-la mais transparente, permitindo melhor compreender e mais claramente caracterizar as múltiplas abordagens adotadas e como essas se materializam em parcerias e em estratégias estruturantes das várias iniciativas em curso. Lima (2014).

No entanto, é bastante difícil generalizar a forma de atuação dos investidores sociais privados na educação, em virtude de sua grande diversidade, a começar pelo volume de investimentos, que varia entre orçamentos de algumas centenas de milhares de reais.

A educação segundo o Ministério da Educação (MEC)

A educação é um fenômeno observado toda a sociedade sendo ela responsável pela sua manutenção, perpetuação, transformação e evolução da sociedade a partir de normas ou condução de conhecimentos, às diversas gerações necessária para o convívio dos membros que constituem a sociedade

A mesma passou por reforma e somente em 2003 por meio do decreto nº 4.791, de 22 de julho de 2003 é que ficou estabelecida a estrutura regimental do MEC estabelecendo como área de sua competência: política nacional de educação; educação infantil; educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, ensino de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; avaliação, informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. Além das suas competências o Ministério da Educação desenvolve ações ligadas a Educação especial, Educação superior; Educação profissional e tecnológica; Educação infantil; Educação a distância; Educação do campo; Educação indígena; Educação ambiental.

Percebe-se então que são muitas as áreas de atuação do MEC, conseqüentemente são muitos os recursos a serem aportados por parte do governo Federal para suprir todas as demandas. Sendo assim, ao fazer uma análise sobre Investimento público na educação, pode se verificar no último relatório internacional publicado na *Education at a Glance* (OCDE) - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico em 2015 que o Brasil está entre os países que mais investiram em educação nos últimos anos.

O resumo da educação brasileira comparada com outros países pode ser analisada por meio da "*Education at a Glance*", sendo este, um estudo anual que apresenta dados sobre a estrutura, o financiamento e o desempenho de sistemas educacionais de países membros da organização, além de nações parceiras e integrantes do G20, este tem como objetivo traçar uma visão geral dos sistemas educacionais desses países e possibilitar aos gestores a comparação internacional de aspectos de políticas nessa área, além de fomentar a reflexão sobre os esforços empreendidos no setor.

De acordo com este relatório, o Brasil destaca-se como um dos países onde houve o maior crescimento da proporção do investimento público voltado para a educação. No Brasil, em 2012, 17,2% do investimento público total foi destinado para a educação. Em 2005 esse percentual foi de 13,3%. Entre os 38 países analisados em

2012 para este recorte, apenas México e Nova Zelândia dedicaram maior proporção do que o Brasil.

O volume de recursos que o Brasil tem investido nos últimos anos na educação básica demonstra também a escolha do país de priorizar a qualidade no ensino. No ano de 2000, o Brasil havia investido 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação básica, enquanto a média dos países da OCDE foi de 3,5% do PIB. Em 2012, o investimento em educação básica no Brasil foi da ordem de 4,7% do PIB, enquanto a média OCDE é de 3,7%.

A qualidade dos recursos educacionais escolares brasileiros é outro destaque. O crescimento do índice no Brasil atinge quase o dobro em comparação com o crescimento da média da OCDE. Enquanto o Brasil cresceu 0,63 pontos, de 2003 a 2012, o crescimento médio da organização para o mesmo período foi de 0,36.

Segundo a OCDE (2015) a análise foi construída a partir da percepção dos diretores de escolas e leva em conta o índice de qualidade dos recursos escolares do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). O avanço brasileiro se reflete principalmente na quantidade e adequação de livros utilizados em sala de aula e o uso de computadores e softwares para fins pedagógicos.

O documento da OCDE (2015) traz informações educacionais referentes ao ano de 2013 e dados financeiros relativos a 2012 de 46 países que em algum momento fazem parte da análise dos dados. Além de oferecer uma visão geral dos sistemas educacionais dos 34 países membros da OCDE, o *Education at a Glance* possibilita a comparação internacional dos sistemas educacionais de diferentes nações. Assim como a Rússia, o Brasil não está entre os países membros da OCDE, mas tem se destacado por ser uma das nações mais ativas na construção do relatório.

Na comparação por faixa etária, o relatório mostra que o nível de escolarização da população vem aumentando em todos os países que fazem parte do estudo. No Brasil, o percentual de adultos que não têm ensino médio diminuiu entre diferentes gerações. Comparadas as pessoas de 55 a 64 anos de idade, a proporção de não concluintes de ensino médio é de 72% nessa faixa etária e de 39% entre aqueles de 25 a 34 anos. Esse é um dos maiores avanços registrados entre os países com dados disponíveis.

No quesito número de alunos por professor, por exemplo, em média os países da OCDE registram 15 estudantes em cada sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental. No Brasil, esse número é em média um pouco maior (21). Entretanto, a quantidade de alunos brasileiros por professor é menor que a de outros países latino-americanos como Chile (23), Colômbia (25) e México (28).

Análise dos investimentos na educação

Ao analisar os investimentos realizados por empresas na educação, faz-se necessário primeiramente analisar se os investimentos públicos são suficientes para uma educação de qualidade para todos.

A pesar dos dados publicados pelo governo por meio do portal MEC – Ministério da Educação conforme referenciado no item anterior estando o Brasil entre os países que mais investiram em educação nos últimos anos, a realidade educacional ainda tem muito a melhorar. É ainda muito polêmico e problemática o tema “Educação de qualidade” em todos os níveis.

Os investimentos ainda são poucos e uma reforma administrativa na legislação brasileira deve ser emergencial. Atualmente a Constituição determina pisos de gastos com a educação para o Executivo federal, estadual e municipal. Legalmente a União precisa alocar **18% de sua receita líquida** para essa área, enquanto estados e municípios devem destinar **25% da receita líquida** e transferências constitucionais.

A educação também conta com os recursos da contribuição salário-educação, cobrada de empresas em geral e entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral da Previdência. Esses recursos são investidos em projetos e ações voltadas para o financiamento da educação básica. Um terço dos valores fica com a União, enquanto os dois terços restantes são distribuídos proporcionalmente entre municípios e estados.

Todo esse gasto deve ser realizado com base em um planejamento. E é no Plano Nacional da Educação que estão estabelecidas as diretrizes e estratégias para a política educacional brasileira para os próximos anos. Suas metas abordam questões do ensino infantil ao superior, passando pela valorização dos professores e pelo investimento em infraestrutura das instituições. Para cumprir o plano em sua totalidade,

contudo, a lei que o legitima impõe o comprometimento gradual do PIB brasileiro com a educação, obrigando o Estado brasileiro a investir, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto até 2024 apenas com esse setor social.

Regadas (2016) nos faz questionar se um maior grau de investimento no ensino seria a solução ideal para dar fim ao sucateamento da educação nacional ou um redirecionamento dos recursos para ela já designados. A autora aponta que nos anos entre 2000 e 2013, o Brasil mais que duplicou o comprometimento do seu PIB com educação, fazendo com que o investimento passasse de 2,4%¹ para 6,6%² do Produto Interno Bruto apenas nesse setor. Contudo, apesar desse aumento de 175% do percentual do PIB, os resultados dos índices educacionais não acompanharam o aumento do volume de capital destinado à melhoria do ensino brasileiro como era esperado. Segundo o ranking mundial da educação divulgado em 2015 pela OCDE que utiliza, entre outros indicadores, os resultados do PISA de 2012, o Brasil ainda ocupa a 60ª posição entre os 76 países avaliados, apesar de investir uma parcela maior do seu PIB com relação à média dos países em questão.

É evidente que a educação pública, ainda não possui um caráter amplamente transformador e emancipador e muito menos pode se equiparar aos padrões internacionais. Entretanto, para os que defendem que o país já compromete uma parcela suficiente de sua arrecadação anual com o setor educacional, a solução não seria aumentar a proporção do investimento, mas redirecioná-lo para o que realmente interessa e evitar os usuais desperdícios.

A autora supracitada defende a ideia que não adianta aumentar o volume de verba se forem mantidas as proporções atuais no direcionamento da mesma, além de afirmarem que os recursos disponíveis já seriam suficientes para sanar a educação brasileira em longo prazo se forem propriamente realocados. Um ponto importante é a inexistência de um currículo mínimo bem estruturado para todas as escolas brasileiras.

Outra questão apontada quanto ao gasto público com são a construção de centros de ensinos caros e mal planejados, muitas vezes executados em série, evidenciando uma clara preocupação com a quantidade de escolas, mas não necessariamente com a qualidade do projeto ou da educação ali oferecida. Tanto na década de 80 quanto nos tempos atuais, os governos estaduais e municipais

estabeleceram metas de construção de escolas o que fez, e ainda faz, muitas vezes, que a quantidade seja priorizada com relação à qualidade dos centros educacionais.

Regadas (2016) aponta que o elevado comprometimento da verba anual do Governo com a educação, contudo, ainda é questionado por aqueles que acreditam que ainda não há recursos suficientes destinados a tal setor. Isso ocorre pois, ao se avaliar o investimento anual por aluno em dólares, o Brasil fica em penúltimo no ranking, com apenas US\$ 2985, muito abaixo da média de US\$ 8952 entre os países avaliados pela OCDE5. Portanto, por possuir investimentos em educação por aluno muito abaixo da média dos países desenvolvidos e por justamente ainda ostentar a 60ª posição no ranking educacional, o país deveria aumentar o montante investido em ensino de todas as esferas a fim de diminuir tal diferença e “recuperar o tempo perdido”. É importante ressaltar, contudo, que a OCDE reconhece que os maus resultados do Brasil nos exames utilizados para a confecção de tal ranking são bastante influenciados pela alta taxa de inserção educacional de novas classes sociais.

Tem se muito mais resultados se os recursos destinados ao cumprimento das diversas metas propostas pelo PNE, dentre elas a valorização dos professores e criação de novas creches e escolas, não havendo necessariamente uma mudança das prioridades com relação ao que já é feito atualmente.

Dimensão ética da Responsabilidade Social

Numa visão geral, pode-se afirmar que responsabilidade social corporativa, deve estar fundamentada em uma dimensão ética, a se manifestar por meio de toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade devida da sociedade.

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (Instituto Ethos, 1998).

Para Silva (2009) a verdadeira Responsabilidade Social Empresarial precisa ser forte e verdadeira em seus princípios e estratégica em sua atuação. É necessário que

seja adotada em cada empresa, com uma dimensão ética, que esteja diretamente relacionada aos seus objetivos econômicos, mas também, em perfeita consonância com os interesses de todos os seus *stakeholders*¹.

No cenário da responsabilidade social, a ética trata essencialmente das relações entre as pessoas e, se cada um deve tratar os outros como gostaria de ser tratado, o mesmo vale para as organizações. O comportamento das pessoas e das empresas afeta outras pessoas ou empresas, que podem estar dispostas a exigir essa responsabilidade, indiferente dos interessados.

Percebe-se atualmente a intensificação dos debates suscitando reflexões sobre a necessidade de uma nova ética empresarial, e a disseminação da ideia de que a responsabilidade ética dos agentes envolvidos na gestão empresarial passa a ser um elemento primordial na busca deste desenvolvimento. Nesse sentido, o engajamento ético deve ser visualizado como componente interno da cultura organizacional.

Friedman, (1985) tem o entendimento relativamente novo, onde ainda não foi uniformizado em nível mundial. Em geral, em cada país, a ideia é reconhecer que as empresas têm um papel essencial a cumprir, juntamente com os governos e a sociedade civil, na solução da diminuição das imensas desigualdades sociais crescente vividas neste início de milênio.

Para o Instituto Ethos (2009):

Ética é a base da Responsabilidade Social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscal do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante haver coerência entre ação e discurso.

¹ **Stakeholder** significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles. Silva (2009).

Nesse sentido, o ser ético nos negócios supõe que as decisões de interesse de determinada empresa respeitem os direitos, os valores e os interesses de todos os indivíduos que de uma forma ou de outra são por ela afetados.

Responsabilidade Social nas empresas no sentido Filantrópico

A ação social das empresas envolvidas na responsabilidade social, embora crescente, ainda é tímida no Brasil e, muitas vezes, tem se voltado para a elaboração de um marketing organizacional, que emprega assistencialismo de curto prazo, projetos de ajuda filantrópica e a política de doações, ou seja, ações não revestidas de objetivos outros que diminuir, a curto prazo e apenas momentaneamente, dificuldades sociais enfrentadas pela comunidade.

Garcia (1998, p. 49) afirma que:

A filantropia, enquanto ação do Estado, distinguiu-se da caridade, que se constituía como ação da Igreja Católica: ao invés de trabalhar com doações, utilizava-se mais de conselhos, investia na moralização e na propagação da poupança. Preferia beneficiar crianças aos velhos, mulheres aos homens. A caridade mantinha os laços de dependência entre ricos e pobres, igreja e fiéis. A filantropia buscava investigar e selecionar quem era realmente necessitado, conectando a moral à economia. Assim, mantinha também laços de dependência, mas privilegiava a dependência moral à material, buscando envolver a população com normas morais, mas com o menor gasto público possível.

Para Abbagnano (1998, p. 441) filantropia é a “amizade do homem para com outro homem”. Atualmente essa atitude de benevolência para com os outros homens é frequentemente chamada de altruísmo.

Historicamente, a filantropia e a assistência não fizeram parte da cultura empresarial brasileira. Segundo Rico (2001), até o início do nosso processo de industrialização e mesmo a partir dele as ações sociais empresariais foram

heterogêneas, pontuais, dependentes e tuteladas pelo Estado. Inexistiam ações assistenciais sistemáticas aos pobres, a partir de medidas tomadas pelo Estado. A prática dessas ações era uma forma de os ricos ascenderem aos valores aristocráticos, pela prática do "bem" através de esmolas (Sposati, 1988)

Tenório (2006) demonstra para um melhor entendimento o processo inicial do que era Responsabilidade Social nos tempos antigos. Ele faz uma análise em dois momentos importantes, o primeiro momento compreende o início do século XX até a década de 1950; e o segundo momento compreende de 1950 até os dias atuais, com a discussão do conceito de desenvolvimento sustentável.

O primeiro momento foi quando a Responsabilidade Social veio aparecer onde o Estado era responsável pelas ações sociais, pela promoção da concorrência e pela proteção da sociedade, já as empresas no entendimento da época bastavam buscar a maximização do lucro, a geração de empregos e o pagamento de impostos. Era dessa forma que as empresas exerciam sua função social, tendo como entendimento que as ações de responsabilidade social era somente responsabilidade exclusiva do Estado.

O autor supradito ainda disserta que nesta época a prática de ações sociais eram vistas até mesmo como condenáveis, pois, não contribuíam para o desenvolvimento econômico e da sociedade. Portanto qualquer ação social realizada por algum empresário era considerada filantropia pessoal, como uma caridade.

O mesmo autor ainda comenta que todo crescimento e desenvolvimento tem um preço, e foi justamente isso que a sociedade começou a cobrar do governo e das empresas, com todo esse crescimento e desenvolvimento industrial começou a surgir os ônus como baixa qualidade de vida devido à intensificação de trabalho, aumentaram os problemas ambientais e a precariedade das relações de trabalho.

Foi exatamente neste momento que o conceito de Responsabilidade Social começou a modificar e se expandir, a fim de também incluir outras responsabilidades aos empresários que não só a maximização de riqueza, a geração de empregos e o pagamento de impostos, mais também o cumprimento das responsabilidades e obrigações legais trabalhistas e ambientais. Para tanto neste período as empresas tratam a Responsabilidade Social somente como enfoque meramente econômico.

O segundo momento foi na década de 1970 onde os trabalhos desenvolvidos a respeito do tema ganham destaque. Toffler (apud Tenório, 2006) complementa demonstrando efetivamente que na era industrial o interesse era o sucesso econômico e na era pós-industrial o foco modificou em busca do aumento da qualidade de vida, a valorização do ser humano, o respeito ao meio ambiente, a organização empresarial de múltiplos objetivos e a valorização das ações sociais, tanto das empresas quanto dos indivíduos.

A partir do processo de transição democrática, nos anos 70 e especialmente a partir da década de 80, é que se pode identificar uma ação social empresarial com a expectativa de participação no desenvolvimento social do país.

Segundo Rico (2004):

A partir do cenário dos anos 90 com a consolidação dos investimentos sociais empresariais e a preocupação com benemerência e ações pontuais cede lugar a investimentos que possibilitem retorno na aplicação de recursos em programas sociais. Aliás, o empresariado investe usando seus próprios conhecimentos na administração dos seus negócios: gestão, planejamento estratégico, planejamento financeiro, estratégias de *marketing* e capacitação de recursos. Preocupam-se com a profissionalização das entidades sociais, no intuito de maximizar resultados.

Para Mifano (2002), a responsabilidade social das organizações surgiu num contexto no qual há uma crise mundial de confiança nas empresas. Para tanto, as organizações empresariais começaram a promover um discurso politicamente correto, pautado na ética, implementando ações sociais que podem significar ganhos em condições de qualidade de vida e trabalho para a classe trabalhadora ou, simplesmente, podem se tornar um mero discurso de *marketing* empresarial desvinculado de uma prática socialmente responsável.

Tal postura assistencialista, via de regra, usada como sinônimo de filantropia, consiste na prestação de um auxílio material ou financeiro destinado a atender uma

problemática imediata tal como alimentação, saúde, habitação, dentre outras. A prática clientelista envolve uma relação de dominação e dependência estabelecida entre quem detém o poder sobre os serviços sociais e os usuários.

Rico (2001) acrescenta que as ações heterogêneas e pontuais da filantropia privada explicam-se, historicamente, pelo papel que a burguesia brasileira desempenhou no processo de acumulação capitalista, ou seja, dependente e tutelada pelo Estado, demonstrando desinteresse por constituir uma identidade de classe dominante no processo de constituição de um capitalismo nacional e na contribuição de um desenvolvimento econômico, político e social.

A proposta do empresariado brasileiro não era pautada em princípios liberais, na defesa da livre iniciativa e do livre mercado, pois sua opção deu suporte à intervenção estatal em várias áreas da economia, em especial naquelas em que o setor privado não tinha interesse em atuar ou em áreas que exigem um longo prazo de investimento, como é o caso dos setores da infraestrutura. (Boschi, 1990).

Portanto, trata-se de uma questão estratégica o investimento na área social, pois as empresas ao serem reconhecidas como socialmente responsáveis tendem a conseguir diferenciais de competitividade e uma vez tendo a imagem valorizada, podem aumentar a motivação dos funcionários no trabalho e atrair um número maior de parceiros dispostos a colaborar com a causa social. Vale ressaltar as distinções da Filantropia e a Responsabilidade social. Rothgiesser (2004) entende a filantropia empresarial:

Como investimento de uma empresa em ações pontuais periódicas, como campanhas de arrecadação de bens e alimentos, assim como as doações de ordem material e/ou financeira. Comumente não obedecem a um processo sistematizado de atuação social e sim reativo, em momentos de maior demanda da sociedade. Empresas filantrópicas atuam em caráter assistencial, não incorporando mudanças de ação multiplicadora e sustentável.

E para Melo Neto & Fróes (2001), o conceito de responsabilidade social implica num modelo de gestão que vai além da simples filantropia. A filantropia esteve associada, historicamente, a atividades beneficentes, com conotação paternalista. A responsabilidade social difere da filantropia porque reflete consciência social e dever cívico.

As diferenças entre filantropia e responsabilidade social são apresentadas no quadro abaixo:

Tabela 2. As diferenças entre a filantropia e a responsabilidade social

<i>FILANTROPIA</i>	<i>RESPONSABILIDADE SOCIAL</i>
Ação individual e voluntária	Ação coletiva
Fomento da caridade	Fomento da cidadania
Base assistencialista	Base estratégica
Restrita a empresários filantrópicos e abnegados	Extensiva a todos
Prescinde de gerenciamento	Demanda gerenciamento
Decisão individual	Decisão consensual

Fonte: Melo Neto & Fróes, 2001, p. 28

O exercício da Responsabilidade Social

É inegável que nos últimos anos o investimento do empresariado brasileiro na área social vem aumentando. Consequentemente a ampliação de discussão de temas sobre o gerenciamento social, implementação de projetos sociais comunitários, e a postura ética dos empresários.

Em conformidade com Rico (2004):

Os graus de envolvimento com ações de responsabilidade social por parte dos institutos, fundações, associações empresariais que vêm buscando assumir uma gestão socialmente responsável nos negócios, percebe-se que a responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir as ações organizacionais pautada em valores éticos que visem integrar todos os protagonistas de suas relações como clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo (público externo) e direção, gerência e funcionários (público interno), ou seja, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social no país.

Para tanto, as empresas, que adotam um comportamento socialmente responsável em suas ações, são poderosos agentes de mudança ao assumirem parcerias com o Estado e a sociedade civil, na construção de um mundo mais justo. Desta forma, a sensibilidade social da empresa é percebida, proporcionando a avaliação da eficácia e eficiência de uma organização em seus esforços em buscar ações que satisfaçam às obrigações sociais.

Montana e Charnov (1998) aponta que dentro das duas abordagens distintas da responsabilidade social, as empresas assumiram níveis diferentes de envolvimento organizacional em atividades e obras sociais, descritos como: abordagem da obrigação social, abordagem da responsabilidade social e abordagem da sensibilidade social.

Na primeira abordagem citado pelos autores supracitados a abordagem da obrigação social ocorre quando as principais metas da empresa são de caráter econômico, as corporações ficam focadas na otimização dos lucros e do patrimônio dos acionistas, nesse tipo de abordagem a empresa atende o mínimo exigido por lei, não assumindo nenhum esforço voluntário para as ações sociais e só ocorrem metas sociais na medida em que estas contribuam para as metas econômicas da organização.

Para Souza, Appio&Canopf, (2014) a abordagem da obrigação social é constantemente criticada, devido ao fato de seus gerentes e acionistas limitar a

resposta empresarial para os problemas sociais, sendo eles adeptos às mudanças das obrigações sociais, pois o número de leis de responsabilidade social vem aumentando cada vez mais, e o não cumprimento pode acarretar em multas e até mesmo prisões dos dirigentes da organização.

Quanto à abordagem da responsabilidade social Montana e Charnov (1998) observa que o fator ético é indispensável ao fazer ações que melhoram a sociedade e não ações que poderiam piorá-la. Faz parte dessa abordagem não se limitar à metas econômicas e aos fatores econômicos, mas também perseguir metas de longo prazo que sejam boas à sociedade, nesse método é fundamental que a empresa conheça o certo e o errado, buscando assim usar seus recursos para fazer projetos de bem estar social, contudo sem trazer danos econômicos à organização.

Tem-se nesta abordagem a busca ativa do consentimento da sociedade na conquista de uma imagem politicamente correta, por meio de grandes esforços na área de relações públicas, incentivando todos os envolvimento a participarem de forma reativa, na busca de solução para problemas existentes.

Ainda no olhar dos autores Montana e Charnov (1998) tem-se a abordagem da sensibilidade social na qual entre as abordagens citadas anteriormente é a que mais exige das empresas, pois a organização não tem apenas metas econômicas e sociais, mas ela tem que se antecipar aos problemas sociais futuros e agir no presente em resposta a eles. É um método onde a empresa precisa mostrar sua capacidade de adaptar-se às mudanças nas condições sociais. Esse tipo de organização sonda o ambiente para identificar mudanças nos costumes e atitudes da sociedade e, em seguida, os gerentes mudam suas práticas para acompanhar o padrão em vigor.

Souza, Appio&Canopf, (2014) acreditam que por meio da sensibilidade social a empresa assume um papel proativo na sociedade na busca de uma cidadania corporativa. Visam apoiar não somente as leis vigentes, mas a criação de novas leis que satisfaça as necessidades sociais.

Para Montana e Charnov (1998) a abordagem da sensibilização social tem um objetivo mais tangível e realizável do que o de responsabilidade social. Segundo os autores no lugar de avaliar o que é bom para sociedade em longo prazo a empresa com sensibilidade social sonda o ambiente, identifica os problemas sociais e altera seu

envolvimento social para responder à mudanças nas condições da sociedade, antes que tais problemas se tornem críticos. Diante do exposto, verifica-se que a responsabilidade social deixa de se limitar aos velhos conceitos de proteção passiva e paternalista ou de fiel cumprimento de regras legais para avançar na proteção ativa e promoção humana, em função de um sistema explicitado de valores éticos.

Ações de responsabilidade social

As ações de responsabilidade social das organizações crescem constantemente e muito se fala em ética empresarial, *marketing* social, ações sociais e voluntariado empresarial. Não há, ainda, requisitos ou critérios definitivos que uma empresa deve obedecer para ser socialmente responsável, embora seja relevante uma gestão empresarial transparente, ética e voltada para preocupações sociais e ambientais.

Partindo de valores como a ética e transparência, há várias maneiras de se trabalhar a responsabilidade social, de dentro para fora da empresa. Funciona como um efeito dominó e é cíclico. Por exemplo: funcionários satisfeitos transformarão essa satisfação em produtos de maior qualidade, assim como clientes satisfeitos com a qualidade do produto, indicarão para outros potenciais clientes que se tornarão clientes efetivos por terem encontrado funcionários capacitados para atender a demanda.

Para Rico (2004):

A responsabilidade social empresarial pode ser conceituada como práticas de gestão, ações de responsabilidade social interna e externa que a empresa gerencia, realizam, investe ou apoia para aproximar seu modelo de gestão de um modelo socialmente responsável, envolvendo um ou mais públicos que são impactados pela atividade da empresa.

Cada vez mais as empresas de médio e grande porte têm investido em programas e projetos sociais de forma a contribuir com o desenvolvimento humano e consequentemente com o meio ambiente em que estão inseridas.

Programas

O modelo de gestão pode ser definido como o *modo de operação* de uma organização, programa ou projeto, ou seja, como ele deve ser gerenciado em todas as suas etapas, como funciona, quais são as suas diretrizes ou eixos de atuação.

Um programa pode ser definido como uma ação permanente voltada para determinado fim ou público-alvo, geralmente representada por um conjunto de projetos que, em sinergia e integrados, viabilizam o resultado desejado pelo programa. Ou seja, é um conjunto de projetos coordenados entre si de forma articulada e dinâmica e que visam objetivos comuns.

Para Baptistas (2002) o programa é, basicamente um aprofundamento do plano: os objetivos setoriais do plano irão constituir os objetivos gerais do programa. " É o documento que detalha por setor , a política , diretrizes , metas e medidas instrumentais . Ele estabelece o quadro de referência do projeto, e pressupõe, também, vinculação entre outro elementos. A autora aponta os elementos de um programa:

A síntese de informações sobre a situação a ser modificada com a programação;

- a formulação explícita das funções efetivamente consignadas aos órgãos e/ou serviços ligados ao programa, com responsabilidades em sua execução;
- a formulação de objetivos gerais e específicos e a explicitação de sua coerência com as políticas , diretrizes e objetivos do sistema maior, e de sua relação com os demais programas do mesmo nível;
- a estratégia e a dinâmica de trabalho a serem adotadas para a realização do programa;
- as atividades e os projetos que comporão o programa, suas interligações, incluindo a apresentação sumária de objetivos e de ação;
- os recursos humanos, físicos e materiais a serem mobilizados para sua realização;
- a explicitação das medidas administrativas necessárias para sua implantação e manutenção.

Baptistas (2002).

Avalia-se uma política, programa ou projeto pelo fato de estarem voltados para a sociedade e envolver recursos sociais, deve ser avaliado do ponto de vista de sua relevância e adequação às necessidades sociais, abordando, bem como os aspectos da eficiência, eficácia e efetividade social das ações empreendidas.

Quanto ao aspecto eficiência de um programa, o mesmo está relacionado com o grau de aproximação e à relação entre o previsto e o realizado, no sentido de combinar insumos e implementos necessários à consecução dos resultados visados .

Para Belloni; Magalhães & Souza (2003, p.61):

A eficiência é alcançada por meio de procedimentos adotados no desenvolvimento de uma ação ou resolução de um problema, tendo em vista o objeto focalizado e os objetivos e finalidades a serem atingidos. A eficiência “[...] traduz-se por respostas dadas a questionamentos ou indicadores relativos a necessidades atendidas, recursos utilizados e gestão desenvolvida”.

Já a eficácia de um programa no olhar do autor acima citado “[...] corresponde ao resultado de um processo contempla a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o projeto originalmente proposto.

Considera-se que a eficácia não pode restringir-se apenas à aferição e resultados parciais, mas ela se expressa, também pelo grau de qualidade atingido.

Referente a efetividade social no olhar do mesmo autor aqui então citado a mesma “[...] refere-se às consequências da qualificação junto ao trabalhador, em sua vida profissional, social e pessoal. Deve se verificar quais são e como são estabelecidas as carências e as metas para se saber o padrão de referência; verificar, entre os beneficiários, a presença de grupos não visados pelas ações da política; verificar se as ações propostas têm a ver com as necessidades dos beneficiários e da sociedade; verificar se as ações propostas diferem ou não do oferecido em atividades similares; verificar a forma e as condições em que ocorre a participação dos setores sociais envolvidos; verificar o potencial de mudança nas ações implementadas; examinar a interação das ações propostas com outras políticas governamentais.

Projetos

Um projeto representa um esforço único, ou seja, um grupo de pessoas que são reunidas para criar um único produto, serviço ou resultado exclusivo, enquanto, no programa, há uma diversidade de projetos, gerando um pacote coeso de trabalho.

Segundo Baptistas (2002):

O projeto é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de uma unidade de ação. É, portanto, a unidade elementar do processo sistemático da racionalização de decisões. Constitui-se da proposição de produção de algum bem ou serviço, com emprego de técnicas determinadas e com o objetivo de obter resultados definidos.

Para Woiler e Franco Mathias (1996, p. 27), projeto é “o conjunto de informações internas e/ou externas à organização, coletadas e processadas com o objetivo de analisar-se (e, eventualmente, implantar-se) uma decisão de investimento”.

De acordo com Maximiano (2000, p. 490) “projetos são atividades ou empreendimentos que têm começo e fim programados, que devem resultar num produto final singular, o qual procura resolver um problema específico”

Diante dos conceitos apontados sobre projetos, o mesmo pode ser desenvolvido em diferentes áreas do conhecimento e de atuação. Boutinet (1990) ressalta que:

A palavra projeto sem o adjetivo social está associada à capacidade de o homem criar, progredir, transcender a realidade existente, mudar o tempo presente com novas ideias e criações. Refere-se à capacidade de o homem ser autônomo e autor de sua vida, valores fundamentais da contemporaneidade.

Para Veiga (2009, p. 71):

Projeto é uma atividade eminentemente criadora, um empreendimento temporário ou sequência de atividades com começo, meio e fim programados, com um componente de incerteza, que depende essencialmente da aplicação de conhecimento, habilidades, competências e métodos apropriados para organizar, analisar, criar, inovar, modificar, construir, etc., para atingir o objetivo de fornecer um produto singular, com a imprescindível participação humana em seu planejamento e gestão e

que trabalha com estimativas de custos dentro de restrições orçamentárias [...].

Silva (2001) aponta que os Projetos Sociais seguem a mesma lógica, pois “são construções feitas por um grupo de pessoas que deseja transformar boas ideias em boas práticas” na aquisição de cidadania e de direitos sociais.

O termo Projetos sociais está associada a uma conotação positiva. Nesse sentido, Bomfim (2010) ressalta que seus objetivos buscam o alcance de melhores condições de vida como exercício dos direitos humanos.[...] buscam incluir-se no que é considerado o bem viver da sociedade em que vivem, levando benefícios aos excluídos socialmente (desprovidos, os analfabetos, os atrasados na escola, os desempregados, entre outros).

O autor supra citado ainda ressalta que um Projeto Social deve estar pautado em situações reais, portanto, para elaborá-lo seu ponto de partida é sempre uma dada realidade social que nos leva a refletir sobre uma questão ou problema social. Ele se origina tanto da insatisfação que um ator social sente em presenciar determinada situação quanto do desejo em transformá-la.

Os projetos sociais quando bem elaborados e ao se integrarem a ações dos governos Municipal, Estadual e Federal poderão atingir grupos maiores de pessoas, gerando, dessa forma, políticas públicas cujos impactos para a sociedade serão maiores do que os projetos locais.

Neste sentido Armani (2009, p. 18) conceitua projeto social como: “[...] uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo”.

O autor mencionado também enfatiza que os projetos só têm sentido se fizerem parte de programas e/ou políticas mais amplas, isto é, se intervirem de forma concreta nos problemas sociais.

Nogueira (1998, p. 85) compactua com o mesmo olhar, pois para ele:

Um projeto social deve ser entendido como o nível mais específico de ações articuladas dirigidas ao campo social. É a unidade básica da

intervenção e tem sempre por objetivo produzir alterações nas condições de vida dos indivíduos, grupos, famílias e regiões. Busca satisfazer necessidades insatisfeitas, construir capacidades, modificar condições de vida ou promover alterações nos comportamentos e atitudes de grupos sociais.

Diante das definições apontadas pelos autores referenciados, tem-se o entendimento que os projetos sociais são instrumentos e/ou ferramentas necessárias para modificar uma dada realidade social.

As ações efetuadas por meio dos projetos, se discutidas e analisadas poderão viabilizar a conscientização dos indivíduos diante do papel que eles desempenham na sociedade, além poder despertar o sentimento de solidariedade.

O conhecimento é elemento fundamental na construção da humanidade, por isso possui relevância e importância na educação, pois é por meio dela que se produz, se reproduz e se transmite o conhecimento.

A educação como direito humano é fundamental para que o indivíduo tenha acesso a outros direitos. É por meio dela que se constroem conhecimentos, que se desenvolvem valores, crenças e atitudes que vão ao encontro de uma sociedade mais justa e humanizada.

Parcerias

O desenvolvimento econômico de um país depende da capacidade que o seu governante tem de proporcionar alternativas e possibilidades em solucionar problemas. Neste contexto nasce a Parceria Pública-Privada. Sarmiento (2016) Conceitua a mesma como o contrato pelo qual o [parceiro privado](#) assume o compromisso de disponibilizar à [administração pública](#) ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, financiada e construída.

Os últimos anos têm sido marcados por um aumento da colaboração entre setor público e o privado para o desenvolvimento e operação de infraestruturas para um

leque alargado de atividades econômicas. Assim os acordos das parcerias público-privadas (PPP) são guiados por limitações dos fundos públicos para cobrir os investimentos necessários, mas também dos esforços para aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos.

A educação é um dos setores da sociedade que demandam grandes investimentos para a real efetivação de políticas públicas, e que na atualidade se encontram em situação de inviabilidade na ótica orçamentária estatal. E é nesse contexto que nasce as parcerias entre poder público, empresas privadas e entidades não governamentais, pois em muitas vezes, o poder público não dá conta de todas as políticas públicas que são necessárias para atender as necessidades da população. Por falta de dinheiro, pessoal especializado ou capacidade técnica, é preciso recorrer à iniciativa privada para tocar certos projetos de interesse da sociedade. Essas colaborações ficaram conhecidas como parcerias público-privadas (ou PPPs) e são cada vez mais comuns, por todo o Brasil.

Na avaliação do autor supracitado o Estado transfere recursos públicos para entidade “parceira”, que realiza uma política voltada para substituir (não complementar) a responsabilidade estatal; com a resposta das demandas sociais, outra forma de privatização de funções do Estado.

As escolas são as maiores impactadas, sendo que há a responsabilidade social é realizada com os projetos sociais por meio das parcerias. Shiroma (2007, p.63) aponta:

Que essas parcerias tendem, a se efetivar com o intuito de propiciar índices eficazes na sociedade, a autora afirma: “A educação tem um papel decisivo no crescimento econômico e na redução da pobreza”; desta forma as principais circunstâncias que determinam essas prioridades para a educação, são: formar trabalhadores adaptáveis, capazes de adquirir novos conhecimentos sem dificuldades, atendendo a demanda da economia.

Fortalezas e Debilidades da Responsabilidade Social

A sociedade está ficando cada vez mais exigente, principalmente em relação às questões de responsabilidade social. Nesse contexto cabe salientar as Fortalezas e debilidades do exercício praticado pelas fundações na prática da responsabilidade social no cenário educacional. Como as mesmas apontam que suas ações são por meio de projetos e programas, é possível visualizar por meio deles seus benefícios. Para tanto, uma das consequências de um projeto social bem-sucedido é o seu reconhecimento institucional, comunitário e social; em outras palavras, a construção de uma imagem positiva por meio de um investimento que contribuiu diretamente para a melhoria da vida comunitária, provocando impactos positivos na comunidade.

As organizações empresariais têm como tendência financiar atividades, dando preferência àquelas relacionadas com os bens e serviços que produzem ou comercializam. Hoje há uma preocupação no sentido de avaliar até que ponto as práticas de responsabilidade social de uma empresa são percebidas pelo consumidor e reforçam a sua marca e como desenvolver um planejamento integrado no qual as ações sociais sejam incorporadas à valorização da marca da empresa.

Diante do exposto, faz-se necessário saber mensurar, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, aquilo que se obteve através da implementação de um programa social. Sem criar estratégias sobre as várias dimensões do processo de avaliação, não é possível calcular os impactos de um programa social e mesmo saber se os seus objetivos foram atingidos, por exemplo: quantas pessoas foram atendidas, como perceberam esse atendimento, quais os resultados do projeto, se houve continuidade e multiplicação do mesmo, que tipo de retorno – em termos de imagem e confiança a empresa vem conseguindo, dentre outros.

Observa-se que a responsabilidade social é a postura das empresas no dia-a-dia, visível no comportamento que as empresas têm ao lidar com as questões e demandas dos seus públicos e da sociedade. Partindo desse pressuposto, pode-se diferenciar um comportamento empresarial socialmente responsável de outros termos correlacionados e que são utilizados como sinônimos de responsabilidade social.

Partindo da ausência do Estado, no que diz respeito, a sua responsabilidade social, deixando amplos segmentos da população precariamente atendidos principalmente no setor educacional, pode-se constatar uma vacância no que diz respeito às melhorias básicas. E é com base nesse cenário que a filantropia ganha espaço sendo perceptíveis os impactos que ela proporciona.

Para amenizar a vacância deixada para a população surgem as primeiras respostas para a “questão social”; são as privatizações e transferências, para os mercados quando lucrativas e para a “sociedade civil” ou “terceiro setor” quando deficitárias. (Montaño, 2010).

Para que se tenha a veracidade dos benefícios da responsabilidade social no setor educacional, faz-se necessário a avaliação dos projetos sociais realizados por parte dos envolvidos. Para tanto, critérios serão observados dentro das limitações de cada parte em busca da excelência.

Desta forma os métodos de avaliação acontecem através da participação da comunidade escolar e a participação das políticas sociais desenvolvidas pelo poder público, por parte das ONGs como atuou na concretização dos projetos dentro das escolas. Paula (2015) aponta que os critérios do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade) concedido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), constitui no maior reconhecimento público à excelência da gestão das organizações com sede no Brasil. O processo visa estimular o desenvolvimento do país, promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações. O premio pode ser utilizado como um instrumento de avaliação da gestão dos programas sociais dentro das instituições de ensino na medida em que a avaliação é instrumento para o planejamento da política de educação e que um de seus objetivos é identificar problemas e solucioná-los.

Segundo a autora mencionada acima outras vantagens dos critérios do PNQ podem ser assinaladas: a) Fornecem diagnóstico preciso e seguro de desempenho da escola; b) Constituem-se valiosas ferramentas no planejamento de ações que norteiam a evolução da escola, permitindo-lhe contabilizar ganhos em competitividade e produtividade. c) São específicos para a organização, considerando o perfil, estratégias e processos de gestão, os princípios e processos são examinados; d) Ajudam a

organização a medir seu desempenho em uma ampla gama de indicadores; e) Servem de diagnóstico e representam um modelo de gestão que deve ser utilizado como referência para a organização; f) Permitem identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria; g) Geram sinergia entre as unidades, os setores e, especialmente entre as pessoas, com a promoção da cooperação e de um intenso trabalho de equipe; h) Alinham os recursos para atingir suas metas.

Diante do exposto, pode-se averiguar que as vantagens ao avaliar as ações, parcerias e os projetos sociais é de suma importância para a verificação dos impactos na educação, tanto socialmente quanto institucionalmente.

Outro ponto a ser considerado ao abordar as fortalezas é a transparência das ações, sendo este, outro conceito central da responsabilidade social empresarial que caminha ao lado da atitude ética. Ser transparente é atender às expectativas sociais, mantendo a coerência entre o discurso e a prática e não sonhando informações importantes sobre seus produtos e serviços.

Rico (2004) salienta que um dos instrumentos notáveis que incentiva a atitude de comunicação transparente da empresa com os públicos com os quais se relaciona é o balanço social.

O balanço social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre as atividades econômicas, ambientais e sociais desenvolvidas pela empresa que apresenta os seus principais compromissos públicos, as metas para o futuro, os problemas que imagina enfrentar e os possíveis parceiros com quem pretende trabalhar para equacionar os desafios previstos. Por meio do balanço social, a empresa mostra o que fez pelos empregados e seus dependentes e pela população sobre quem exerce influência direta. É "um instrumento pelo qual a empresa divulga o investimento em projetos e/ou ações sob a ótica da responsabilidade social" (Menegasso, 2002, p. 8).

Embora não seja obrigatória a divulgação do balanço social no Brasil, algumas instituições como a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – (FIDES) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE) vêm desenvolvendo modelos de balanço social com o objetivo de incentivar e facilitar a sua publicação pelas empresas.

Para Rico (2004) o Selo Empresa Cidadã:

É concedido a organizações que contribuem para o desenvolvimento da comunidade e que adotam um comportamento ético na busca da consolidação da cidadania. Este prêmio é concedido às empresas que se destacam nas seguintes áreas do balanço social: meio ambiente, ambiente de trabalho, ambiente social e qualidade de vida, ambiente urbano, qualidade dos produtos e serviços, desenvolvimento dos direitos humanos e difusão da conduta de responsabilidade social.

É através do balanço social que as empresas tornam públicos os seus compromissos e condutas de responsabilidade social, difundindo o vínculo entre a ética e o processo produtivo. O balanço social é um instrumento de controle sobre as obrigações das empresas em relação a todos os seus atores: empregados, clientes, fornecedores financiadores, comunidades (governos locais e nacionais, além daquelas obrigações relacionadas aos proprietários).

Segundo o CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola (2001) As empresas que recebem o Selo Empresa Cidadã adquirem algumas vantagens: podem utilizá-lo em produtos, embalagens, propagandas e correspondências. Conseqüentemente, passam a ser reconhecidas pelo compromisso com a qualidade de vida.

Salienta-se que são segmentos do empresariado que defendem a ideia da elaboração e da divulgação do balanço social como um instrumento de demonstração do seu envolvimento social junto à sociedade, considerando inclusive que o mesmo é um dos indicadores da responsabilidade social empresarial.

Aspectos Legais

No contexto da responsabilidade social, tem se legalmente alguns agentes responsáveis pelo desenvolvimento educacional brasileiro. Nele encontram-se o

governo tanto na esfera municipal, estadual ou federal é o responsável em criar leis de incentivos fiscais e sociais além de fiscalizar e acompanhar as ações empresariais. As empresas que são obrigadas a realizar investimentos sociais. E o último e não menos importante agente que são as entidades do terceiro setor, ou seja, as entidades não governamentais sem fins lucrativos, sendo as principais executoras de projetos com recursos fiscais.

O primeiro agente apontado é o governo. Este tem a obrigação legal em desenvolver o cenário educacional com qualidade e com acesso a todos. Juridicamente existem vários documentos legais que fazem com que o governo priorize a educação e busque formas de combater os altos índices de analfabetismos e outros problemas educacionais existentes. Fundamenta-se então em várias legislações que abordam o tema no cenário educacional.

A educação é garantida a todos os brasileiros na Constituição da República de 1988, em seu artigo 205, onde dispõe que a educação no Brasil visa, entre outras coisas, o preparo da pessoa para o exercício da cidadania.

Do mesmo modo, a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em seu artigo 1º, dispõe que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001) – PNE. É um instrumento de planejamento do Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Nele estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis infantil, básico e superior a serem executados nos próximos dez anos. O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais.

O Plano Nacional de Educação é uma lei viva, a ser lida, revisitada e, principalmente, observada. O seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas

comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação.

E, seguindo a mesma linha, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) estabelecem a cidadania como eixo orientador da educação escolar. É um documento que orienta quanto ao cotidiano escolar, os principais conteúdos que devem ser trabalhados, a fim de dar subsídios aos educadores, para que suas práticas pedagógicas sejam da melhor qualidade.

Em sua abordagem, os parâmetros curriculares nacionais definem que os currículos e conteúdos não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas que as práticas docentes devem encaminhar os alunos rumo à aprendizagem.

E por fim, um dos fundos de maiores destaque na educação é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006 em substituição ao FUNDEF que durou de 1998 a 2006. Nele estão definidas as regras de como o recurso deverá ser usado. O FUNDEB é regulamentado pela lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Considerado o documento norteador dos gastos públicos da educação.

Desta forma, 60% dos recursos do FUNDEB devem ser destinados exclusivamente para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. O mínimo a ser gasto dos recursos do FUNDEB é de 95%, sendo que os 5% restantes podem ser gastos no primeiro trimestre seguinte e com a abertura de crédito adicional. E, ainda, é fixado um valor mínimo a ser gasto anualmente por aluno (R\$ 1.722,05 em 2011). O FUNDEB tem vigência até 2020 e é definido pelo artigo 60 da Constituição Federal.

Os recursos aportados ao Fundo serão distribuídos, de acordo com as efetivadas nas redes estadual e municipal, multiplicadas pelo valor único por aluno estabelecido. Se os valores por aluno forem mais elevados na rede estadual em relação à municipal, haverá uma redistribuição de recursos da primeira para a segunda. Se o valor por aluno, em cada Estado, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, a destinação de

recursos do Governo Federal para Estados e Municípios será feita automaticamente, considerando o número de matrículas efetivadas nas redes do ensino fundamental.

Além dos documentos legais norteadores da educação a esfera governamental o mesmo é regido em suas ações pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF surgiu como importante e indispensável aliada gerencial a serviço do gestor e da administração pública, a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Esta, surge com o intuito de limitar o endividamento dos Municípios, ao passo que define os princípios básicos de responsabilidade, derivados da noção de prudência na gestão de recursos públicos.

Ela tenta impor o [controle](#) dos gastos da União, [estados](#), Distrito Federal e [municípios](#), condicionado à capacidade de arrecadação de [tributos](#) desses entes políticos. Tal medida foi justificada pelo costume, na política brasileira, de gestores promoverem obras de grande porte no final de seus [mandatos](#), deixando a conta para seus sucessores. Também era comum a prática de tomada de empréstimos em instituição financeira estatal pelo seu ente controlador. A LRF também promoveu a [transparência](#) dos gastos públicos.

Esta lei prevê, portanto, um mecanismo de maior controle nas contas públicas: passa a haver maior rigor para que o governo não contraia empréstimos ou dívidas. É um mecanismo de fiscalização e transparência.

Há alguns instrumentos preconizados pela LRF para o planejamento do gasto público, que são: o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

Um objetivo muito importante desta lei é a Responsabilidade Social. A partir destes objetivos são previstas:

- A participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos já referidos;
- A disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade;
- A emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

A Lei de Responsabilidade Fiscal trabalha em conjunto com a Lei Federal 4320/64 que normatiza as finanças públicas no país. Enquanto esta estabelece as normas gerais para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços, aquela estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, atribui à contabilidade pública novas funções no controle orçamentário e financeiro, garantindo-lhe um caráter mais gerencial.

Um conceito importante e necessário para entender como funciona a lei é a Receita Corrente Líquida (RCL), uma vez que ela é a base para todos os cálculos. Ela é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes. Dela são deduzidos:

- Na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições para a previdência social do empregador incidente sobre prestação de serviço de terceiros e a contribuição à previdência feita pelo trabalhador e também as contribuições para o PIS (Programa de Integração Social);
- Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- Na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre diferentes sistemas de previdência.

No que diz respeito às despesas, toda e qualquer despesa que não esteja acompanhada pela LOA, pelo PPA e pela LDO e, no caso de despesa obrigatória de caráter continuado, de suas medidas compensatórias, é considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público.

São definidos em lei os limites mínimos de gastos com Educação e Saúde e o limitemáximo de gasto com pessoal.

No caso da Educação, o artigo 212 da Constituição Federal diz: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

Assim, de acordo com a Constituição Federal, no seu art. 212, o município deverá destinar à Educação, não menos que 25% de sua arrecadação. Desses 25%, 60% devem ser destinados ao financiamento do ensino fundamental e os 40% restantes ao financiamento de outros níveis de ensino (ensino infantil, por exemplo).

Além da instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal para o controle dos gastos públicos nas esferas federais, estaduais e municipais a legislação brasileira também instituiu no âmbito empresarial formas utilização dos recursos de forma justa. Para tanto, o governo buscou contribuir por meio de políticas públicas de desenvolvimento da economia, proporcionando as empresas o incentivo fiscal e tributário. Na prática, é a redução ou isenção da alíquota de determinados impostos. Essa iniciativa pode partir das três esferas governamentais.

Os incentivos fiscais fazem parte do conjunto de políticas econômicas que visam a facilitar o aporte de capitais em uma determinada área através da cobrança de menos impostos ou de sua não cobrança, visando ao aquecimento econômico do respectivo território, ou seja, caracteriza-se como a redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus tributário, oriundo de lei ou norma específica.

O Sistema Tributário no Brasil é formado por um conjunto de regras jurídicas que tem por objetivo disciplinar um conjunto de tributos instituídos por meio de princípios e normas que os regulam. De acordo com Santos apud Oliveira (2009, p. 56)

Sistema tributário é o conjunto estruturado e lógico dos tributos que compõem o ordenamento jurídico, bem como das regras e princípios normativos relativos à matéria tributária. Os conceitos e institutos que o compõem jamais devem ser vistos de forma estática, mesmo por que eles devem ser aplicados em um conjunto dinâmico constituído pela realidade social, sistêmica econômica e critério de justiça.

Sendo assim, de acordo com autores citados, o Sistema Tributário Nacional é o meio que integra todos os tributos, normas e princípios que tem o objetivo de disciplinar a gestão tributária do Estado determinados pela legislação, a fim de fazer frente aos gastos públicos dentro de uma finalidade específica.

Os tributos são divididos em cinco espécies tributárias, as quais são: impostos, taxas, contribuições de melhorias, contribuições especiais e empréstimos compulsórios.

Os impostos são determinados e instituídos dentro de uma necessidade do ente

federativo, sem uma contraprestação de serviço, inerentes a cada ente institucional conforme mostra o quadro abaixo:

Tabela 3. Tributos da competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

ENTIDADE FEDERATIVA	CLASSIFICAÇÃO DOS IMPOSTOS
UNIÃO	II - Imposto sobre Importação; IE - Imposto sobre Exportação; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; IOF - Imposto sobre Operações Financeiras; IGF - Imposto sobre Grandes Fortunas; IR - Imposto de Renda; ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial e Rural.
ESTADOS E DISTRITOS FEDERAIS	ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços; IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação;
MUNICÍPIOS	ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza; IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano; ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos.

Fonte: Adaptado do Código Tributário Nacional

Já as taxas são instituídas quando o ente governamental dispõe ao usuário um serviço, ou seja, taxas são instituídas com finalidades específicas. O Código Tributário Nacional no Art. 77 define:

As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

As taxas diferentes dos impostos têm o propósito, por meio de sua cobrança, oferecer uma contraprestação ao contribuinte, mediante o fornecimento de serviços prestados pelo Estado. São exemplos: taxa de coleta de lixo, taxa de água e esgoto, taxa de alvará, entre outros.

As Contribuições de Melhorias são instituídas quando o ente governamental, diante da necessidade de ampliação o criação de obras públicas, necessita de aporte de capital.

Segundo o Código Tributário Nacional no Art. 81 diz que:

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Quanto as Contribuições Especiais a mesma são tributos cobrados somente pela União, com finalidade de subsidiar a Seguridade Social e atividades paraestatais, que são entes privados que exercem atividade de interesse público ao lado do estado. Tem-se como exemplos a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Sobre Lucro Líquido (CSLL), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), etc.

A última espécie de contribuição tributária são os Empréstimos Compulsórios também assegurados em lei, para casos especiais como: guerra externa, calamidade pública.

Com base no exposto sobre os tributos cobrados nas três esferas governamentais tem-se um cenário econômico brasileiro muito crítico.

Quanto a prática dos incentivos fiscais abrange diversas partes envolvidas. O governo, que por meio da renúncia fiscal estimula o suporte e desenvolvimento de determinadas atividades. Também a empresa, que por meio da destinação obtém resultados positivos na sua gestão tributária, além de diversos benefícios indiretos como o marketing e a entidade que recebe suporte para tal fim.

Segue abaixo uma tabela demonstrativa dos Incentivos Fiscais Federais:

Tabela 4. Demonstrativo dos Incentivos Fiscais Federais

INCENTIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	LIMITE	RECUPERAÇÃO DO IR
Fundo nacional do Idoso	Idoso	1%	100%
Funcriança	Criança e adolescente	1%	100%

Lei Rouanet: Art. 18 Art. 26 - Doações Patrocínios	Cultura	4%	100% 40% 30%
Desportos	Esporte	1%	100%
Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD)	Apoio ao deficiente físico	1%	100%
Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica(Pronon)	Combate ao câncer	1%	100%
Vale-Cultura	Funcionários/ cultura	1%	100%

Fonte: Adaptado de Cartilha dos Incentivos Fiscais (2016).

As informações apontadas no quadro acima mostram alguns dos incentivos fiscais de competência Federal, ou seja, incentivos fiscais que envolvem o tributo Imposto de Renda(IR) bem como os limites máximos permitidos para dedução do imposto de renda devido e deste limite a recuperação do IR por parte das empresas.

Além dos incentivos apresentados pelo governo há existência de outros incentivos que devem ser levados em consideração para o limite da dedução como despesas, embora o valor das doações não tenha limite.

Além dos do sistema tributário em que a empresas podem utilizar para desenvolver a responsabilidade social, vale destacar aspectos legais quanto as certificações empresariais.

No intuito de estimular a responsabilidade social empresarial, uma série de instrumentos de certificação foi criada nos últimos anos. Num mundo cada vez mais competitivo, empresas vêm vantagens comparativas em adquirir certificações que atestem sua boa prática empresarial. A pressão por produtos e serviços socialmente corretos faz com que empresas adotem processos de reformulação interna para se adequarem às normas impostas pelas entidades certificadoras. Entre algumas das certificações mais cobiçadas atualmente temos:

a) NBR 16001 - estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da Responsabilidade Social, permitindo à organização formular e implementar uma política

e objetivos que levem em conta as exigências legais, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades;

b) NBR 16002 e 16003 - fornece orientações aplicáveis para a competência dos auditores envolvidos com o sistema de gestão preconizado pela NBR 16001;

c) SA 8000 - enfoca, primordialmente, as relações trabalhistas e visa assegurar que não existam ações como trabalho infantil, trabalho escravo ou discriminação ao longo da cadeia produtiva;

d) ISO 26000 - oferece orientações relacionadas a sete princípios norteadores de responsabilidade social: "Accountability", transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses das partes interessadas, respeito pelo Estado de Direito, respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento e o Direito aos humanos.

Além das empresas e do governo existem o terceiro setor, ou entidades governamentais como agente responsável pela cobrança e efetivação das políticas de responsabilidade social. O documento que norteia este setor é o marco regulatório.

O Marco Regulatório do Terceiro Setor, é fundamentado através da Lei 13.019/2014, traz uma série de mudanças para a formalização de parcerias entre as organizações da sociedade civil e a Administração Pública. Trás uma análise criteriosa das normas para uma melhora operacionalmente, e contratual, sendo que já sofreu algumas alterações em dezembro de 2015 por meio da Lei 13.204/2015.

Além do Marco Regulatório as entidades possuem maior reconhecimento se apresentarem uma série de certificações.

Depois de formalmente constituídas, por meio de registro do seu ato constitutivo em cartório de registro civil de pessoas jurídicas, as entidades do terceiro setor, podem conseguir títulos, certificados ou qualificações de ordem governamental com os quais estas entidades podem adquirir alguns benefícios, que facilitam a captação de recursos privados, públicos e financiamentos, trazendo credibilidade às instituições.

As principais certificações ou titulações são os seguintes: utilidade pública federal, estadual e municipal, o CEBAS (Certificado de entidade beneficente de

assistência social), o CNAS (Registro no conselho nacional de assistência nacional), OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público) e OS (organização social).

O título de Utilidade Pública Federal (UPF) é o reconhecimento da União aos relevantes serviços prestados pelas associações e fundações constituídas no País. A principal finalidade é o reconhecimento do caráter de entidade de Utilidade Pública Federal. As entidades que poderão ser reconhecidas com esta devem apresentar relatórios circunstanciados dos três anos antecedentes à formulação do pedido, mostrando que promovem a educação ou exerçam atividade de pesquisa científica, cultura, artística ou filantrópica.

O CEBAS é um certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

A obtenção do CEBAS possibilita às entidades a isenção das contribuições sociais, em conformidade com a Lei nº 12.101 de 27/09/2009 e a celebração de convênios com o poder público, dentre outros.

Quanto a qualificação como OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

O Poder Executivo poderá qualificar como OS (Organizações Sociais), pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Por fim, apesar dos apontamentos da jurisprudência brasileira referente a questão da responsabilidade social e da educação, ressalta-se que as questões éticas estão na esfera individual. Já na sociedade elas se manifestam por meio das normas e padrões de condutas sociais estabelecidas, as quais se refletem no arcabouço legal e

jurídico. Quando essas normas e padrões são violados tornando intoleráveis alguns aspectos dos negócios, cabe à sociedade por intermédio de suas instituições legais coagir as empresas a cumprir as regras e os padrões legalmente estabelecidos.

Marco Conceitual

Para que se tenha entendimento sobre o presente estudo, faz-se necessário apontar algumas definições sobre os conceitos que serão abordados no decorrer da pesquisa. Os mesmos serão descritos em ordem alfabética.

Ações de Responsabilidade Social: são formas de gestão que pretendem diminuir os impactos negativos no meio ambiente e comunidades, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e reduzindo a desigualdade social. Carrol (apud Borges, 2001).

Administração Pública: constitui um importante segmento da ciência da administração, representa o aparelhamento do Estado e funciona, atualmente, como um instrumento de governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, com o objetivo de dar plena e cabal satisfação das necessidades coletivas e entregar a população uma ampla variedade de serviços públicos de interesse coletivo [...]. (Chiavenato 2012, p. 97).

Associações: O Código Civil define associações como a “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (art. 53). A Constituição Federal garante o direito à livre associação e proíbe o exercício de determinadas atividades descritas em lei, tais como as atividades de caráter paramilitar. Assim, associação é toda união de pessoas, promovida com um fim determinado, seja de ordem beneficente, literária, científica, artística, recreativa, desportiva ou política, que não tenha finalidade lucrativa. Sua finalidade pode ser altruística, como uma associação beneficente que atende a uma comunidade sem restrições qualificadas, ou não altruística, no sentido de que se restringe a um grupo seletivo e homogêneo de associados. (Barbosa, 2003)

Desenvolvimento Educacional: considerado como fenômeno social em evolução permanente, seguindo coerência, motivação e participação dos seus atores em articulação com projetos, numa visão prospectiva das políticas educacionais de formação e de investigação que as orientam. (Loureiro, 1995)

Educação: é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade. (Hubert, 1976)

Empresa: (...) é uma organização que se propõe a regularmente, transformar insumos e/ou transacionar bens que considera úteis para a sociedade, sejam eles matérias-primas, produtos semifabricados, bens industriais, bens de consumo ou serviços. Pelo esforço de ser útil, a empresa espera ser remunerada (...). (Richers, 1986).

Ética: é a base da Responsabilidade Social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscal do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante haver coerência entre ação e discurso. (Ethos, 2009).

Filantropia: significa humanitarismo, é um sentimento que faz com que os indivíduos ajudem outras pessoas. É um termo de origem grega, que significa "amor à humanidade". O termo filantropia foi criado por um imperador romano, no ano de 363, pois achava que filantropia era característica de uma de suas atividades, como

sinônimo de caridade, com o objetivo de ajudar as pessoas. (Barbosa, 2003).

Fundação: é a instituição que se forma ou se funda pela constituição de um patrimônio para servir a certo fim de utilidade pública ou atuar em benefício da sociedade. As fundações se caracterizam por seus fins de caridade ou beneficentes (seu objetivo principal), e pelo fato de ocorrer, com a sua instituição, uma personalidade patrimonial. Isso quer dizer que, diferente das associações, onde o núcleo central é o indivíduo, nas fundações o núcleo central é o patrimônio. As fundações podem ser constituídas por indivíduos, por empresas ou pelo poder público. Neste último caso, temos as fundações públicas. É importante que exista uma declaração de vontade clara do fundador para a constituição da fundação, especificando os bens destinados a formar seu patrimônio e os seus fins. Essa declaração de vontade pode expressar-se, inclusive, por meio de um testamento. (Barbosa, 2003)

Gestão Social: é pensar além da gestão de políticas públicas, mas sim estabelecer as articulações entre ações de intervenção e de transformação do campo social, que é uma noção mais ampla, e que não se restringe à esfera público-governamental, como vemos a exemplos das ações de responsabilidade social e do crescimento do terceiro setor”. Gomes (2004)

Se desenvolve no âmbito da esfera pública, na qual se sobressaem as organizações públicas não estatais e o interesse público da sociedade, além de proporcionar condições à emancipação dos indivíduos, baseando-se na democracia deliberativa, na formação da consciência crítica de seres humanos dotados de razão. (Botrel, Araújo e Pereira, 2010).

Instituição: é o próprio ato de estabelecer ou formar alguma coisa, para que se exercitem ou se cumpram as finalidades pretendidas ou as disposições impostas. Neste sentido, a instituição se apresenta como a fundação ou a criação de alguma coisa, com finalidades próprias e determinadas pela própria vontade criadora. (Barbosa, 2003)

ONG – Organização Não Governamental : refere-se a um tipo peculiar de organização. Trata-se de um agrupamento de pessoas, estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, tendo como objetivo lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las. (Barbosa, 2003)

Organização: é o agrupamento de pessoas, que se reuniram de forma estruturada e deliberada e em associação, traçando metas para alcançarem objetivos planejados e comuns a todos os seus membros, (Lacombe; Heilborn,2003).

De acordo com Moraes (2004, p.91): Organizações são instituições sociais e a ação desenvolvida por membros é dirigida por objetivos. São projetadas como sistemas de atividades e autoridade, deliberadamente estruturados e coordenados, elas atuam de maneira interativa com o meio ambiente que as cerca.

Programa: definido como uma ação permanente voltada para determinado fim ou público-alvo, geralmente representada por um conjunto de projetos que, em sinergia e integrados, viabilizam o resultado desejado pelo programa. Ou seja, é um conjunto de projetos coordenados entre si de forma articulada e dinâmica e que visam objetivos comuns. Baptistas (2002).

Projeto: é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de uma unidade de ação. É, portanto, a unidade elementar do processo sistemático da racionalização de decisões. Constitui-se da proposição de produção de algum bem ou serviço, com emprego de técnicas determinadas e com o objetivo de obter resultados definidos. Baptistas (2002).

Projetos sociais: são considerados como parte do conjunto de realizações da empresa, com parceria ou não de outras empresas apoiadoras. Mais que isso, devem se tornar um hábito, parte da cultura empresarial, como requisito para uma gestão responsável e contributiva. (Lapassade, 1992, p.28)

Parcerias: são estabelecidas mediante contratos de patrocínio em que a empresa cede os recursos necessários (físicos, financeiros e/ou humanos) para a execução de um determinado projeto social. Conquanto, dar-se início a uma relação de troca muito maior do que a apenas de recursos. (Lapassade, 1992, p.32)

Responsabilidade social: é composta por dimensões econômicas, legal, ética e filantrópica. Carrol (apud Borges, 2001)

Segundo (Froes e Neto, 1999): É a atividade empresarial que envolve o compromisso de toda a cadeia produtiva da empresa: clientes, funcionários e fornecedores, além das comunidades, do ambiente e da sociedade, como um todo. A ideia está relacionada com a teoria dos *stakeholders* que, como já foi conceituado antes, seriam os indivíduos ou grupos que dependem da organização para alcançar seus interesses ou objetivos próprios e dos quais a organização também depende para alcançar suas metas.

Para Ashley, (2002, p.98): Pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, [...] agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização [...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Responsabilidade Social Corporativa: é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo. (Melo Neto e Froes, 2001).

Responsabilidade Econômica: as empresas têm uma responsabilidade de natureza

econômica, onde produz bens e serviços que a sociedade deseja e os vende para obter lucro sendo isto a base do funcionamento do sistema capitalista. Nesse âmbito da responsabilidade econômica o que a sociedade espera é que os negócios realizem lucros. (Melo Neto e Froes, 2001).

Responsabilidade Ética: a sociedade espera que as empresas tenham um comportamento ético em relação aos negócios e espera que as empresas atuem além dos requerimentos legais. (Melo Neto e Froes, 2001).

Responsabilidade Filantrópica: são as ações tomadas pelas organizações e representam os papéis voluntários que as empresas assumem onde a sociedade não provê uma expectativa clara e precisa como nos outros componentes. Essas expectativas são dirigidas pelas normas sociais e ficam por conta do julgamento individual dos gestores e da corporação. São guiadas pelo desejo das corporações em se engajar em papéis sociais não legalmente obrigatórios e que não são expectativas no senso ético, mas estão se tornando cada vez mais estratégicas. (Melo Neto e Froes, 2001).

Responsabilidade Legal: a sociedade espera que as empresas realizem sua missão econômica dentro dos requisitos estabelecidos pelo sistema legal. Obedecer à lei é uma das condições para a existência dos negócios. Espera-se que os negócios ofereçam produtos que tenham padrões de segurança e obedeçam às regulamentações ambientais estabelecidas pelo governo. (Melo Neto e Froes, 2001).

Terceiro setor: é em primeiro lugar, um conjunto de instituições que encarnam os valores da solidariedade e os valores da iniciativa individual em prol do bem público. Isso não significa que tais valores não sejam evidentes também em outros domínios, mas sim que no terceiro setor ele alcançou a plenitude. (Salamon apud loschpe, 1997, p. 92).

Engloba as múltiplas experiências de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais. E no âmbito empresarial tem sido cada vez mais crescente a concretização da responsabilidade e compromisso com a melhoria da comunidade. Cardoso apud loschpe (1997, p.8)

É composto por entidades da sociedade civil que exercem atividades de interesse público e não lucrativas. O terceiro setor coexiste com o primeiro setor, que é o estado, e o segundo, que é o mercado. Na realidade, ele caracteriza-se por prestar atividades de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos; precisamente pelo interesse público da atividade, o Estado tem interesse em fazer parceria com as mesmas, dentro da atividade de fomento, para essa parceria, as entidades têm que atender a determinados requisitos impostos por lei e que variam de um caso para outro. (Di Pietro, 2008, p. 249)

Definição e Operacionalização da Variável

Responsabilidade social "a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais" (INSTITUTO ETHOS, 1998).

Tabela 5. Matriz de operacionalização da variável

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO OPERACIONAL	DIMENSÃO	INDICADORES	OPERACIONAL
----------	-----------------------	----------	-------------	-------------

Gestão da responsabilidade social com ênfase na educação.	A gestão da responsabilidade social das Fundações com ênfase na educação.	<p>O exercício da Responsabilidade Social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfase na educação no aspecto legal, no âmbito económico na dimensão ética no sentido filantrópico.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Investimentos ▶ Avaliação ▶ Legislação ▶ Relação com o poder público ▶ Transparências. 	<p>Balço Social</p> <p>Leis</p> <p>Parcerias</p> <p>Certificações</p> <p>Prêmios</p>
		<p>Gestão do Exercício da Responsabilidade Social.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Gestão 	<p>Cronograma organizacional</p> <p>Editais</p>
		<p>Fortalezas e Debilidades do exercício da Responsabilidade Social das Fundações</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Impactos ▶ Benefícios 	<p>Relatórios</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2017).

MARCO METODOLÓGICO

A Responsabilidade Social com foco na Educação é um tema complexo, que tem despertado um grande interesse por parte de diversos segmentos da sociedade, incluindo as entidades governamentais e não governamentais. Entretanto, ainda são poucos os estudos sobre a atuação das empresas na educação, sendo este, uma área que apresenta várias questões que podem ser exploradas e aprofundadas.

Dada a complexidade do tema, cuja análise depende da consideração de uma gama de elementos e inter-relações, percebe-se a necessidade de uma pesquisa mais aberta, abordando conceitos pouco consolidados para que seja possível compreender e verificar como os princípios, as práticas, os procedimentos da Responsabilidade Social se relacionam com a educação.

Tipo de Investigação

A pesquisa tem enfoque no conhecimento científico onde surge a partir da determinação de um objeto específico de investigação e da explicitação de um método para essa investigação.

Quanto à natureza da pesquisa a mesma será pura, pois objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais. Appolinário (2011, p. 146) aponta que a pesquisa Pura ou básica é o “avanço do conhecimento científico sem nenhuma preocupação, a priori, com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”

Quanto a delimitação da pesquisa será temporal já que estará diretamente vinculada ao período em que o fenômeno a ser estudado será circunscrito. Segundo Gil (2004, p. 162) a execução da pesquisa estará situada no tempo presente, uma vez que ele não comprometerá o processo da pesquisa.

A presente tese terá abordagem quantitativa, possuindo um paradigma positivista onde a realidade é única, podendo ser fragmentada para sua análise, tendo como ponto de partida a teoria previamente selecionada a qual se extraem por um enfoque hipotético-dedutivo, hipóteses que se deseja contrastar na investigação para confirmar

o descarte.

Segundo Bell (2004, p. 19-20), os “investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles”.

Para Demo (2001) A pesquisa quantitativa adota estratégia sistemática, objetiva e rigorosa para gerar e refinar o conhecimento. Neste desenho, utiliza-se inicialmente raciocínio dedutivo e generalização. O raciocínio dedutivo é o processo em que o pesquisador começa com uma teoria ou arcabouço estabelecido, onde conceitos já foram reduzidos a variáveis, e então coleta evidência para avaliar ou testar se a teoria é confirmada. Generalização é a extensão nas quais conclusões desenvolvidas a partir das evidências coletadas de uma amostra podem ser estendidas para uma população maior.

Para tanto, nos estudos organizacionais, a pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente. Suas características principais são (NEVES, 1996) obedece a um plano pré-estabelecido, com o intuito de enumerar ou medir eventos; – utiliza a teoria para desenvolver as hipóteses e as variáveis da pesquisa; – examina as relações entre as variáveis por métodos experimentais ou semi-experimentais, controlados com rigor; – emprega, geralmente, para a análise dos dados, instrumental estatístico; – confirma as hipóteses da pesquisa ou descobertas por dedução, ou seja, realiza previsões específicas de princípios, observações ou experiências; – utiliza dados que representam uma população específica (amostra), a partir da qual os resultados são generalizados, e – usa, como instrumento para coleta de dados, questionários estruturados, elaborados com questões fechadas, testes e checklists, aplicados a partir de entrevistas individuais, apoiadas por um questionário convencional (impresso) ou eletrônico.

Desenho da Investigação

O presente estudo terá como desenho da pesquisa uma tipologia não experimental, pois Segundo (Gil, 2004) “ é aquela em que o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona fatos e variáveis sem manipulá-los”. A pesquisa não

experimental consiste no estudo de fenômenos sem a intervenção sistemática do pesquisado, ou seja, no método não experimental, as variáveis de interesse do estudo são observadas ou mensuradas como ocorrem naturalmente.

Nível de conhecimento esperado

Quanto ao nível de conhecimento esperado, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva, orientada para a análise e a categorização das características organizacionais das empresas que incorporaram a dimensão educacional na sua gestão.

Na pesquisa descritiva Triviños (1987) aponta a exigência do investigador na busca de uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso e análise documental.

Fonseca (2002) aponta que, a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. Investiga-se uma pessoa ou grupo capacitado (sujeito da investigação), abordando um aspecto da realidade (objeto da investigação), no sentido de descrevê-la (investigação descritiva), ou para explorá-la (investigação exploratória).

População, Amostra e Amostragem.

A população de uma pesquisa consiste em um conjunto de indivíduos que compartilham de, pelo menos, uma característica comum, seja ela a espécie, a etnia, cidadania, entre outras características.

Segundo Gil (2007) “a amostra é um pequeno grupo de indivíduos retirados da população. Já a amostragem é o processo pelo qual se obtém informações sobre um todo (população) examinando-se somente uma parte do mesmo (amostra). As técnicas de amostragem permitem reduzir o número de sujeitos numa pesquisa, sem risco de invalidar resultados ou de impossibilitar a generalização para a população como um todo. Para tanto, apresentamos a população, a amostra e a amostragem da pesquisa.

A pesquisa apresenta como população alvo empresas que realizam investimentos sociais, sendo que a população em estudo serão aquelas que realizam a responsabilidade social com ênfase na educação.

Para definição da população buscou-se fazer um levantamento de empresas brasileiras que atuam de forma responsável realizando investimentos sociais de forma a impactar e contribuir com o desenvolvimento educacional e social do país.

A população é composta com um total de 06 (Seis) empresas brasileiras. Sendo elas classificadas como investidores de institutos empresariais, empresas, institutos e fundações familiares independentes e comunitários, citadas no censo GIFE 2015 (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) como investidoras na educação e empresas, sendo estas também associadas ao Instituto Ethos.

O critério de representatividade atribuído para a determinação da amostra foi o de empresas que tenham sido selecionadas por ter a educação como seu maior foco de investimento social.

A forma inicial de acesso aos elementos da amostra para a realização da pesquisa de campo foi com base no número de programas executados pelas mesmas e o valor de investimento na educação. Assim a amostra ficou composta por 3 (Três) Organizações.

Sendo assim, a amostra ficou assim constituída por 03 (Três) empresas brasileiras com um total de 06 (Seis) empresas, que representa 50% total da população.

A amostragem refere ao processo de escolha dos indivíduos que pertencerão a uma amostra, para tanto, a amostragem da presente pesquisa será não probabilística, pois a escolha dos elementos da amostra é feita de forma não-aleatória, justificadamente. A escolha é intencional, considerando as características particulares do grupo em estudo e com base no conhecimento que o pesquisador tem sobre o universo a ser investigado.

Técnicas e instrumentos de coleta de dados.

Referente ao tipo de procedimento utilizado a mesma será uma pesquisa bibliográfica, pois segundo Severino (2007, p.122)[...] é aquela se utiliza de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

A pesquisa documental será outro procedimento adotado na coleta de dados, sendo que a pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, já a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, p. 32)

Também será realizado como procedimento o estudo de caso, o mesmo é caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador escolhe, de acordo com a sua perspectiva de estudo, um caso particular (ou uma situação) que considerou representativo dentre um conjunto de casos semelhantes. O caso ou situação escolhido, em especial, representa mais adequadamente aquilo que quer investigar. Severino (2007, p. 121) “alerta que os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados”.

Segundo Ludke e André (1986, p. 17), o estudo de caso [...] é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um

interesse próprio, singular. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

O estudo de caso é uma análise profunda, pelo qual se procura conhecer poucos elementos da população sobre um grande número de aspectos e inter-relações; não há uma preocupação com a representação da população como nos levantamentos amostrais (Mattar, 1993).

Descrição e procedimento utilizado para análises dos dados

Os dados podem ser classificados em primários e secundários. Para (Mattar, 1993) os dados primários são os que não estão disponíveis em documentos, são diretamente coletados no campo com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento. Já os dados secundários são os que se encontram em documentos, tabulados, ordenados, com propósitos outros ao de atender às necessidades específicas da pesquisa em curso, e que estão a disposição dos interessados. Segundo o autor supracitado as fontes de dados secundários são: a própria empresa, publicações, agências governamentais e serviços de informação.

Para a coleta de dados foram utilizados levantamentos documentais (brochuras promocionais, publicações, relatórios produzidas pelas empresas e relacionadas ao setor de atividade dela).

Após seleção das instituições a serem objetos de estudos deu-se início a aplicação dos questionários.

Entre as numerosas técnicas de pesquisa e coleta de dados, a mais difundida e conhecida é a utilização do questionário. De acordo com Lakatos; Marconi (2010), o questionário constitui-se de uma série ordenada de perguntas relacionadas a um tema central, que são respondidas sem a presença do entrevistador. É uma das formas mais utilizadas para obtenção de dados, por permitir mensuração mais exata.

Trata-se de técnica impessoal entre pesquisador e entrevistado, uma vez que a entrevista ocorre por intermédio de um documento com perguntas dirigidas, aguardando resposta do entrevistado.

Para assegurar o sucesso da pesquisa, foi realizado um pré-teste com um pequeno grupo da amostra. Após a tabulação é possível verificar erros e desvios de informações do questionário. Este por sua vez foi composto por perguntas abertas e fechadas. Nas perguntas abertas, o pesquisado tem total liberdade, uma vez que vai ele próprio redigir as respostas. Já nas perguntas fechadas a mesmas eram compostas de perguntas de múltipla escolha, ou seja, perguntas fechadas com mais de uma opção de respostas.

Para a realização da pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa bibliográfica que serviu para o desenvolvimento da fundamentação teórica desta tese.
- Análise de documentos, relatórios, balanços sociais;
- Elaboração de questionário que foi enviado aos gestores das instituições em estudo;
- Pré-teste do questionário para identificar possíveis falhas.
- Aplicação do questionário;
- Apresentação e análise dos dados coletados.

MARCO ANALÍTICO

Nesta seção está tecida a apresentação e análises dos dados de forma que apresenta a descrição detalhada do grupo social objeto deste estudo após a aplicação do questionário enviado aos gestores das instituições Fundação Vivo, Fundação Bunge e Fundação Itaú Social, findas o olhar da autora correlacionadas com a Literatura exposta no marco teórico, a fim de verificar se a mesma atingiu seus objetivos. Estes, por sua vez, serão respondidos no último item ao abordar os comentários conclusivos e recomendações.

Tendo em vista que o estudo foi realizado seguindo a abordagem quantitativa onde a interpretação foi realizada a partir dos dados coletados com base no levantamento dos dados secundários referentes ao contexto de atuação das empresas e características organizacionais obtidos via internet, através de publicações dos balanços sociais, relatórios e documentos de divulgação das empresas selecionadas e das respostas aplicadas aos gestores das Fundações por meio do questionário.

Nesse sentido, cada informação obtida possibilitou a construção da caracterização do perfil dos sujeitos, bem como do perfil das Fundações que possuem a educação como principal foco nas ações de responsabilidade social.

Assim, as respostas, acrescidas ao conjunto de conhecimentos que foram se acumulando ao longo do processo de pesquisa, possibilitaram análise e interpretação do objeto de estudo.

Análise e interpretação dos resultados

Como descrição do grupo social, será apresentado primeiramente o perfil das Fundações. Em seguida serão apresentadas algumas características das fundações de acordo com o quadro de operacionalização das variáveis. No decorrer da análise as mesmas serão correlacionadas e confrontadas com o Marco teórico a fim de responder as perguntas de investigação, e se atendem aos objetivos propostos.

Para tanto, abaixo segue uma tabela com apresentação de alguns dados sobre o perfil das Instituições onde serão identificadas no decorrer dos estudos como Instituição

A, B e C.

Tabela 6 - Perfil das Fundações Analisadas

Identificação das Organizações	Situação Sócio Econômica	Atividade	Tempo existência
A	Fundação Bunge	Ramo Alimentício	62 anos
B	Fundação Itaú Social	Organização Financeira	20 anos
C	Fundação Vivo	Ramo de telefonia	14

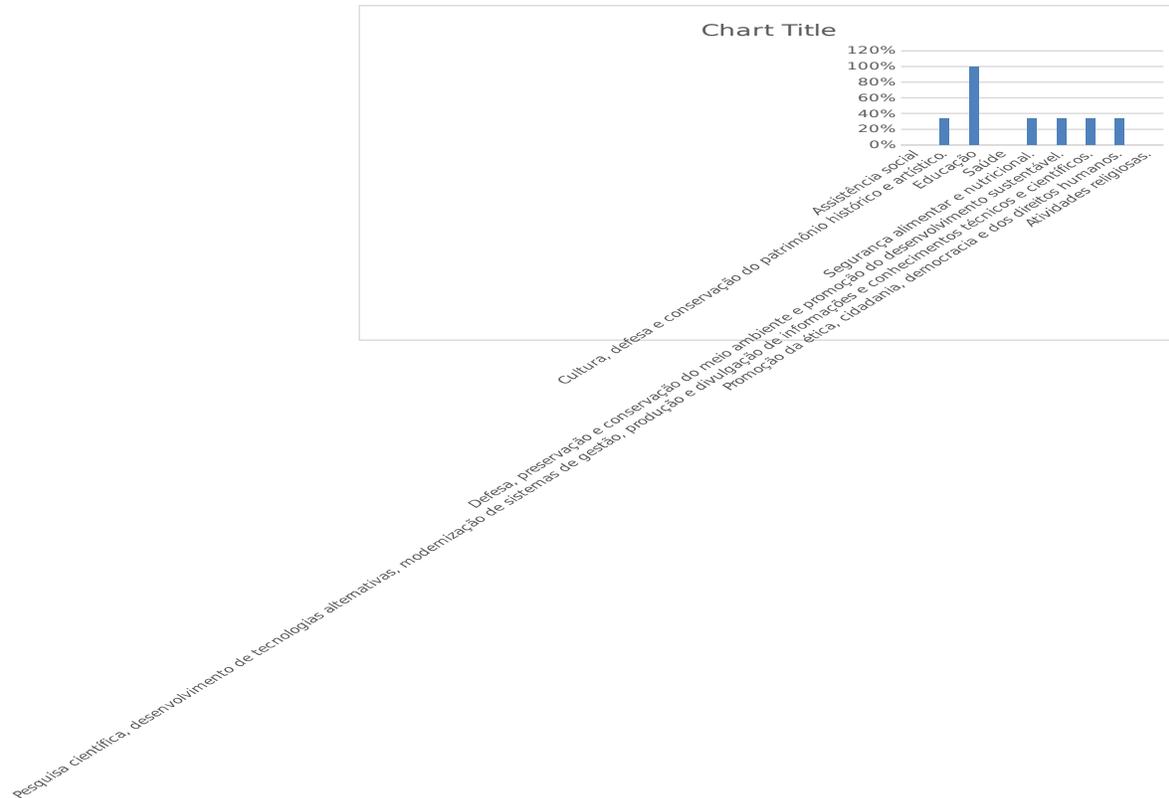
Fonte: Próprio pesquisador

As instituições objetos do presente estudo são todas enquadradas juridicamente como Fundações, onde as mesmas são constituídas de um patrimônio, que com fins de caridade ou beneficentes, sendo estas administradas por um Conselho de Curados, Diretoria e Conselho Fiscal.

Quanto ao tempo de existência somente uma instituição tem menos de 20 anos de experiência no trabalho desenvolvimento para fomentar a Responsabilidade social. As outras Fundações já realizam as ações a mais tempo. Mesmo sabendo que, apesar do terceiro setor ter iniciado seu momento histórico já em 1935, após a promulgação da lei que os declara de utilidade pública para que assim pudessem receber subsídios governamentais, essa mobilização social ainda tem que ser incentivada e trabalhada de forma que as empresas passem a exercer essa função dentro da sociedade de forma efetiva.

Ao serem questionadas sobre a finalidade da organização com base no Código Civil, mas especificamente pela Lei nº 13.151 de agosto de 2015 teve-se os seguintes apontamentos conforme abordado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 - Finalidades das Fundações



Fonte: Próprio pesquisador

Pode-se observar que as Fundações atuam socialmente com base no Código Civil, sendo esta uma exigência na constituição de uma Fundação quanto as suas finalidades.

Apesar das Fundações analisadas serem mantidas por empresas de ramos de atuação diferentes, todas possuem como foco principal ações sociais no contexto educacional. A educação é uma das áreas prioritárias e de maior atuação social para a tentativa de solução dos problemas expressos na pobreza.

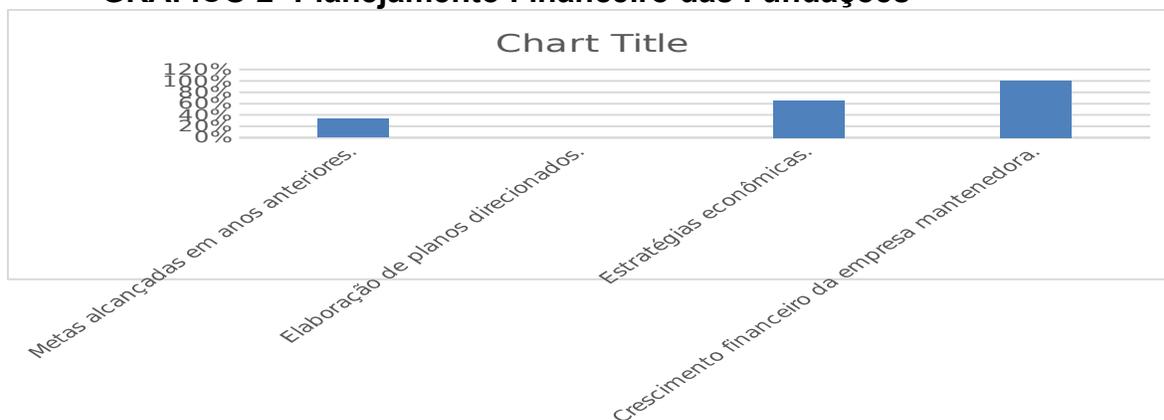
A Fundação A por ser mantida por uma Instituição do Ramo de Alimentação ela procura atuar além do segmento de segurança alimentar e Nutricional, na defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável e também na Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, possuindo um grande Centro de Memória Bunge com o slogan de “Valorizar o

passado para construir o Futuro”. Já a Fundação B e C – tem como única finalidade a Educação desenvolvendo ações com públicos e níveis educacionais diferentes. A Fundação Itaú Social tem como objetivo central formular, implantar e disseminar metodologias voltadas à melhoria de políticas públicas na área educacional e à avaliação de projetos sociais. As propostas desenvolvidas e apoiadas têm como foco a gestão educacional, a educação integral, a mobilização social e a disseminação da cultura de avaliação econômica de projetos sociais.

Ao abordar as formas legais que as Fundações utilizam na gestão da responsabilidade social foi unânime os instrumentos utilizados pelos gestores para estimular o investimento para promover o desenvolvimento econômico e social como um todo. Todas as fundações utilizam Incentivos fiscais de dedução de IR, Desconto de doações e patrocínios, Incentivos em Leis Federais, Incentivos em Leis Estaduais e Incentivos em Leis Municipais, pois tais benefícios permitem que as organizações economizem com tributos e realizem novos investimentos, o que se constitui em uma ótima oportunidade de crescimento para seus negócios e a para o trabalho de responsabilidade social contínuo.

Na dimensão econômica ponderou-se na análise os investimentos realizados na educação, juntamente com a avaliação dos investimentos, a abrangência e a sustentabilidade relacionada à melhoria das condições no cenário educacional brasileiro.

GRÁFICO 2 -Planejamento Financeiro das Fundações



Fonte: Próprio pesquisador

Pode-se observar que entre as opções apresentadas aos gestores ao realizar o planejamento financeiro das Fundações que 100% deles utilizam crescimento financeiro da empresa mantenedora para planejar as ações e investimentos. Nesse sentido, vale ressaltar que os relatórios de investimentos publicado pelo IBASE² (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) apontam que o crescimento dos repasses das empresas para a sociedade foram significativos. Sendo que houve crescimento na parte de investimentos na responsabilidade social empresarial na educação. Esse crescimento dos repasses para a sociedade vem sendo cada ano alavancado, pois o Patrimônio Líquido das empresas se compromete a cada dia mais com a educação na tentativa de melhorar sua Responsabilidade Social perante a Sociedade.

A Fundação B a qual está ligada a uma instituição Financeira (Banco), ressalta que a origem dos recursos é decorrente a existência do Fundo Patrimonial e Orçamento instituído desde o ano 2000, este por sua vez é composto de doações de recursos próprios, aplicados em fundos de investimento (curto prazo e renda fixa) e em ações do conglomerado com sua instituição mantenedora. A mesma possui um orçamento anual para sua manutenção e financiamento de seus projetos, é resultante do superávit da aplicação em fundo.

Associada ao crescimento Econômico conforme apontado acima, estão as Estratégias econômicas também utilizadas pelas fundações. Apontada no gráfico com 66%, os gestores acreditam que fomentar estratégias conforme cenário econômico otimiza os resultados de todo um segmento de uma cadeia produtiva, não permitindo que um elo desta cadeia se sobressaia às custas dos demais. Acreditam que ao estudar as estratégias econômicas constrói-se preocupação com a eficiência e a eficácia empresarial, visando assegurar que o resultado seja alcançado e que a missão da empresa seja cumprida com continuidade.

Segundo Drucker (1996) Com o avanço da competitividade empresarial resultante da globalização, a gestão estratégica tem se tornado um campo relevante para estudos e aprofundamento, ganhando cada vez mais destaque, já que ações

2 O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma instituição sem fins lucrativo de cidadania ativa, fundada em 1981. Atualmente publica a revista quadrimestral Trinchiras, cujo objetivo é promover a reflexão e o debate sobre temas relacionados à cidadania, à democracia, à sustentabilidade e à justiça socioambiental.

gerenciais permitem que uma empresa se mantenha integrada. O uso de técnicas gerenciais torna mais claro o caminho para que uma empresa alcance sua missão, através da gradativa evolução em todos os seus processos internos.

A estratégia promove a eficácia operacional, criando capacidade de vantagem competitiva diante de adversidades, concorrentes e principalmente contra as próprias falhas de qualquer empresa. É a união entre o que é desejado por uma empresa e suas formas de atingir seus objetivos. Para empregá-la corretamente, é preciso conhecer cinco forças existentes: as ameaças de novos entrantes, produtos substitutos, poder de barganha dos clientes e fornecedores e a rivalidade entre concorrentes (PORTER, 1999). Assim, como o ambiente externo pode produzir efeitos negativos, é fundamental conhecer e manejar os recursos internos em momentos cruciais, a fim de que, independente do tamanho e forma das forças inimigas haja habilidade suficiente para vencê-las. (TZU, 1999).

Quanto ao item Metas alcançadas em anos anteriores, somente um empresa o utiliza em seu planejamento financeiro, sendo esta, fundamental para que o ciclo de gestão de sua empresa seja feita com sucesso.

A mesma entende que existem muitas formas de atingir os objetivos e atingir as metas, mas a Fundação tem consciência da importância que os princípios ou crenças servem de guia para os comportamentos, atitudes e decisões de todas as pessoas na organização, envolvidas na busca dos seus objetivos. A estes princípios e crenças denominam valores e que esses valores orientam todos na empresa sobre as atitudes e comportamentos que são inaceitáveis, e contribui para manter todos focados na missão e visão da companhia.

Nesse contexto, os valores, a missão, a visão e os resultados são os indicadores apontados pelos gestores das Fundações que norteiam a prática da responsabilidade social que eles desenvolvem.

Ao apontar os indicadores de responsabilidade social na dimensão econômica pode se analisar que as instituições que foram objeto de estudo tem incorporada a dimensão social, por que entendem que são parte da sociedade e por isso devem responder pelas questões sociais. Revelaram ainda que o comportamento socialmente responsável de uma empresa é capaz de influenciar positivamente outras

organizações.

Utilizando com primeiro indicador procurou-se verificar quais foram os investimentos realizados na educação por parte das Fundações. Verificou-se por meio de publicação realizada por uma das diretoras da organização A, “que a mesma investe em média 4,5 milhões de reais por ano no treinamento de professores e construção de bibliotecas em escolas públicas com o objetivo de melhorar a formação de estudantes e, no futuro, recrutar profissionais entre os ex-alunos. No olhar da gestora é preciso que o poder público coloque os projetos ofertados e realizados na agenda pública garantindo que os projetos cheguem a todas as escolas de maneira uniforme”.

Sendo que o Brasil é considerado o sétimo maior mercado de tecnologia no mundo, e vem ganhando espaço, para tanto, a organização visar investir em iniciativas inovadoras fomentando a economia digital como softwares, serviços e dados móveis. Pesquisas estimam que, apesar da desaceleração da economia, o país terá um investimento em tecnologia da informação de cerca de US\$ 125,3 bilhões este número um crescimento de cerca de 5,7% sobre os referente aos investimentos dos anos anteriores.

Estamos na era da transformação digital e é fundamental que a sociedade esteja inserida neste contexto. Somos grandes consumidores de tecnologia e devemos considerá-la peça chave para impulsionar o desenvolvimento educacional.

Quanto aos impactos dos investimentos sociais por parte das empresas publicados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas verificou-se que tanto a receita líquida como o resultado operacional estão associados aos investimentos sociais e ambientais indicando que as organizações que são socialmente responsáveis estão obtendo retorno satisfatório dos investimentos.

Em pesquisa realizada pela BISC - *Benchmarking do Investimento Social Corporativo* mostra que os valores investidos por empresas em projetos de responsabilidade social em 2016 foram de R\$ 2,4 bilhões no Brasil. Outro dado importante é que a educação continua como prioridade recebendo 41% do total dos recursos citados.

Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) as empresas investem ao menos 1,4 bilhão de reais ao ano em educação básica, isso inclui aportes

em redes de ensino mantidas por governos e também projetos de entidades privadas que oferecem ensino gratuito. Essa estimativa foi realizada por meio de um mapeamento aonde o dinheiro chega a escolas por meio de parcerias entre redes de ensino e empresas.

De acordo com o último censo do GIFE (2015) entre a maioria das empresas investidoras (65%) trabalha com projetos de capacitação de professores. Em segundo lugar aparecem os projetos de reforço ou complementação escolar (48%). Elas preferem investir mais em projetos não vinculados à educação regular, como atividades de apoio familiar. Isso pode ser explicado pela dificuldade de estabelecer parcerias com o poder público. Ainda de acordo com o censo citado acima, 85% dos investidores fazem avaliação constante dos projetos nos quais investem.

O investimento privado em educação pública é feito de duas maneiras. A mais comum é via fundações e institutos familiares vinculados a empresas. Estruturadas como organizações sem fins lucrativos, essas instituições recebem doações, garantindo aos benfeitores educação do valor doado no imposto de renda. As fundações e institutos podem ainda se registrar como organizações da sociedade civil para receber recursos públicos. A segunda forma de investimento é a doação de dinheiro, livros ou outros itens diretamente para as escolas. O valor investido também pode ser abatido do imposto de renda.

Atualmente há uma forte tendência apontada pela Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS)³ onde recomenda a Fundações e Institutos (empresariais, familiares e independentes) que realizem doações e investimentos para viabilizar iniciativas-piloto e inovadoras do campo de Finanças Sociais e Negócios de Impacto. Seu objetivo é que Fundações e Institutos direcionem, até 2020, 5% de seus investimentos e doações ao desenvolvimento do campo das Finanças Sociais e Negócios de Impacto, preferencialmente em estratégias de fortalecimento de organizações intermediárias ou de atração de novos investidores.

Intencionam que mais projetos piloto inovadores implementados com o apoio de

3 A Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS) foi criada em maio de 2014, a partir de um grupo de trabalho formado por organizações e especialistas que buscavam aumentar a atração de capital, o empreendedorismo e a inovação dirigidos à resolução de problemas sociais. Neste contexto, em outubro de 2015, a FTFS lançou 15 recomendações para levar adiante esta agenda ao longo dos cinco anos seguintes.

Institutos e Fundações, e por meio do Lançamento Rede Temática de Negócios de Impacto GIFE e coordenados pelo Instituto Sabin, e com participação de cerca de 45 organizações. A Rede tem o objetivo de entender essa nova tendência no campo do investimento social privado, discutir desafios, oportunidades e adequações necessárias.

Para isso, visam acelerar o entendimento do Ministério Público e dos Conselhos de Administração de Institutos e Fundações, levando à regularização do investimento direto de Institutos e Fundações em Negócios de Impacto potencialmente por meio da organização de seminários nacionais com diferentes representantes do Ministério Público.

Esta iniciativa tende a contribuir para a expansão das ações de responsabilidade social, pois conforme aponta Regadas (2016) quanto maior for os investimentos e o número de envolvidos na causa social, a educação será a solução ideal para dar fim ao sucateamento do ensino brasileiro e no redirecionamento dos recursos para ela já designados.

A falta de investimentos públicos também foi outro aspecto apontado no relatório. Apontamentos mostram que apesar dos governos aumentarem os investimentos na educação, os mesmos não são suficientes, havendo sempre a necessidade de buscar mais recursos., tanto por parte do governo quanto das empresas investidoras em educação. O Ministério da Educação definiu em 2017 o repasse do valor anual mínimo por aluno em R\$ 2.875,03. A portaria instituiu o repasse pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), onde o governo federal repassa a complementação aos estados e respectivos municípios que não alcançam com a própria arrecadação o valor mínimo nacional por aluno estabelecido a cada ano. O repasse do Fundeb aos municípios é feito com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, de acordo com os dados do último censo escolar. Aos estados, é feito com base no número de alunos do ensino fundamental e médio.

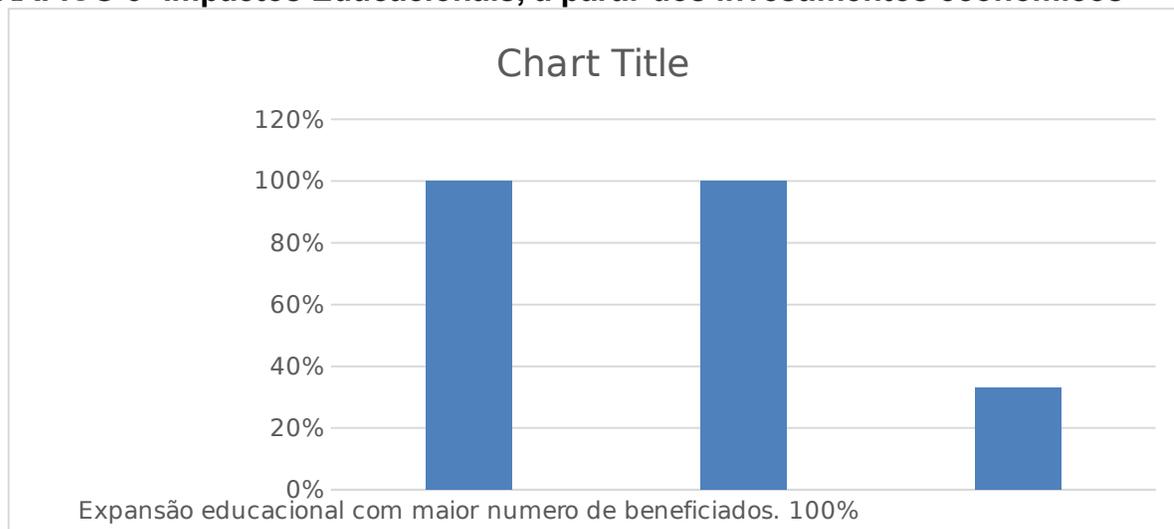
Desta forma, 60% dos recursos do FUNDEB devem ser destinados exclusivamente para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. O mínimo a ser gasto dos recursos do FUNDEB é de 95%, sendo que os 5% restantes podem ser gastos no primeiro trimestre seguinte e com a abertura de crédito adicional.

O FUNDEB é regulamentado pela lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Os recursos aportados ao Fundo serão distribuídos, de acordo com o número de matrículas efetivadas nas redes estadual e municipal, multiplicadas pelo valor único por aluno estabelecido. Se os valores por aluno forem mais elevados na rede estadual em relação à municipal, haverá uma redistribuição de recursos da primeira para a segunda. Se o valor por aluno, em cada Estado, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, a destinação de recursos do Governo Federal para Estados e Municípios será feita automaticamente, considerando o número de matrículas efetivadas nas redes do ensino fundamental.

Quando abordados sobre quais os impactos educacionais a fundação promove, nas áreas onde estão presente, a partir dos investimentos econômicos, todas as fundações afirmaram ter uma maior expansão educacional com maior numero de beneficiados, e um aumento da qualidade educacional.

Somente 33% apontaram ter impactos na diversidade de projetos beneficiados por categorias.

GRÁFICO 3 -Impactos Educacionais, a partir dos investimentos econômicos



Fonte: Próprio pesquisador

Segundo os dados apresentados pelas Fundações em estudo os Impactos das ações sociais por meio de projetos e programas desenvolvidos no contexto educacional, estão cada vez mais em expansão não só por numero de beneficiados,

mas também de forma geográfica, sendo que todos possuem abrangência a nível nacional. Citaram que inicialmente suas ações eram local, depois passaram a ser regional e conforme demanda passaram a atuar em todo o território brasileiro.

Segundo estudos apontados por Luz (2009) a respeito à abrangência das ações sociais das empresas no setor educacional estudos no Brasil indicam uma predominância na região Sudeste pelo fato de uma maior concentração do desenvolvimento empresarial do país, com organizações mais fortes, conseqüentemente com maior poder de estabelecer vínculos mais diretos com o Estado.

É interessante apontar o envolvimento dos colaboradores da Fundação Itaú Social onde visa engajar em seus projetos sociais voluntários e assim estimular essa prática. O mesmo registra que realizaram iniciativas que juntos contabilizaram mais de 10 mil participantes, entre colaboradores, aposentados e convidados (amigos e familiares), que se engajaram em ações corporativas e pessoais. Denominado como o programa “Portal Voluntário”, sendo esta, uma ferramenta com mais de 5,5 mil usuários e média mensal de 32 mil *pageviews* (8 mil visitantes únicos), que promove a integração e a troca de experiências entre colaboradores de todo o país.

Além da expansão das ações no alcance de maior número de beneficiados, outro impacto apontado foi o aumento da qualidade educacional.

Mesmo sabendo que a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, as Fundações alegam haver esse aumento pois consideram em seus estudos que a qualidade da educação envolve dimensões extra e intra escolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.

Nessa perspectiva de atuação, as mesmas por trabalharem em parceria com as escolas públicas das esferas governamentais e em parceria com outras entidades não

governamentais que também atuam a fim de contribuir para a educação acompanham por meio das ferramentas escolares e de relatórios realizados por esses parceiros a existência do aumento da qualidade na educação.

Dados de um estudo do Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Portal Iede), mostram que, depois que a Prova Brasil começou a ser aplicada em todas as escolas do ensino fundamental, o número de escolas que conseguiu aumentar sua nota e superar a meta de 2021 cresceu 66 vezes. "A disposição dos alunos, a capacitação dos professores e a aparição dos indicadores, como o Ideb: isso ajuda a que mais escolas estejam se desenvolvendo.

No Brasil, só a partir deste século as escolas públicas passaram a ter um indicador de qualidade em larga escala: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Criado em 2005, ele oferece às escolas, a cada dois anos, um indicativo da sua evolução em dois quesitos: a nota de seus alunos na Prova Brasil e seu rendimento escolar, calculado com base nos números de aprovação, reprovação e abandono dos estudantes, dando assim um retorno e um norte, a fim de orientar o trabalho de escolas que tenham um bom instrumental pedagógico e ajudar no planejamento.

Vale ressaltar que um dos principais fatores externos ao sistema de ensino, mas que podem afetar, para melhor ou pior, o desempenho dos estudantes, é a situação econômica do Brasil, que afeta o nível socioeconômico (ou NSE) das famílias desses estudantes. "O NSE é um dos principais fatores associados ao desempenho", Quando a renda da família melhora, as notas sobem. Pesquisas mostram situação econômica positiva do país no período entre 2005 e 2015 pode ter contribuído para o aumento no número de escolas que chegaram ao Ideb6, considerado o patamar mínimo de qualidade que o MEC espera para o Brasil. Segundo ele, essa situação resultou no aumento do nível socioeconômico das famílias e, com isso, teve um impacto direto em uma das estratégias que ajudam no desempenho escolar: a frequência dos alunos na escola.

E é com base nesses dados que a fundação Bunge desenvolve ações a fim de contribuir no cenário da educação profissionalizante, pois acredita que ao investir em qualificação profissional, contribui para o cenário econômico brasileiro a fim de colaborar com o aumento do nível socioeconômico das famílias.

Diante do exposto, e sabendo que a educação é base de mudança do cenário brasileiro, todas as fundações analisadas no presente estudo registraram que para que possam realizar com efetividade sua responsabilidade social necessitam atuar de forma a ter responsabilidades Econômicas, Sociais, Morais e Éticas. Sendo assim, na busca da efetividade do trabalho, todas elas possuem um código de valores e regras de conduta. Este código de valores e conduta é aplicado por cada fundação de visando estimular a vivência prática de seu conteúdo no dia-a-dia. É um instrumento de realização da filosofia da Fundação, de sua visão, missão e valores, ou seja, é a declaração formal das expectativas da empresa à conduta de seus executivos e demais colaboradores. E para que esta conduta aconteça de forma efetiva, as fundações proporcionam, aos seus colaboradores, formação e capacitação sobre a importância dos valores e regras de conduta dentro e fora da instituição.

Essas capacitações acontecem tanto para funcionários colaboradores das Fundações quanto para os voluntários e parceiros que executam os projetos e programas. Ao capacitar os voluntários parceiros os mesmos objetivam capacitar as organizações no gerenciamento, com qualidade, do seu corpo de voluntários, abordando diferentes tópicos, como: a nova prática do voluntariado, termo de voluntariado, ciclo de gerenciamento de voluntários, comunicação, regulamentação e legislação do setor.

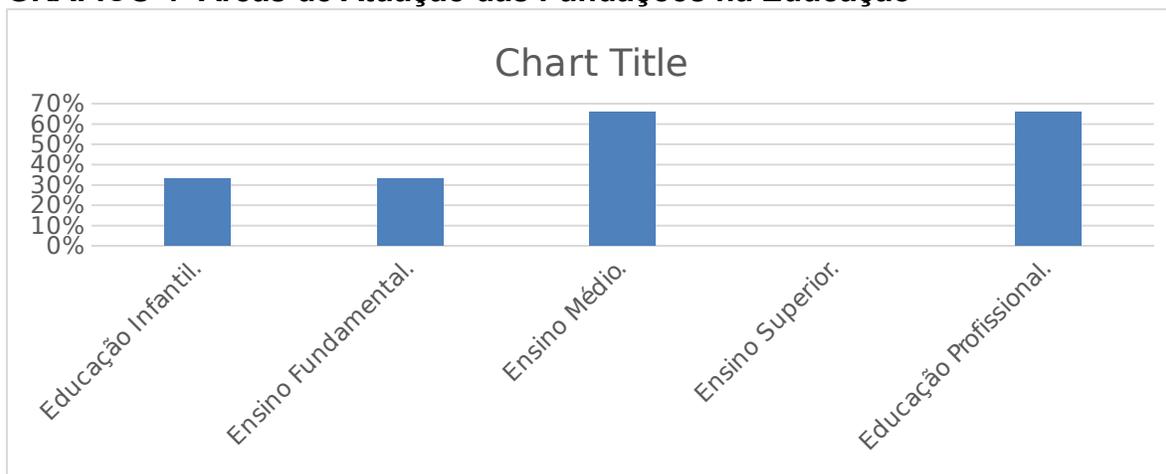
E ao ofertar formação aos funcionários tencionam incentivar agir de forma ética com base no código de conduta, além de orientar em como recrutar, entrevistar e selecionar voluntários conforme suas habilidades, interesses e tempo para ter as organizações parceiras e a comunidade engajada nas ações.

As capacitações ocorrem por meio de metodologias aplicadas e das articulações de estratégias estruturadas ao longo da implantação de Programas e Projetos e na execução de Eventos Educacionais como Congressos, Seminários, Simpósios, Encontros, Conferências, Cursos, Mini cursos, Oficinas, Mostras Pedagógicas e Mesa redonda.

No cenário da educação brasileira sabe-se que é regulamentada pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, que define os princípios orientadores da organização de programas educacionais. Os governos locais são responsáveis por

estabelecer programas educacionais estaduais e seguir as orientações utilizando os financiamentos oferecidos pelo Governo Federal. As crianças brasileiras têm que frequentar a escola no mínimo por nove anos, porém a escolaridade é normalmente insuficiente. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece que "educação" é "um direito para todos um dever do Estado e da família, e está a ser promovida com a colaboração da sociedade, com o objetivo de desenvolver plenamente o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação nos trabalhos com vista ao bem-estar comum. Nesta perspectiva as fundações ao analisar as áreas de atuação visam focar suas ações em setores da educação maior demanda e que vão ao encontro com os objetivos da empresa mantenedora.

GRAFICO 4- Áreas de Atuação das Fundações na Educação



Fonte: Próprio pesquisador

Após analisar o gráfico acima, pode-se perceber o equilíbrio de percentual sendo que cada Fundação possui atuação em áreas específicas;

A Fundação Itaú Social desenvolve ações atuando na Educação infantil e fundamental com projetos fomentando a educação integral. Segundo Centro de Referencias em Educação Integral a Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Atuar nessa área para a Fundação Itaúé uma forma de envolver todos os agentes no processo formativo das crianças, adolescentes e jovens.

Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos e todas tenham garantida uma formação integral. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os alunos podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral.

Já a Fundação Vivo e a Fundação Bunge possuem ações direcionadas ao ensino Médio e profissionalizante, pois dados mostram o cenário agravante. Segundo reportagem publicada na revista Exame (2017) De cada 4 adolescentes de 15 a 17 anos, um não está mais na escola. Nesse ritmo, Brasil vai demorar 200 anos para universalizar o ensino médio e assim fechar essa lacuna na educação formal de seus jovens. A lista de causas para a evasão escolar na adolescência é extensa e engloba problemas que vão desde fatores externos, como uso de drogas, até questões ainda não resolvidas pelos gestores de educação, como a qualidade do ensino.

Segundo dados compilados pelo economista Ricardo Paes de Barros, do Instituto Ayrton Senna, em relatório divulgado pela plataforma Gesta (Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas), lançada recentemente pela Fundação Brava, e feito em parceria com o Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco e Insper os jovens apontam a necessidade de trabalhar como um fator relevante para o abandono da escola. No entanto, geralmente, essa não é a causa determinante para desistir dos estudos. Só que, uma vez desmotivado por outra questão, o jovem tende a priorizar o trabalho e se os estudos forem um empecilho, a opção é deixar a escola.

O estudo aponta que a grade curricular escolar muitas vezes é incompatível com a carga de responsabilidades que os adolescentes podem assumir conforme os anos passam ou com o ritmo de vida deles. Logo, “uma escola rígida, por melhor que seja naquilo que oferece, irá atender aos interesses de apenas uma fração dos jovens”, diz o estudo. “Quanto mais flexível for a escola, mais fácil é a adequação desta aos interesses e às motivações de seus alunos”.

Uma das propostas apresentadas pela pesquisa, por exemplo, é mudar a lógica de avaliação nas escolas para um modelo trimestral ou semestral, que facilitaria a adaptação do aluno em seus diferentes contextos de vida. Outra sugestão é proporcionar a opção dos próprios alunos montarem sua grade de aulas.

Esse tipo de abordagem beneficiaria, por exemplo, o grupo de adolescentes que engravidam. Mais de meio milhão de meninas entre 10 e 19 anos se tornaram mães em 2015, segundo dados preliminares divulgados em maio pelo Ministério da Saúde.

O relatório lembra que a maternidade nesta faixa etária acaba ocupando muito do tempo da jovem mãe e isso demanda uma série de ações específicas da escola para permitir a continuidade dos estudos, como reprogramação das obrigações escolares e até a possibilidade dos filhos serem trazidos para a escola.

Segundo estudos citados pelo relatório, metade dos jovens aponta a falta de interesse como a principal causa para o seu desengajamento com os estudos. E essa percepção, em certa medida, advém da ideia de que a educação formal tem um impacto menor para a vida adulta do que as gerações anteriores. Nesse sentido, afirma o estudo, o currículo escolar precisa fazer sentido para o projeto de vida de cada aluno. Um caminho para isso, diz a pesquisa, é oferecer trilhas curriculares que “acomodem a diversidade de interesses da juventude”.

O clima do ambiente escolar também influencia a decisão do jovem de prosseguir ou não com seus estudos. “Quanto mais o jovem percebe que a escola e as atividades oferecidas ali foram idealizadas pensando nele e para ele e, no limite, entenda que a escola é dele, maior será sua motivação para se engajar e menores serão as chances de abandono e evasão”, afirma o relatório.

O relatório calcula que o Brasil perde, por ano, o equivalente a cerca de 100 bilhões de reais com a evasão escolar. O custo para resolver o problema seria menos do que a metade disso: 33 bilhões de reais.

Acompanhando toda essa evolução de motivos de um feedback no ensino médio, as fundações investem em projetos na educação profissional, pois acreditam ser um caminho para amenizar os dados existentes atualmente e contribuir para uma melhora e incentivo aos jovens brasileiros.

Dentro dessa linha de atuação das Fundações, foi questionado os levam a investir na área da educação. Os mesmos apontaram devido ao desempenho educacional alguns indicadores como disponibilidade e qualidade dos serviços educacionais acentuando a importância desse fator para o desempenho educacional, mais eficazes seriam os gastos públicos em educação no combate ao subinvestimento

em capital humano no país.

Outro indicador seria o impacto da atratividade do mercado de trabalho, onde buscam encontrar evidências de que em locais onde as condições do mercado de trabalho são melhores, e portanto o custo de oportunidade de estudar é maior, o desempenho educacional é pior.

A influência da disponibilidade de recursos familiares (financeiros e não-financeiros), também é outro indicador para o desempenho educacional, onde o aumento na disponibilidade destes pode atenuar os efeitos de imperfeições do mercado de crédito, seja através da maior disponibilidade de ativos que possam ser utilizados como colateral, ou porque as famílias passam a poder utilizar recursos próprios para viabilizar esse tipo de investimento.

Para tanto, percebe-se que o nível educacional da população adulta de um país é o resultado de décadas de investimento em educação, Mesmo em países como o Brasil, que tradicionalmente tem dado pouca atenção à educação, os investimentos em capital educacional são elevados. Segundo dados os investimentos brutos em educação no Brasil representam algo perto de 10% da renda nacional, uma cifra elevada mas ainda bastante inferior à taxa de investimento bruto em capital físico que gira em torno de 20% da renda nacional.

O crescimento populacional e o crescimento econômico também foram apontados pelos gestores como motivos para investir na educação. Os mesmos que na área de educação, são tênues os compromissos. Muitos assumidos não são cumpridos, e se centram mais na universalização do acesso à educação. Mencionaram que o crescimento da população mundial exigirá novas estratégias para que a humanidade consiga superar os desafios que se apresentarão nos próximos anos.

O gestor da Fundação vivo acredita que o crescimento populacional está aliado à evolução da ciência e tecnologia fazendo necessário estar par com os cenários nacionais e internacionais.

Para tanto ao desenvolver suas ações buscam realizar parcerias formais com outras instituições de pesquisa e com Instituições Governamentais. Todas as fundações apontaram que a reponsabilidade da Educação é de todos, sendo necessário unir forças para que se faça a mudança necessária. Acreditam que todos possuem responsabilidade social e que todos os esforços são fundamentais para que haja a mudança e a melhora no cenário educacional.

Ao analisar o trabalho desenvolvido pelas Organizações quanto a relação com o poder público a Organização B teve um destaque, pois desenvolve ações com um programa próprio de “*Fortalecimento da gestão Pública*”, visando colaborar com os municípios no que se refere à infraestrutura, gestão dos conselhos municipais e capacitação para gestão das políticas públicas tributárias e orçamentárias no contexto Educacional.

Segundo relatório dos projetos apresentados pela Organização supracitada, o programa possui uma metodologia participativa e envolve diferentes atores sociais. Sua atuação é dividida em duas frentes: a formação em consórcios, na qual são realizadas, em ciclos de duração de dois anos, as formações de gestores de municípios e de consórcios intermunicipais – entidades que reúnem municípios vizinhos para a realização de ações conjuntas; e a disseminação, na qual a metodologia do programa “Melhoria da Educação no Município” é oferecida por meio de encontros de formação organizados no âmbito das parcerias do Programa, da [Plataforma Virtual](#) e com as publicações que compõem a coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal: "[O Programa Melhoria da Educação no Município e as políticas públicas sociais](#)", "[O Planejamento educacional em ação](#)", "[O cotidiano do gestor: temas e práticas](#)", "[Processos na Educação](#)" e "[Passo a Passo do Plano Municipal de Educação](#)".

Ainda com a realização do programa Melhoria da Educação no Município implantando pela Organização A e sabendo do impacto que o programa obteve o MEC passou a adotá-lo para os pequenos municípios, treinando gestores municipais de educação durante dois anos para que fizessem um diagnóstico da situação socioeconômica da cidade. Por meio deles é possível utilizar indicadores sociais, a identificar espaços educativos subaproveitados como bibliotecas, parques, praças e museus e analisar fragilidades do sistema educacional. Com os resultados, os gestores passam a pensar em um plano de ação educativa para o município. Após a adoção pelo MEC o programa se expandiu para mais municípios, fortalecendo a parceria com a Organização idealizadora onde ficou responsável pelo treinamento de gestores em municípios de médio e grande porte.

Nesta dimensão de atuação de responsabilidade social vale ressaltar o olhar de Montañó (2012) que aponta que esta parceria das organizações e do terceiro setor com

as ações das políticas públicas implica em situar as práticas dessas ações direcionadas às escolas públicas e observar os resultados obtidos após a atuação dessas intervenções destes tipos de organizações, impossibilitando o Estado em ficar em déficit com a população, neste caso a parceria se faz necessária e muitas das vezes a única saída possível para sanar a ineficácia do Estado e a possibilidade da atuação das parcerias.

Reforçando as palavras do autor mencionado acima, Shiroma (2007, p. 76), no que se refere a efetivação das políticas públicas, dirigidas pelo governo em relação a educação, o mesmo pontua que o plano de financiamento do MEC na implementação de vários programas como: Dinheiro Direto na Escola, que consistiu na distribuição de recursos diretamente na Escola através de Programas como: Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCO); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROERP) este ligado a alguns programas destinados a adoção de tecnologias de informação e comunicação, como por exemplo a Tevê Escola, Programa Nacional de Informática na Escola (PROIFNO); Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (PAPED), Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior são ações realizadas, para que a população e gestores educacionais tenha de forma concreta acesso a uma política educacional.

Mas infelizmente nem todos os programas implantados são gerenciados de forma correta dentro das escolas o que se torna necessário um trabalho de gestão de programas, que infelizmente o poder público não consegue dar conta, contando assim com o apoio de organizações para o complemento e efetivação de um programa de forma eficaz.

Além disso, o próprio governo passa a comportar-se não como a instituição responsável pelo financiamento da educação, mas como uma organização neutra que, entre outras atribuições, deve fazer o acompanhamento, a otimização de ações, a avaliação, a definição de critérios de oferta e atuar, prioritariamente, por meio de ações supletivas e de apoio, ou seja, como mais um parceiro a auxiliar “a quem mais precisa” de seus recursos financeiros e técnicos, para superar problemas de garantia de acesso e permanência da população brasileira a educação básica com equidade e qualidade,

nos seus diversos níveis (infantil, fundamental e médio).

Com relação a organização C foi possível perceber que a mesma possui uma extensa relação de parceiros na execução de suas ações. Realiza várias atividades em parceria com Secretarias Estaduais e busca parceria com outras Fundações e Instituições que já desenvolvem trabalho dentro das linhas de atuação como: Fortalecimento institucional, Qualidade no Ensino Médio, Fomento e Ações com Juventude.

Abaixo estão descritas as instituições parceiras que serve de servem de fonte de informações para que as fundações possam acompanhar de forma atualizada o cenário educacional, além das mesmas atuarem como agentes de mudança de uma nova cultura empresarial e social.

TABELA 7 – Instituições parceiras das Fundações

INSTITUIÇÃO	FUND. BUNGE	FUND. ITAÚ SOCIAL	FUND. VIVO
AEC- Ação Empresarial pela Cidadania	X		
CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável	X	X	X
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.		X	
ETHOS - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	X	X	X
FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social	X		
GESTA (Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas),	X	X	X
GIFE -Grupo de Instituto Fundações e Empresas	X	X	X
IBASE -Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	X	X	X
IPAE – Instituto de Pesquisa Avançada em Educação	X	X	X
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	X	X	X

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais.	X	X	X
--	---	---	---

Além das instituições mencionadas acima as Fundações também contam com a parceria da estrutura do governo tanto na Esfera Federal, principalmente o MEC – Ministério da Educação, quanto na Estadual e Municipal, mencionam que as Secretarias de Educação e Assistência Social de todas as esferas são as mais participativas nas ações.

As fundações mencionam que além das mesmas fornecerem dados atualizados para o planejamento das ações as mesmas também ajudam a socializar e informar as ações de responsabilidade social que desenvolvem. Ao serem questionadas sobre a forma que socializam as ações, informaram socializam por meio do marketing social utilizando como instrumentos o Balanço Social, Mídia Social e Publicação em revistas da área.

Por meio do Balanço Social, fornecedores, investidores e consumidores têm uma radiografia de como a empresa encara suas responsabilidades públicas, aspecto cada vez mais relevante no processo de decisão de compra. Em um recente estudo chamado *Millenium Poll* realizado em 23 países e publicado no *site* da organização internacional *Business for Social Responsibility* (BSR), 90 % das pessoas entrevistadas declararam que esperam algo mais das empresas além dos produtos ou serviços que prestam aos consumidores. "Empresa que cumpre seu papel social possui a capacidade de atrair maior quantidade de consumidores" (KROETZ, 2000).

"Essa expectativa reflete uma mudança progressiva no papel das companhias, onde se espera delas retorno à comunidade face ao lucro obtido com os negócios. (...) A realidade é que na nova configuração social todos os papéis estão sendo revistos e, tanto as empresas, quanto a sociedade civil assumem cada vez maiores responsabilidades perante a comunidade" (BAGGIO, 1999). Acaba-se criando, portanto, um intercâmbio jamais visto entre agentes que antes atuavam isoladamente.

Assim, aumenta-se a responsabilidade de as empresas prestarem contas ao público no que diz respeito a sua atuação social. Conforme Camargo (2001), o Balanço Social faz parte do processo de pôr as cartas na mesa e mostrar com transparência

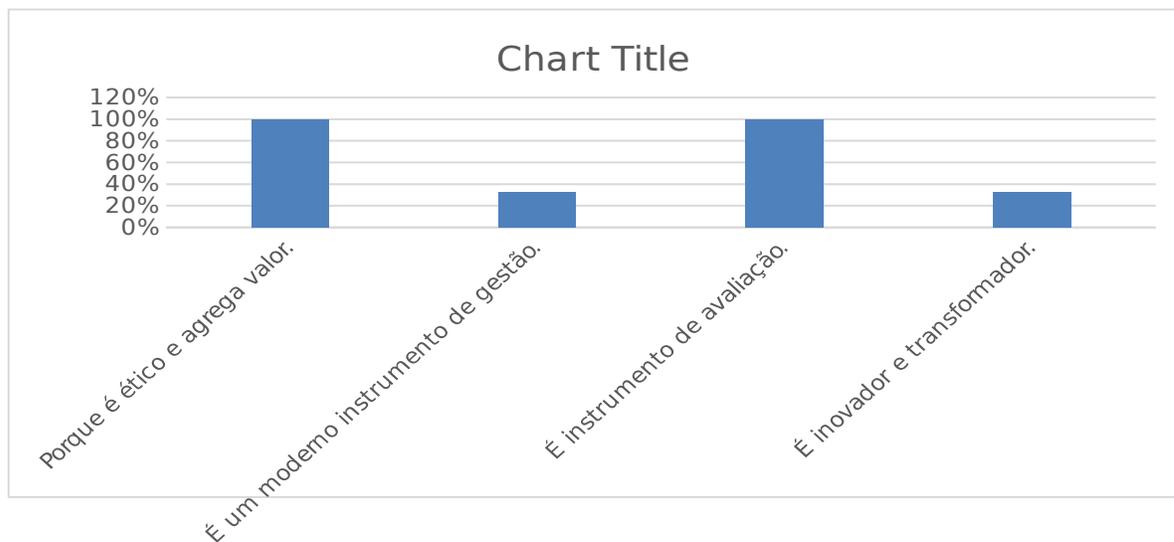
para o público em geral, para os atentos consumidores e para os acionistas e investidores o que a empresa está fazendo na área social. É ainda um instrumento facilitador e multiplicador do processo de consolidação da responsabilidade social das empresas.

Quanto a periodicidade da publicação do balanço social 66% delas publicam anualmente e somente 33% publicam a cada 2 anos.

Quanto a sociedade ser incentivada e motivada a participar das ações de responsabilidade social, voltadas para a educação, desenvolvidas pela fundação todas elas apontaram que realizam ações por meio de divulgação e de trabalhos de conscientização com as comunidades que serão beneficiadas com os programas, além da conscientização da importância das ações da Fundação.

Quando abordados sobre a importância da organização, trabalhar com Responsabilidade Social o gráfico abaixo mostra que 100% das Fundações associam a importância por ser ético e por agregar valor a instituição e por ser um instrumento de avaliação das ações. Somente 33% associam a importância por ser inovador e transformador, além de um moderno instrumento de gestão.

GRÁFICO 5 – A importância em trabalhar com Responsabilidade Social



As fundações entendem que a sociedade exerce uma pressão positiva em favor das ações sociais, logo a sociedade espera que as empresas tenham um

comportamento ético em relação aos negócios e espera que as empresas atuem além dos requerimentos legais.

Também entendem ser um instrumento de avaliação das suas ações e procuram sempre ter indicadores para a melhoria de sua imagem institucional. Utilizam-se de várias ferramentas, entre elas pesquisa mala direta, questionários, entrevistas, relatório dos projetos desenvolvidos e enquetes.

Considerada tema de destaque na busca de aprimoramento das ações e dos investimentos sociais, a Avaliação Econômica de ações sociais é reconhecida como importante ferramenta para subsidiar a gestão e o aprimoramento de iniciativas de caráter social. Permite otimizar a alocação dos recursos e propiciar a prestação de contas, não só aos financiadores, mas também aos beneficiados pelas intervenções sociais e à sociedade em geral.

E é por meio desta metodologia de avaliação que a Organização Financeira B aproxima competências da área econômica do campo social. Por meio do seu Relatório de Aprendizagens e Práticas em Avaliação Econômica de Projetos Sociais publicado em 2014 é apresentada a Avaliação Econômica composta de duas partes: avaliação de impacto e cálculo do retorno econômico. A avaliação de impacto quantifica resultados de uma intervenção e estabelece relações causais entre as ações do projeto e os indicadores de interesse, permitindo afirmar se as alterações ocorridas foram realmente resultado da intervenção ou se ocorreriam de qualquer forma. Já o retorno econômico mede o retorno do programa em termos monetários para a sociedade por meio da comparação dos custos do projeto com os benefícios gerados para o público atendido.

Utilizam como estratégia para disseminar a prática da Avaliação Econômica de Projetos Sociais a organização de cursos, seminários, oficinas e eventos voltados para gestores de projetos sociais de organizações da sociedade civil e órgãos públicos. A [Rede de Avaliação Econômica de Projetos Sociais](#) tem fundamental importância na disseminação da metodologia e articulação dos profissionais que passam pelas atividades formativas oferecidas pela área. Também são realizadas avaliações econômicas de projetos sociais desenvolvidos pela própria Organização, por organizações parceiras e, também, de políticas públicas voltadas para a educação.

A Organização supracitada acredita que como forma de garantir uma ampliação da Avaliação Econômica de Projetos Sociais, a mesma também investe na formação e qualificação de avaliadores de projetos sociais e políticas públicas. Acredita que é possível e relevante desenvolver avaliações econômicas de projetos sociais, de forma a aprimorar as iniciativas de cunho social. É a partir da realização de avaliações econômicas que se torna possível reunir indicadores que qualificam as iniciativas e colaboram no processo de elaboração e amadurecimento de projetos sociais e políticas públicas. Baseada neste entendimento, a Organização Brealiza avaliações de projetos desenvolvidos por organizações parceiras, de políticas públicas educacionais e, também, de seus próprios programas.

Já a Organização C tem um sistema de gerenciamento de projetos que consegue fazer a avaliação das suas ações por meio de indicadores estruturantes (aulas dadas, frequência dos alunos e notas) que são registrados no, Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP), permitindo seu monitoramento contínuo para melhoria do cotidiano da gestão em cada escola, produzindo relatórios gerados a partir do cruzamento de um conjunto de dados para a realização da Sistemática de Monitoramento e Avaliação de Resultados.

Quanto à Organização A ela não possui um sistema próprio de avaliação como apresentada pelas organizações citadas acima. Ela avalia seus resultados através do retorno das pessoas envolvidas diretamente no processo educativo das escolas (composta por docentes, discentes, outros profissionais da escola e pais ou responsáveis pelos alunos) beneficiadas pelos programas e projetos da Organização quanto ao seu êxito. Um dos programas destaque da Organização A chama-se “*Comunidade Integrada*”, que tem como objetivo dar o diagnóstico por meio de um plano de Gestão Integrada, a fim de orientar o investimento social de forma inteirada com as comunidades e necessidades de cada território onde a organização atua.

Ao analisar a Organização C verificou-se que a mesma utiliza como metodologia de avaliação das suas ações por meio de pesquisas e pelos acessos aos portais. Por ser uma Organização do Ramo de Telefonia ela possui um programa chamado “*Educarade*” que reúne atualmente mais de 150 mil usuários cadastrados e recebe mais de 100 mil visitantes únicos a cada mês, que acessam, em média, 1,15 milhão de

páginas mensalmente. Essa audiência corresponde à vigência do ano letivo. Esse indicativo mostra que o Educarede é um portal usado para a Educação. Um dos executivos da organização pontuou por meio de entrevista que os projetos levam tempo para ganharem a cara desejada e que são passíveis de mudanças, sempre. Que a organização já financiou vários projetos que não deram em nada. Portanto, realizam com frequência pesquisas para verificar qual a demanda de investimento em tecnologia para a Educação.

Recentemente a Organização C publicou uma obra chamada de *Experiências Avaliativas de Tecnologias Digitais na Educação* em parceria com a UNESCO com o intuito de fomentar o debate sobre a importância da avaliação de projetos educacionais relacionados ao mundo digital. A obra apresenta um estudo aprofundado sobre desafios, dilemas e oportunidades no processo avaliativo de projetos que aliam educação e inovação, propondo métodos e reflexões para um ensino de qualidade.

O livro foi resultado do *Painel de Avaliação: Educação e Tecnologias Digitais*, do fórum realizado pela Organização C, Unesco Brasil e Move Social em 2015, com o conteúdo voltado para profissionais da área e interessados pelo tema, com a reflexão de importantes nomes do setor.

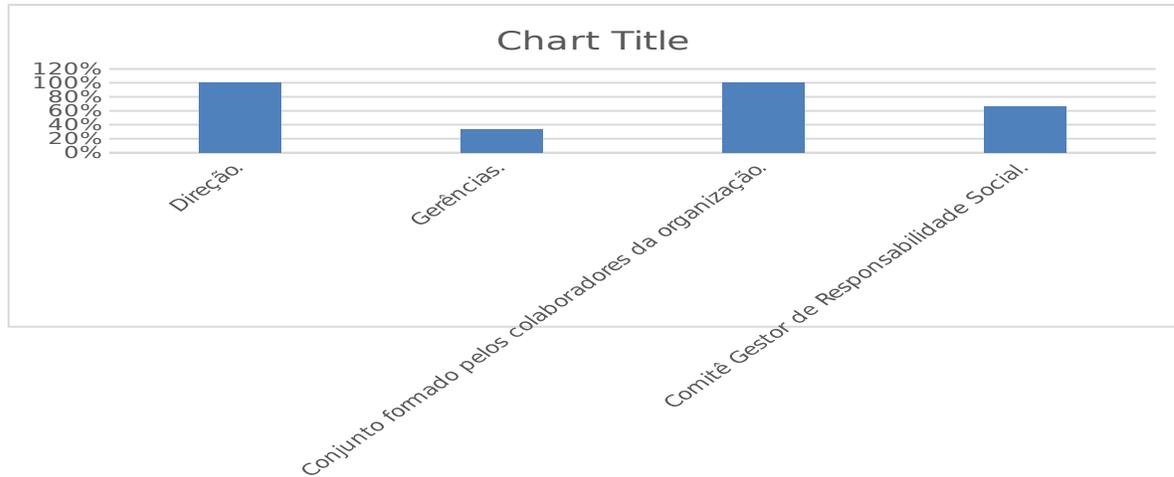
Além de cada Organização possuir formas individuais de avaliar as ações com ênfases na educação, elas também contar com uma ferramenta muito importante que conforme aponta Shiroma (2009, p. 74) são os relatórios realizados e apresentados pelo governo Federal quanto ao cenário da educação brasileira. O governo prioriza uma política de intervenções, por meio de uma série de ações, entre elas a concretização do senso escolar, a efetivação de ações auxiliares para corrigir os possíveis insucessos como, por exemplo: investimento efetivação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Nacional de Cursos (Provão). Essas ações possibilitaram um grande salto no que se refere a atuação do governo, pois estimula uma política de autonomia, com ações concretas a grupos específicos que ainda não são contemplados com as políticas promovidas pelo governo.

Com as estratégias de avaliação apontadas pelas organizações em estudo, considera-se que as mesmas possam mensurar o retorno do investimento financeiro

realizado de forma individual e também ter o retorno das suas ações a fim de colaborar para a melhoria da sua atuação buscando maior desempenho de forma sustentável.

Todo esse trabalho realizado na gestão é feito pela equipe, hierarquicamente foi questionado quem determina os projetos sociais desenvolvidos pela organização.

GRÁFICO 6 -Determinação dos projetos sociais desenvolvidos pela Fundação



Fonte: Próprio pesquisador

Quanto ao contexto Operacional das Organizações todas possuem um organograma a qual pode-se fazer uma análise da Gestão, por meio da governança conforme descrito na tabela abaixo:

TABELA 8 - Operacional das Fundações

ENTIDADE	EQUIPE DE GOVERNANÇA
A	Conselho Administrativo composto por 01Presidente, 01 Diretora Executiva, Equipe Técnica composta de (Gerente de Projetos Sociais e 04 coordenadores de Projetos e 01 Curador dos Prêmios) e o Conselho Fiscal com 03 Membros Efetivos e 03 Suplentes.
	Conselho Curador (01 Presidente e Conselheiros), Diretoria (com 15 membros), Conselho Fiscal (01 presidente,02 conselheiros efetivos e seus respectivos suplentes); Comissão de Integração e Controle (01 Presidente e 12 membros); Grupo Orientador (20 especialistas representantes de organizações do terceiro setor), Comitê de Programas e Patrocínios (07 membros); Equipe (01

B	Superintendência, 01 Secretaria, 01 Administração e Gestão Institucional); Educação (composta por 09 integrantes); Avaliação Econômica de Projetos Sociais (composta por 05 integrantes); Mobilização Social (composta por 09 integrantes).
C	Conselho administrativo composto por 03 diretores, 03 conselheiros fiscais e 05 conselheiros Consultivos.

O quadro acima mostra o contexto operacional de cada organização, apresentando de forma detalhada os componentes do organograma Institucional. Após esse detalhamento, pode-se realizar alguns apontamentos quanto a questão da gestão. A atuação ética está associada à gestão das ações de responsabilidade social de uma organização. Para tanto, faz necessário assinalar questão de profissionais capacitados, tanto por parte da empresa quanto por parte do terceiro setor, que vai implementar as ações.

Para tanto, pode-se perceber por meio dos organogramas das instituições objeto de estudo que todas apresentam governança na gestão cada qual com sua estrutura composta por profissionais de diversas áreas.

A organização B possui em seu quadro uma equipe formada por sociólogos, psicólogos e outros técnicos com trajetória em educação ou no terceiro setor. Ela mantém uma estrutura de governança alinhada às mais reconhecidas recomendações para uma gestão eficiente, ética e transparente. A administração cabe a um Conselho Curador e a um Corpo Diretivo, formado pela Diretoria. Esta por sua vez é composta por um Conselho Fiscal, Comissão de Integração e Controle, Grupo Orientador e Comitê de Programas e Patrocínios. E para uma gestão eficiente, a Fundação assume como diretriz não ultrapassar 5% de todo o valor investido em projetos sociais nos custos com suas áreas administrativas.

A organização A faz a gestão da responsabilidade social por meio de uma governança composta por um Conselho Administrativo, Equipe Técnica composta por Gerente de Projetos Sociais, Coordenador de Projetos, Coordenadora de Comunicação, além de um conselho Fiscal.

Já a Organização C possuía uma gestão composta por Presidência e Gerencia de Projetos Sociais, Gerencia de Comunicação e Eventos e Gerencia de Planejamento e Finanças. Em 2016, recebeu diversos prêmios de governança passando a evoluir a estrutura de governança corporativa com a criação do Comitê de Estratégia para assessorar as decisões do Conselho de Administração.

Ao analisar a governança das organizações, foi possível observar que as mesmas possuem comissões e ou conselhos éticos para o acompanhamento das atividades, procuram incentivar a participação de todos os envolvidos na organização, inclusive buscar identificar por parte dos funcionários que correspondem a mantenedoras quais são as maiores demandas apontadas por eles e além dos parceiros e prestadores de serviços externos para assim incluir no planejamento das ações e torna-la uma política institucional.

Ao abordar a estrutura de gestão das Fundações e Institutos quanto a existência de profissionais no quadro de governança, e saber se os mesmos possuem atribuições e perfil para atender as demandas vindas da sociedade, é importante salientar a gestão por parte de organizações do terceiro setor ao buscar desenvolver projeto de Captação de Recursos ofertados pelas organizações em estudo, pois é deficitário o

numero de profissionais com bons conhecimentos da área administrativa, já que muitos dos conceitos aplicados nessa atividade são provenientes das teorias administrativas desenvolvidas tanto para empresas privadas como para estatais.

No Brasil, as entidades do Terceiro Setor passaram a assumir papel fundamental na sociedade quando, na prestação de serviços sociais à população. Porém, comumente, essas organizações enfrentam problemas quanto à gestão de seus projetos.

Segundo Falconer (1999), existe um consenso, entre estudiosos e indivíduos envolvidos no cotidiano dessas organizações, de que há no Brasil, a deficiência no gerenciamento dessas organizações. Este é um dos maiores problemas do setor, e o aperfeiçoamento da gestão é um caminho necessário para se atingir melhores resultados. Por conseguinte, a melhoria dos processos e ferramentas de gestão é um dos pontos centrais para o avanço das organizações do Terceiro Setor e o caminho principal para obtenção de resultados positivos dos projetos sociais.

A expressão gerência, segundo Drucker (1996), durante muito tempo, não foi utilizada nas organizações sem fins lucrativos, pois além dessa expressão significar “negócios”, ela se refere diretamente a “empresas”. Na realidade, as entidades sem fins lucrativos produziam a imagem de que era desnecessário incorporar atividades gerenciais, por não tratar especificamente de lucros.

Infelizmente a realidade das organizações não dispõe de profissional para captação de recursos, o que pode justificar a tão baixa participação das empresas na composição dos recursos das organizações. Novamente volta-se a falar da profissionalização. Segundo Marcovitch (1997), esse quadro será alterado quando o técnico que opte por trabalhar no terceiro setor seja um profissional valorizado.

Sendo assim, apesar das fundações terem em seu quadro operacional profissionais de várias áreas acadêmicas os mesmos são incentivados a participar de capacitações constantes na área de projetos a fim de estarem atualizados e assim desenvolver seus programas e projetos em consonância com as necessidades sócio educacionais.

Diante da atuação das Fundações, buscou-se saber se as mesmas já obtiveram algum reconhecimento, recebendo alguma premiação pela sua atuação. Todas

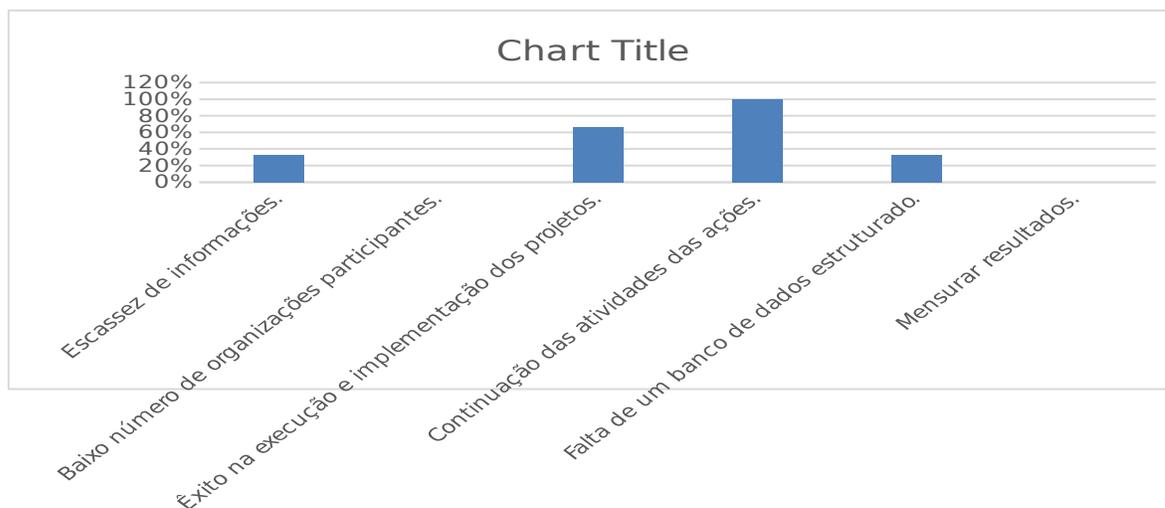
alegaram já ter reconhecimento e de ter recebido vários prêmios.

O Prêmio Itaú-Unicef é uma iniciativa da Fundação Itaú Social em parceria com o UNICEF e o Cenpec, cujo objetivo é apoiar e fortalecer iniciativas de organizações da sociedade civil que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e jovens. Podem participar projetos de ações socioeducativas, promovidos por organizações não governamentais e sem fins lucrativos. O Prêmio é composto por duas ações articuladas: a premiação e os Encontros de Formação. São premiados os projetos que chegam à semifinal e à final. As ONGs deste último grupo recebem uma quantia em dinheiro e um selo de vencedoras. As que chegam apenas à semifinal recebem um selo identificando-as como semifinalistas, sem premiação em dinheiro. Já os Encontros de Formação são espaços nos quais as ONGs podem compartilhar experiências sobre seu trabalho socioeducativo e sobre a sustentabilidade de suas ações. Embora sejam eventos disponíveis para finalistas e semifinalistas, somente os primeiros têm os custos de participação cobertos pelo Prêmio.

Já a Fundação Bunge possui o “Prêmio Fundação Bunge” foi criado em 1955, como forma de incentivar a inovação e a disseminação de conhecimento. É concedido anualmente a personalidades de destaque em diversos ramos das Ciências, Letras e Artes no País e tem 2 categorias: "Vida e Obra", em reconhecimento à obra consolidada de um especialista; "Juventude", que premia jovens talentos. Esta na 62 edição.

Apesar de toda a atuação e de estarem satisfeitos com as ações sociais quando questionadas sobre as dificuldades enfrentadas pela da organização na/s sua/s prática/s de responsabilidade o gráfico abaixo mostra os apontamentos.

GRAFICO 7 -Dificuldades enfrentadas pelas Fundações na prática da Responsabilidade Social



Fonte: Próprio pesquisador

Com vistas ao apresentado acima 100% das Fundações relatam que a maior dificuldade encontrada é a continuidade das atividades dos projetos desenvolvidos pelos terceiro setor.

Nesse sentido, à medida que o terceiro setor tem caráter filantrópico, sua continuidade depende primordialmente dos recursos advindos de doações recebidas de organizações privadas e da própria sociedade. Na maioria dos projetos patrocinados pelas Fundações muitos deles apesar do impacto não conseguem ser executado um longo período de tempo, pois as organizações não possuem estrutura própria e financeira para a continuidade, ou seja, a sustentabilidade de determinada ação é um problema para a grande maioria das entidades do terceiro setor, assim como é também para as Fundações que patrocinam os projetos por meio dos programas lançados em editais.

Êxito na execução e implantação dos projetos, foi outro fator assinalado por 66% das fundações. Quando lançam um programa já possuem toda uma expectativa de atividades a serem realizadas pelas organizações executores. Muitas delas não possuem currículo técnico para desenvolver as atividades, o que faz com que o resultado esperado pela fundação não seja satisfatório tendo como consequência a finalização do apoio disponibilizado pela Fundação.

Por fim, buscou-se saber os impactos sociais das ações desenvolvidas pelas Fundações. Dentro das opções apontadas aos gestores todos pontuaram as opções de

Melhora a eficiência, a sustentabilidade e a eficácia da organização, Oportuniza maior objetividade aos resultados, Gera mais valor agregado para a instituição, Melhoria das políticas públicas; Visibilidade dos projetos executados, Credibilidade, Quantifica a realidade e Qualifica as áreas onde a organização atua.

Apesar de todas as empresas terem como foco principal a educação, cada uma delas procura realizar suas ações de acordo a área de atuação de sua mantenedora, como é o caso da fundação da área de telefonia onde busca apoiar projetos inovadores, que tragam conhecimento, diversidade, empreendedorismo, criatividade, e que sejam capazes de conectar ideias e pessoas a novas experiências com o uso de tecnologia. Para a fundação, é fundamental que o projeto se encaixe em uma das vertentes da Fundação, que são: Educação no Século XXI, Empreendedorismo e Cidadania Digital.

Diante desta atuação Neto e Froes (2002, p. 41) ressaltam sobre os benefícios da responsabilidade social para a sociedade. A responsabilidade social corporativa pode transformar a sociedade por uma série de elementos como:

- Aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio;
- Aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento;
- Mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua auto-estima;
- Aumento da participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais;
- Aumento do sentimento de conexão das pessoas com a sua cidade, terra e cultura;
- Estímulo ao surgimento de novas ideias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento;
- Transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais locais;
- Inclusão social da comunicação;
- Busca de maior auto suficiência pelos membros da comunidade local;
- Melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Os elementos apontados pelo autor supracitado podem ser visualizados com base nos impactos das ações realizadas pelas organizações objeto de análise da tese, onde a comunidade faz parte das ações transformadoras, sendo protagonista de ações socialmente responsáveis e sendo beneficiária destas ações.

As organizações mostraram por meio de suas práticas que a responsabilidade social está na consciência social e no dever cívico. A ação de responsabilidade social é coletiva e não individual como é a filantropia.

As Fundações acreditam que uma empresa socialmente responsável visa desenvolver ações com base nos interesses da comunidade e do setor. Essas ações podem ser realizadas por meio de programas, projetos e parcerias. As ações descritas pelas organizações em estudo são voltadas para a educação devido ao fato de tê-la como um indicador social impactando nas características econômicas e demográfica na sociedade brasileira.

Um programa pode ser definido como uma ação permanente voltada para determinado fim ou público alvo, geralmente representada por um conjunto de projetos que, em sinergia e integrados, viabilizam o resultado desejado pelo programa. Ou seja, é um conjunto de projetos coordenados entre si de forma articulada e dinâmica e que visam objetivos comuns. Para Baptista (2002) o programa é o documento que detalha por setor, a política, diretrizes, metas e estabelece o quadro de referência do projeto, que é a forma de execução das ações.

Segue abaixo os programas e projetos realizados por cada Fundação objeto deste estudo:

Programas, Projetos, Parcerias e Prêmios da Organização A – Fundação Bunge

♣ Centro de Memória Bunge: “Valorizar o passado para construir o futuro.”

O Centro de Memória Bunge foi criado em 1994 com o objetivo de reunir, tratar e disponibilizar o patrimônio histórico da Bunge Brasil. É um dos mais ricos acervos de memória empresarial do País, reunindo documentos de várias naturezas - cartográficos, iconográficos, tridimensionais, textuais e outros - com uma história de mais de 100 anos de Brasil e quase 200 de mundo - e com uma inserção nos âmbitos da indústria, da

navegação e do agronegócio. Paralelamente, o Centro de Memória Bunge organiza atividades que aproximam seu acervo da sociedade e que estimulam outras instituições a fazer o mesmo.

As atividades desenvolvidas pelo centro de Memória são: Atendimento a pesquisas; Exposições temáticas; Processamento técnico; Jornadas Culturais; Oficinas de preservação; Visitas Técnicas; Integração de colaboradores Bunge.

♣ **Semear Leitores:** *“Um programa de incentivo à leitura.”*

O Semear Leitores é um programa que busca incentivar a prática da leitura entre crianças, de maneira prazerosa, agradável e lúdica. Ele é composto por: **Espaços de leitura** – Consiste na estruturação de espaços de leitura lúdicos que privilegiem o fácil acesso das crianças aos livros. **Acervo** – Os livros já existentes na escola/biblioteca são organizados e outros 500 títulos são doados pela Fundação. **Kit de livros** – Semestralmente são enviados 15 novos títulos, totalizando 30 livros ao ano, que integram o acervo dos espaços de leitura. **Espaço Web** – Acompanhamento dos trabalhos realizados por meio do universo online – Blog Semear Leitores e Facebook Semear Leitores; **Voluntariado** – Os espaços de leitura contam com o trabalho voluntário de funcionários da empresa Mantenedora, que fazem parte do programa Comunidade Educativa, da Fundação, nas regiões onde a empresa está presente.

♣ **Franquia Semear Leitores**

Visando a troca de conhecimentos e a expansão do programa, a Fundação transformou o Semear Leitores em uma franquia social. Ela transfere ao franqueado seu conhecimento e dá apoio aos seus parceiros. Em 2002 a Fundação criou o Comunidade Educativa, programa de voluntariado corporativo da Empresa, que tem por objetivo estimular a leitura em escolas e espaços comunitários. Desde então, o trabalho foi sendo expandido e chegou a 12 localidades brasileiras. Em 2013, para ampliar ainda mais sua atuação na área de incentivo à leitura, a Fundação criou o Semear Leitores e o Comunidade Educativa passou a fazer parte deste programa nas localidades onde o voluntariado está presente.

♣ **Comunidade Integrada:** *Um programa de desenvolvimento territorial sustentável*

Comunidade Integrada é um programa de desenvolvimento territorial sustentável que contempla a realização de diagnósticos e estudos em socioeconomia, além de um Plano de Gestão Integrada, a fim de orientar o investimento social privado, de forma articulada e integrada com as comunidades e necessidades de cada território.

♣ **O Conhecer para Sustentar:**

O Conhecer para Sustentar: foi criado para compreender as questões relacionadas às fortes chuvas que atingiram o Vale do Itajaí (SC), em novembro de 2008, em que mais de 1,5 milhão de pessoas foram atingidas; propor soluções sustentáveis para minimizar impactos sociais, econômicos e ambientais, além de ações urbanísticas sustentáveis para atender os desabrigados ou em situação de risco e disseminar conhecimento. O projeto possui três fases: Ações urbanísticas sustentáveis para os bairros; Disseminação do conhecimento e Reconstrução da escola pública;

♣ **Premio Fundação A:** *“Incentivando a inovação e a disseminação de conhecimento.”*

A primeira iniciativa da Fundação, o Prêmio Fundação A foi criado em 1955, como forma de incentivar a inovação e a disseminação de conhecimento. É concedido anualmente a personalidades de destaque em diversos ramos das Ciências, Letras e Artes no País e tem 2 categorias: "**Vida e Obra**", em reconhecimento à obra consolidada de um especialista; "**Juventude**", que premia jovens talentos.

Os candidatos não são inscritos, mas sim indicados por dirigentes de universidades e entidades culturais e científicas. Uma Comissão Técnica, composta por cinco membros, sendo um do exterior, em cada área de premiação, seleciona os pesquisadores em cada ramo do conhecimento na categoria "Vida e Obra", indicando-os para a decisão do Grande Júri. No caso dos jovens talentos, a Comissão Técnica escolhe diretamente os homenageados do ano.

Programas, Projetos, Parcerias e Prêmios da Organização B – Fundação Itaú Social.

♣ **Educação Integral:** *Ampliação de tempos, espaços e conteúdos de aprendizagem na concepção de desenvolvimento pleno do ser humano.*

A **Fundação Social B** investe no avanço da oferta de educação integral a alunos das redes públicas. Assim, visa contribuir com o aumento de repertórios, horizontes e da capacidade de circulação inclusiva e criativa pelas cidades. Isso porque a instituição compreende como educação integral a construção de tempos, espaços e conteúdos de aprendizagem, dentro e fora da escola, a partir da concepção de desenvolvimento pleno do ser humano. Nesse sentido, é condição fundamental reconhecer e mobilizar os saberes da escola, da família e da comunidade para uma educação integral de qualidade.

♣ **Jovens Urbanos:**

Por meio dos Jovens Urbanos, a Fundação Social B – com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) – desenvolve, implementa e compartilha metodologias para promover processos de formação ampliada, geração de oportunidades e inserção produtiva a jovens moradores de áreas de alta vulnerabilidade social. O propósito é atuar em rede e, por isso, poder público, iniciativa privada, organizações locais, população e entidades são parceiros, buscando a transversalidade e a articulação das políticas públicas nas ações. Nesse sentido, o portal educação&Participação exerce papel fundamental na articulação dessas organizações, ao promover as ações realizadas pelo Programa nas diversas praças em que está sendo desenvolvido e proporcionar a repercussão e discussão da metodologia aplicada.

O Programa também visa à autonomia dos participantes ao investir na formação e no empoderamento para a continuidade das propostas. Com esse objetivo, os jovens são estimulados a circular pelas áreas urbanas, explorando espaços e experimentando novas formas de expressão para, ao final desse circuito de formação, produzir e

apresentar seus projetos. O mesmo é realizado em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

♣ **Prêmio Fundação-Unicef:** *Identificar, reconhecer, dar visibilidade e estimular o trabalho de organizações da sociedade civil que contribuam para a educação integral de crianças e jovens em condições de vulnerabilidade.*

Pioneiro no reconhecimento de ações socioeducativas que vão além do currículo formal e que envolvem conhecimentos de diversas naturezas e atores da comunidade em que se desenrolam, o Prêmio é realizado desde 1995 pela Fundação Social B e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O programa busca identificar, reconhecer, dar visibilidade e estimular o trabalho de organizações da sociedade civil (OSCs) – sem fins lucrativos – que contribuam, em articulação com políticas públicas de educação e de assistência social, para a educação integral de crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social. Com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), o Prêmio Itaú-Unicef conta com a parceria da Undime, Canal Futura e do Congemas, além de ter apoio do Movimento Todos pela Educação e do Consed.

Cada edição tem duração de dois anos, período no qual são contempladas duas linhas de ação. Durante os anos ímpares acontece a premiação, com a mobilização para o processo de inscrição, avaliação e seleção de projetos socioeducativos. No segundo ano são realizadas as ações de formação – presenciais e a distância –, oferecidas durante todo o período para que as organizações participantes ampliem o debate sobre educação integral, socializem as práticas que empregam com seus respectivos públicos e fortaleçam sua atuação, formando redes sociais.

♣ **Políticas de Educação Integral:** *Assessoria e apoio técnico para a implantação de políticas públicas de Educação Integral, com foco na formação de profissionais.*

A Fundação compartilha suas experiências com diferentes tipos de redes públicas que buscam estruturar a política local de educação integral. O Programa Políticas de Educação Integral, realizado com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), oferece a essas redes assessoria e apoio técnico, com foco na formação de profissionais.

O Políticas de Educação Integral realiza assessoria na elaboração e implantação de diretrizes da educação integral na rede local; formação de profissionais envolvidos no desenvolvimento da política, como educadores, gestores de escolas públicas e organizações parceiras do poder público, e acompanhamento das propostas pedagógicas nas escolas e nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Além disso, os gestores podem ter acesso ao Guia Políticas de Educação Integral, por meio do canal do Políticas de Educação Integral no portal Educação&Participação. O Guia é uma importante ferramenta que contribui para a criação de um plano de ação para o desenvolvimento de políticas de Educação Integral adequadas ao contexto de sua rede, além de proporcionar o compartilhamento de experiências sobre o processo de desenvolvimento e implementação das políticas.

♣ **Redes de Territórios Educativos**

Aliado ao escopo da oferta de assessoria que objetivam a criação de políticas de educação integral, A Fundação Social B propõe a articulação de organizações da sociedade civil (OSCs) para que atuem em seus territórios de forma coordenada – em redes. A partir dessa configuração coletiva, espera-se que sejam capazes de ampliar a oferta de ações socioeducativas em seus territórios, com o objetivo de aumentar o acesso a diferentes aprendizagens, especialmente para estudantes em situação de alta vulnerabilidade social. A partir dessa atuação, espera-se fortalecer as iniciativas de Educação Integral nos municípios e qualificar a atuação dos profissionais que atuam nesses projetos.

♣ **Gestão Educacional:**

Alcançar melhorias reais na aprendizagem dos alunos requer aprimoramentos que vão desde a macropolítica de educação até a sala de aula. Para promover melhorias significativas e sustentáveis de ensino e aprendizagem, é necessário o fortalecimento sistêmico de lideranças e o protagonismo dos técnicos, gestores públicos e educadores. É sob essa perspectiva que a Fundação Social B busca implementar os programas da área de Gestão Educacional, sempre com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento das equipes técnicas e de estruturas e processos de gestão dos sistemas de ensino público.

♣ **Tutoria:** *Promover, na prática, o desenvolvimento profissional de gestores pedagógicos e professores.*

A tutoria é uma metodologia de formação, complementar a outros tipos de processos formativos ao longo da trajetória profissional, que acontece na prática, a partir da reflexão sobre o exercício de suas funções, para promover mudanças no seu desempenho. No cotidiano da escola, o tutor – geralmente um profissional mais experiente – reconhece e valoriza as competências do tutorado para, assim, desencadear o processo de aprendizagem e agregar novos conhecimentos, de caráter prático e modelar, ao contexto em que está atuando.

O foco do **Programa Tutoria** é a promoção do desenvolvimento profissional dos tutorados, de forma customizada e sempre com o objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem. Para isso, a Fundação Social B oferece formação em tutoria aos técnicos de secretarias de educação para que eles possam se apropriar da metodologia, compartilhá-la e aplicá-la com seus pares, professores e lideranças responsáveis pela gestão pedagógica nas escolas. Para embasar a disseminação da metodologia, a Fundação Social B desenvolveu as publicações [Guia de Tutoria de Área](#) e [Guia de Tutoria Pedagógica](#) e uma [série de dez vídeos](#) que abordam as estratégias de tutoria.

♣ **Escola, Família e Comunidade:** *Desenvolvimento de estratégias para aproximação entre famílias e escola.*

O processo de aprendizagem envolve múltiplos fatores para se tornar efetivo. O desenvolvimento de estratégias para aproximação entre famílias e escola é um desses fatores: estudos comprovam que estudantes que contam com a participação das famílias em sua vida escolar valorizam mais as oportunidades de aprendizagem e apresentam melhor desempenho. Muitas famílias não se envolvem por não saberem como fazê-lo – especialmente as que são social e economicamente mais vulneráveis –, principalmente à medida em que os filhos vão crescendo.

Atenta a essas perspectivas, a Fundação Social B sistematizou a metodologia de Coordenadores de Pais em três guias (para as [escolas](#), para as [secretarias de educação](#) e para os [Coordenadores de Pais](#)) e se empenha em disseminá-la junto a Secretarias de Educação interessadas na sua implantação.

Com o foco na criação de elos entre a escola, a família e a comunidade, o profissional que atua como Coordenador de Pais, em geral também um membro da comunidade, desenvolve ações que propiciem e facilitem a entrada e o envolvimento das famílias no cotidiano escolar e auxiliem os pais de alunos a melhor acompanhar e apoiar o aprendizado dos filhos. Dentre os aprimoramentos que o Programa proporciona destacam-se a redução dos índices de absenteísmo, evasão e indisciplina, melhorias no desempenho escolar dos alunos, aumento da participação dos familiares nas reuniões de pais e demais atividades e a construção de um ambiente escolar mais acolhedor.

♣ **Melhoria da Educação no Município:** *Programa de formação continuada para técnicos e secretários de educação*

O Melhoria da Educação no Município é uma iniciativa da Fundação Social B e

do **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)** com coordenação técnica da Oficina Municipal. O Programa oferece formação continuada para gestores públicos e, assim, contribui para uma atuação mais efetiva na promoção da qualidade da educação. Sob esse propósito, a metodologia utilizada prevê que os gestores participantes sejam preparados para elaborar um diagnóstico da situação local a partir da análise de indicadores sociais. Os resultados servem como insumos para o desenvolvimento e a adoção de Planos Municipais de Educação (PME).

♣ **Escrevendo o Futuro:** *Aprimorar a prática didática de professores de Língua Portuguesa da rede pública em todo o Brasil*

O domínio da língua portuguesa e a capacidade de expressão por meio da leitura e da escrita são fundamentais para o exercício da cidadania e para garantir a crianças, adolescentes e jovens o direito de aprender. A **Fundação Itaú Social** contribui para a expansão dessa habilidade por meio do **Programa Escrevendo o Futuro**, realizado em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e com o Ministério da Educação (MEC).

O Programa tem como objetivo aprimorar a atividade de professores de Língua Portuguesa da rede pública em todo o Brasil, estimulando e reconhecendo práticas didáticas por meio de ações de formação continuada para professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio das escolas públicas brasileiras.

Como estratégia de mobilização, é realizada, nos anos pares, a **Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro**, um concurso de textos voltado a alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio da rede pública. Professores de todo o Brasil são convidados a se inscrever e têm acesso à Coleção da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, material de apoio que os orienta na realização de oficinas em sala de aula com todos os alunos. Ao final do processo, os alunos produzem textos com base nos gêneros poema, memórias literárias, crônica e artigo de opinião, que passam por várias etapas de seleção e são premiados.

Cada edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro tem duração de dois anos. Durante toda a edição são oferecidas diversas oportunidades de formação para os professores, como cursos presenciais e à distância, disseminação de conteúdos formativos sobre o ensino de língua portuguesa e participação no [Portal Escrevendo o Futuro](#), no qual interagem com colegas e especialistas e aprofundam seus conhecimentos. O programa é realizado em parceria com: [Canal Futura / Fundação Roberto Marinho](#); [Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária \(Cenpec\)](#); [Conselho Nacional de Secretários de Educação \(Consed\)](#); [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação \(Undime\)](#); [Ministério da Educação \(MEC\)](#)

♣ **Mobilização Social:**

A Fundação Social B compreende que o acesso à educação de qualidade não depende somente de conhecimento técnico e metodologias, mas do engajamento de toda a sociedade nessa questão. A mobilização social é vista, portanto, como forma de expressar e colocar em prática a energia transformadora que leva as pessoas a participarem das mudanças que querem ver no mundo, indo além das obrigações estabelecidas pelos seus cotidianos.

♣ **Fundação Social Itáu Social Criança:** *Promover o direito de crianças e adolescentes ao acesso à educação de qualidade e contribuindo para o seu desenvolvimento integral*

O **Programa** visa promover o direito de crianças e adolescentes ao acesso à educação de qualidade e contribuir para o seu desenvolvimento integral por meio de ações concretas – como campanhas de incentivo à leitura para crianças e de mobilização de recursos para Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); assim como o convite para a atuação voluntária e a formação de parcerias.

♣ Incentivo à leitura

Todos os anos, durante o mês de Outubro, a sua mantenedora e a Fundação Social B realizam a campanha Leia para Uma Criança, na qual os adultos são convocados a ler para as crianças e, por meio da leitura e do compartilhamento de histórias, contribuir para a ampliação do repertório cultural da criança, para o seu lazer, para a convivência familiar e para o fortalecimento dos vínculos afetivos. As Coleções também podem ser solicitadas por organizações da sociedade civil e por secretarias municipais de educação que realizem projetos de leitura para crianças.

♣ Destinação do Imposto de Renda Pessoa Física

A Fundação Social B também realiza campanha de mobilização para que os colaboradores do Itaú realizem a destinação de recursos do Imposto de Renda aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todo contribuinte tem a possibilidade de destinar até 6% de seu Imposto de Renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. O montante destinado pelos colaboradores é dobrado pelo banco e depois destinado aos Fundos.

♣ Ação Voluntária

Os colaboradores do banco Itaú são convidados também a atuarem como voluntários mediadores de leitura em organizações sociais por todo o país. Para isso, recebem formação em mediação de leitura e contam com o apoio da Fundação Social B e da Rede de Ações Sociais Itaú para realizar os encontros. Além disso, são disponibilizadas para os colaboradores as Bibliotecas Itaú Criança: eles podem solicitar uma biblioteca por ano e doa-la para alguma organização que atenda crianças.

♣ **Voluntários:** *Estimular, facilitar, valorizar e reconhecer o engajamento dos colaboradores do banco em ações de voluntariado*

A Fundação Social B acredita que o voluntariado contribui para o desenvolvimento dos indivíduos, da empresa e da sociedade. Assim, busca disseminar a cultura do voluntariado junto aos colaboradores do banco Itaú. Em parceria com o Instituto Unibanco, mobiliza e articula uma rede de colaboradores que já são ou gostariam de ser voluntários. **Programa Voluntários** tem como principal objetivo estimular, facilitar, valorizar e reconhecer o engajamento dos colaboradores do banco em ações de voluntariado.

Esses profissionais têm a possibilidade de atuar em ações independentes, idealizadas e realizadas por eles próprios, ou corporativas, promovidas pela Fundação Social B e pelo Instituto Unibanco. Essas ações compõem os programas Itaú Criança, Transformação, Uso Consciente do Dinheiro (realizado pela Fundação Itaú Social em parceria com a área de Sustentabilidade do banco Itaú) e o Estudar Vale a Pena (iniciativa do Instituto Unibanco). Por meio da [Rede de Ações Sociais Itaú](#), os voluntários divulgam oportunidades de atuação, mobilizam pessoas e compartilham experiências.

A Fundação Social B realiza encontros com diversas áreas do banco para apresentar a temática do voluntariado e promover o engajamento dos colaboradores, além de oferecer assessoria e apoio a áreas interessadas em realizar suas próprias ações sociais.

♣ **Uso Consciente do Dinheiro**

Realizada em parceria com a área de Sustentabilidade do banco Itaú, a oficina de Uso Consciente do Dinheiro tem como finalidade oferecer informações a respeito de boas práticas relacionadas às finanças pessoais, estimulando os participantes – jovens e adultos de organizações sociais – a realizarem boas escolhas para a conquista de objetivos pessoais e profissionais.

♣ **Transformação**

Voltado para os estagiários e trainees do banco Itaú, o Transformação serve, muitas vezes, como primeira experiência de voluntariado para os profissionais em formação. Realizado em parceria com a área de Pessoas do Itaú, o Programa permite aos jovens planejar, coordenar e executar uma ação social com toda a autonomia, contando com o apoio operacional da Fundação Social B São os trainees e os estagiários que definem a causa, a organização a ser apoiada e a ação a ser desenvolvida, a partir de diagnóstico das demandas apresentadas pela instituição.

Cabe a eles também garantir a captação de todos os recursos necessários para a execução das atividades: financeiros, materiais e humanos – o convite a outros voluntários para participar do evento. Essas ações favorecem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e competências profissionais. Para os trainees, o Programa faz parte da grade profissional; para os estagiários a participação é opcional, mas considerada importante, em linha com o valor de solidariedade, defendido pelo Itaú.

♣ **Comitês Mobiliza Itaú**

Para estreitar os relacionamentos e a comunicação nas regiões em que o banco está presente a Fundação Social B conta com a articulação dos Comitês Mobiliza Itaú, formados por colaboradores voluntários do banco, que foram convidados a atuarem como mobilizadores das causas sociais da organização, concretizadas por meio dos investimentos da organização.

Os Comitês atuam de forma a disseminar as campanhas de sensibilização sobre causas sociais. Eles são fonte de informação para lideranças e colegas da região. São responsáveis pelo incentivo e apoio às ações sociais da Fundação Social B e do Instituto Unibanco nas suas regiões e pelo estímulo à participação dos demais colaboradores. Além disso, os membros dos Comitês sempre são convocados a propor

iniciativas de voluntariado nas suas comunidades de acordo com as necessidades locais.

♣ **Comunidade, Presente!**: *Apoio a organizações da sociedade civil por meio do engajamento e indicação dos funcionários Itaú*

O **Comunidade, Presente!** oferece apoio financeiro pontual a organizações sociais que desenvolvam projetos em educação – voltados à contribuição para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens – ou em saúde pública – para a aquisição de equipamentos e ampliação de unidades hospitalares que ofereçam atendimento gratuito. O Programa tem como diferencial o engajamento dos colaboradores das agências que, pela familiaridade e pelo conhecimento das demandas de suas regiões, indicam projetos para receber apoio financeiro. Como premissa básica, eles devem estar alinhados aos valores, aos princípios e às diretrizes da Fundação.

Como forma de fortalecer a disseminação de sua temática, Fundação Social B Criança atua em parcerias estratégicas com atores no campo da educação e desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, tais como Secretarias Municipais de Educação e organizações sociais para ações de leitura para crianças.

A Fundação Social B também é responsável pela seleção de propostas de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente – por meio de edital anual – para receber os recursos provenientes da destinação de 1% do Imposto de Renda devido das empresas do Conglomerado Itaú aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Além dos programas estruturados, a Fundação Social B também participa de projetos e apoia iniciativas que são desenvolvidos com foco na garantia do direito de crianças e adolescentes ao acesso à educação de qualidade como descritos abaixo:

♣ **Prêmio Escola Voluntária**

A iniciativa, fruto de parceria com a Rádio Bandeirantes, tem como foco o incentivo e reconhecimento a instituições de ensino (públicas e privadas) responsáveis por projetos sociais que promovam o voluntariado entre os seus alunos. Cada edição tem duração de dois anos.

Nos anos pares acontece a inscrição, avaliação e premiação dos melhores projetos; nos anos ímpares, são realizadas ações de formação, presenciais e a distância, para educadores e gestores de escolas, com o objetivo de aumentar o dinamismo e a efetividade das ações relacionadas à premiação para – e com – as escolas, seus projetos e as comunidades envolvidas. Por meio do site do [Prêmio Escola Voluntária](#) é possível ter mais informações sobre o programa, além de realizar o cadastro para as atividades de formação.

♣ **Plataforma dos Centros Urbanos**

Iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância, a Plataforma dos Centros Urbanos é apoiada pela Fundação Social B. O projeto busca promover um modelo de desenvolvimento das grandes cidades que seja inclusivo, ou seja, que reduza as desigualdades que afetam a vida das crianças e dos adolescentes, garantindo o acesso à educação de qualidade, saúde, proteção e oportunidades de participação social.

♣ **Gincana da Solidariedade**

A Gincana da Solidariedade é coordenada pela Superintendência de Relações Governamentais e Institucionais do Banco Itaú, em parceria com a Fundação Social B, e outros Institutos. Todos os anos, mobiliza colaboradores do banco de todo o país em uma campanha de arrecadação de roupas, brinquedos, cobertores e produtos de higiene a serem destinados a instituições beneficentes.

Programas, Projetos, Parcerias e Prêmios da Organização C – Fundação Vivo

A Fundação SocialC desenvolve seus projetos em quatro eixo de atuação.

Eixo 1 - Educação – Profuturo; Eixo 2- Empreendedorismo Social; Eixo 3 – Cidadania; e Eixo 4 - Juventude Conectada

Eixo 1- Educação – Profuturo

♣ Escolas Conectadas

Facilitar o acesso ao conhecimento e à tecnologia é mais do que um compromisso: é o que nos move. Acreditamos no poder transformador da educação e, por isso, apostamos em projetos que estimulem métodos inovadores de ensino e aprendizagem, ampliando as perspectivas de futuro para crianças, adolescentes e professores em todas as regiões do país.

A Fundação Vivo expande a formação online para educadores de áreas urbanas e rurais em larga escala. A partir de uma plataforma online, são oferecidos cursos gratuitos com conteúdos e metodologias inovadoras, além de cultura digital, práticas pedagógicas diferenciadas e o auxílio da tecnologia nas atividades em sala de aula. Mais de cinco mil professores já participaram de cursos em 2016.

♣ ProFuturo Aula Digital

O ProFuturo Aula Digital é uma iniciativa global da Fundação Telefônica e Fundación Bancaria “La Caixa”, que visa melhorar as oportunidades das crianças na África, Ásia e América Latina, incorporando a inovação nas escolas por meio da tecnologia e de novas metodologias de ensino e aprendizagem.

♣ [Inovação Educativa](#)

O projeto é dividido em quatro pilares: Formação de professores; Conteúdos Pedagógicos Digitais; Equipamentos tecnológicos; Acompanhamento na escola:

Com uma formação híbrida, a Aula Digital busca facilitar e personalizar o aprendizado de estudantes para que descubram novas formas de construção de conhecimento aprimorando suas habilidades e competências. Além do Brasil, outros países da América Latina e também da África e Ásia integram o Aula Digital.

♣ Inova Escola

O século XXI impõe novos desafios à nossa sociedade. A fim de estarmos prontos para enfrentá-los e alinhados às recomendações do “Relatório Estratégico da NMC”, que considera importante “reinventar a Educação Básica”, nós da Fundação Telefônica Vivo, desde 2013, nos aproximamos de escolas inovadoras para incentivar o uso de tecnologias digitais em seus modelos de ensino e aprendizagem.

♣ Escola Digital

Voltada para alunos, educadores e redes de ensino, o projeto Escola Digital é uma plataforma gratuita que dá acesso a mais de quatro mil Objetos Digitais de Aprendizagem (ODAs) selecionados por especialistas em ensino-aprendizagem. Iniciativa do Instituto Natura, da Fundação Telefônica Vivo e Instituto Inspirare, foi desenvolvida em 2013 para promover melhorias na qualidade do ensino do país e democratizar a educação, utilizando linguagem adequada a todos os perfis e permitindo o avanço dos estudos em tempos diferentes.

♣ Programaê!

Programar é ensinar o computador a fazer o que quisermos que ele faça. É a máquina que aprende com o humano a realizar tarefas incríveis e não o contrário. Para isso, os dois precisam falar a mesma linguagem: a da programação, que pode ser aplicada em diversas áreas do nosso dia a dia, em âmbito pessoal e profissional. O

conhecimento digital já é considerado diferencial como habilidade de carreira, mesmo que a posição não implique em contato com códigos-fonte e conteúdo específico.

O Programaê! é um movimento cultural, criado em parceria com a Fundação Lemann, em prol da disseminação do tema programação, que dá a jovens a oportunidade de adquirir conhecimento técnico no tema, para que, no futuro, eles possam aplicar o aprendizado tecnológico em prol de benefícios para a sociedade e para si, seja na criação de aplicativos, sites ou outras ferramentas tão presentes no nosso cotidiano.

♣ **Conviva Educação**

Conviva Educação é uma plataforma virtual gratuita criada para apoiar as Secretarias Municipais de Educação na gestão de suas redes e sistemas de ensino, a fim de otimizar a vida dos gestores para que o foco de seus esforços esteja centrado no ensino e aprendizado dos estudantes.

A Fundação Vivo é uma das organizações parceiras da plataforma e acredita na relevância dessa iniciativa para garantir a equidade no acesso às informações, na formação dos dirigentes e equipe técnicas, como também para estimular uma rede de troca de experiências.

A proposta da Conviva Educação está alinhada à nossa missão de utilizar a tecnologia de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, inspirando novos caminhos para o desenvolvimento do Brasil a partir da educação.

♣ **Escolas Rurais Conectadas**

Atualmente, existem cerca de 67 mil escolas públicas do campo distribuídas nos 5.570 municípios do país, de acordo com estatísticas do Censo. Em um universo de 50 milhões de alunos matriculados, 12% estão em área rural. Respeitando as particularidades de cada região, investimos em projetos que estimulam métodos inovadores de ensino e aprendizagem, ampliando as perspectivas para crianças, adolescentes e professores que vivem em contextos rurais no Brasil.

Sob essa perspectiva, surge em 2012, o Programa Escolas Rurais Conectadas, que visa impulsionar processos educacionais diferenciados nas escolas do campo, disponibilizando, infraestrutura tecnológica, formação docente, metodologias inovadoras de ensino e aprendizagem, além de conteúdo diversificado sobre e para a educação do campo.

O programa conta com duas grandes frentes de atuação: a oferta de cursos para os professores do campo em nossa plataforma Escolas Conectadas; e a implementação de escolas laboratório para a experimentação de tecnologias digitais.

♣ Plinks

O Plinks é uma plataforma de aprendizagem lúdica-digital, criada para estimular alunos do 4º e 7º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino. Por meio de jogos, narrativas e desafios diversos, os jovens desenvolvem habilidades e competências em língua portuguesa e matemática.

O ambiente virtual permite que os alunos se divirtam enquanto aprendem e evoluem no jogo a cada acerto, tornando a experiência com a ferramenta eficaz para metodologia de aprendizado. O Plinks também proporciona um vínculo especial entre educador e aluno, pois se encontram, conversam, brincam e aprendem no mesmo ambiente. Além disso, professores e gestores podem acompanhar a evolução de cada aluno na plataforma.

O projeto é desenvolvido pela Joy Street e com apoio do Instituto Natura e da Fundação Telefônica, que reforçam o compromisso com a educação de qualidade e a importância de introduzir os jovens ao universo dos games de maneira a auxiliar no desenvolvimento educacional.

Eixo –2Empreendedorismo Social

♣ Pense Grande

O Programa Pense Grande, criado em 2013, tem como propósito difundir a cultura de empreendedorismo de impacto social com tecnologia digital para jovens

brasileiros, especialmente os que vivem nas periferias. Para isso, foram criados quatro eixos que estruturam nossa missão.

O primeiro deles, [mobilizar](#), sensibiliza a juventude para que se descubra protagonista de suas escolhas profissionais criando um campo de interesse em empreendedorismo, seja para negócios sociais, seja para ações pessoais. O segundo eixo, [formar](#), trabalha com jovens que queiram saber mais sobre o universo do empreendedorismo, oferecendo ferramentas e estratégias para desenvolver soluções em suas comunidades. O terceiro, [apoiar](#), abre oportunidades para que os jovens tenham recursos para estruturarem suas ideias em negócios sociais. O quarto e último eixo, [fortalecer](#), busca apoio aos projetos junto a instituições e iniciativas.

Eixo – 3 Cidadania

♣ Programa de Voluntariado

É por meio do Programa de Voluntariado que exercemos a cidadania e reforçamos valores de solidariedade e empatia buscando um mundo melhor e mais justo. Por isso, já faz parte da cultura do Grupo incentivar cada vez mais os colaboradores a se envolverem em ações que vivenciem esses valores.

Participar do programa, em suas diferentes iniciativas, é uma experiência transformadora na vida de muitas pessoas, tanto para quem atua diretamente ao longo do ano quanto para os beneficiados pelas diversas ações realizadas.

O Programa de Voluntariado consiste nas seguintes iniciativas:

- Dia dos Voluntários: Projeto global que envolve colaboradores de todo Grupo Telefônica, mobilizando um dia de trabalho em prol de ações solidárias.
- Vacaciones Solidárias: Iniciativa que convida colaboradores do Grupo a doarem 15 dias de suas férias para participarem de projetos que envolvem ações sociais e educativas no Brasil e no exterior.
- Game do Bem: Jogo online, interativo e colaborativo, com centenas de missões promovendo o exercício da cidadania.

- Ações Locais: os comitês de voluntariado, presentes em todos os estados do Brasil promovem ao longo do ano dezenas de ações beneficentes.

♣ O Promenino

O Promenino foi uma iniciativa da Fundação Vivo que visava contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e erradicar o trabalho infantil. O projeto esteve ativo entre 2003 e 2016, e partir de então, reunimos aqui os conteúdos de maior destaque e relevância da história do projeto.

Ao longo desses 13 anos, o Promenino produziu conteúdos e informações, promoveu a conexão entre pessoas e mobilizou a sociedade em prol das causas utilizando as novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs). O projeto contou com um site, uma página no Facebook, um canal no Twitter e uma conta no YouTube. O Promenino ainda promoveu e fortaleceu iniciativas de parceiros no enfrentamento ao trabalho infantil, apoiando organizações de atendimento direto aos jovens, como Aldeias Infantis SOS Brasil, [ChildFund Brasil](#), [Plan Internacional Brasil](#), Visão Mundial e IFAN. Entre as ações estratégicas do projeto, destacam-se os concursos envolvendo escolas, como Causos do ECA. Os cursos online de formação para professores trataram das temáticas em sala de aula, como o ECA na Escola e o ECTI, e as três edições da campanha É da Nossa Conta! promovidas entre 2012 e 2014 em parceria com o Unicef e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) mobilizaram famílias e comunidades.

No Brasil, a iniciativa nasceu de uma parceria com o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS/FIA).

Eixo - 4 Juventude Conectada

Estamos na era da conexão. Uma geração de vidas unidas pela tecnologia que é, ao mesmo tempo, produtora e consumidora de informação e conteúdo. E neste ambiente de interação amplamente globalizado, o jovem surge como grande protagonista.

Mais do que entender as oportunidades e tendências do comportamento destes nativos digitais, investir em estudos e pesquisas sobre a juventude e a cultura digital é acreditar no poder transformador do conhecimento.

Com base nos apontamentos realizado na literatura quanto aos programas e projetos sociais realizados pelas organizações em análise, foi possível mapear que a Organização A desenvolve programas e projetos educacionais voltados para preservação da memória e cultura, pois possui um Centro de memória próprio com o objetivo de preservar toda a história de 62 anos de trabalho da sua mantenedora. Conta com o programa de incentivo a leitura para crianças, este por sua vez, tornou-se uma franquia social a qual a organização procura expandir entre os estados brasileiros. Também tem como público jovens adolescentes, pois os premia de forma a incentivar a inovação e a disseminação do conhecimento. Suas ações são realizadas em parceria com escolas públicas e com a comunidade principalmente da área rural, onde oportuniza por meio do programa comunidade Integrada a realização de diagnóstico e estudos socioeconômico, a fim de, orientar o investimento social.

Para o Instituto Ethos (2004) a responsabilidade social se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.

Ao analisar o histórico da organização B foi possível visualizar que desde a sua fundação cria anualmente um programa ampliando sua atuação. Também tem como público alvo crianças e jovens brasileiros. Foca suas ações em quatro eixos como Educação Integral, Gestão educacional, Mobilização Social e Avaliação de projetos. A referida organização é uma das mais destacadas no ramo da responsabilidade social, pois possui fortes parceiros atuando junto dos seus programas. Fortalece seu trabalho, pois estabelece alianças com várias instituições estrangeiras como a Unicef .

Promove a educação, pois, entende que ela é a peça-chave para o desenvolvimento sustentável de um país. A educação integral é a sua bandeira, tendo o entendimento de que é possível compor e ofertar diferentes modalidades de educação integral em diferentes redes de ensino, por isso direciona seus esforços em dois

vetores estratégicos: formação e reconhecimento das organizações da sociedade civil na composição de modalidades de educação integral em parceria com a escola e a oferta de assessoria na formulação, adoção e no acompanhamento de políticas públicas de educação integral. Nesse sentido, a Fundação tem colaborado com a construção de planos de educação integral de estados e municípios, considerando processos de diagnóstico, articulação inter setorial, desenvolvimento curricular, formação, gestão, acompanhamento e avaliação das políticas na área.

Ao atuar com jovens adolescentes urbanos promove processos de formação ampliada, geração de oportunidades e inserção produtiva a jovens moradores de áreas de alta vulnerabilidade social.

No eixo da Gestão educacional, seus projetos visam o fortalecimento das equipes técnicas e aprimoramento da gestão dos sistemas de ensino público. Os investimentos na área são focados em setores e atores estruturantes da política educacional: -

Gestão do sistema educacional: formação de secretários e técnicos da educação de municípios, priorizando arranjos regionais e seu potencial para fortalecer o ciclo da política pública educacional, seja na concretização do plano municipal de educação, seja no aprimoramento dos fluxos de gestão da secretaria. - **Formação continuada de professores e gestores:** com foco na dimensão pedagógica de sua liderança e no aprimoramento de sua prática, sempre a serviço da aprendizagem dos alunos e em metodologias que investem em lideranças com potencial formador da própria rede. - **Avaliações externas do desempenho de alunos:** Desenvolvimento de conteúdos e ferramentas que ampliem o uso pedagógico das avaliações externas por secretários e técnicos de educação, assim como por professores e gestores escolares.

- **Relação Família-Escola:** Desenvolvimento de estratégias e conteúdos que componham um eixo sistêmico de apoio às equipes escolares nos esforços de acolhimento, apoio e parceria com as famílias de seus alunos, inclusive aqueles em situação mais vulnerável.

O Engajamento social de colaboradores, clientes e sociedade acontecem por meio da Mobilização social, na busca compartilhada de soluções efetivas para as questões sociais, especialmente as relacionadas ao direito de crianças e adolescentes à educação.

Pensando no jovem do Futuro é que a Organização C atua, tendo como principal projeto do Instituto, o Jovem de Futuro (JF) este por sua vez é uma tecnologia educacional criada em 2007, desenvolvida e testada para estimular o aprimoramento contínuo da gestão escolar, com o objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes de escolas públicas de Ensino Médio.

Por meio de parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, o Instituto C oferece assessoria técnica, formação, instrumentos e sistemas aos diversos agentes e instâncias da educação. A partir das metas definidas para a rede de ensino e para cada escola, os gestores escolares e os técnicos da Secretaria realizam uma leitura do contexto de seus resultados de aprendizagem, produzindo um diagnóstico que, por sua vez, orienta a elaboração de um plano de ação. Então, realizam, monitoram e avaliam as ações planejadas, numa governança que envolve toda a estrutura da Secretaria, inclusive o secretário. Esse processo de monitoramento permite identificar as ações que geram resultados para compartilhá-las com os diversos agentes educacionais, assim como corrigir rotas, alterando as ações que não funcionaram.

Com base nos conhecimentos e na experiência adquirida no trabalho com as Secretarias Estaduais de Educação e as escolas no Jovem de Futuro, o Instituto C desenvolveu um modelo de gestão escolar que hoje orienta a implementação do projeto nos estados parceiros. Trata-se da Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem (GEpR). Com comprometimento e responsabilidades compartilhadas, é possível fazer uma gestão mais eficiente, capaz de enfrentar as desigualdades e garantir o direito à aprendizagem. Assim como a organização B a Organização C tem uma grande rede de parceiros para fortalecer ainda mais as ações de responsabilidade social.

Nesta perspectiva Nogueira (1998, p. 85) aponta que um projeto social deve ser entendido como ações articuladas dirigidas ao campo social objetivando produzir alterações nas condições de vida dos indivíduos, grupos, famílias e regiões. Busca satisfazer necessidades insatisfeitas, construir capacidades, modificar condições de

vida ou promover alterações nos comportamentos e atitudes de grupos sociais.

Já a Organização C desenvolve programas e projetos de Inovação educativa visando estimular a autonomia, a cidadania, o protagonismo, o empreendedorismo criativo, inspirando e mobilizando ao mesmo tempo indivíduos, comunidades e o poder público. É imaginar um mundo de novas possibilidades na educação. E transformar cada uma delas em oportunidade, para mais e mais pessoas. A Inovação educativa é usar a conexão para promover a multiplicação de experiências educativas e a disseminação exponencial do conhecimento. É estimular a troca e quebrar as hierarquias no ensinar e aprender. É encontrar na tecnologia atalhos muito mais interessantes para acelerar o aprendizado, trazendo mais rápido o futuro para perto e fazendo com que as pessoas cheguem muito mais longe.

Desenvolve seus projetos em quatro eixos de atuação: Educação /Profuturo; Empreendedorismo Social; Cidadania e Juventude Conectada. No Eixo Educação/Profuturo disponibiliza o projeto Escolas Conectadas com o intuito de tornar escolas, gestores, e professores autônomos no uso de recursos tecnológicos e conhecedores de metodologias inovadoras, fortalecendo-se assim enquanto agentes sociais. As aulas, pensadas cuidadosamente para contemplar as demandas do cenário educacional brasileiro, proporcionam aos cursistas que se tornem protagonistas do próprio desenvolvimento profissional. Escolher entre uma disciplina ou outra é ter direito a selecionar a melhor maneira de preparar as aulas, elaborar projetos pedagógicos e completar a formação.

Escola Digital também é outra ação voltada para alunos, educadores e redes de ensino. O projeto Escola Digital é uma plataforma gratuita que dá acesso a mais de quatro mil Objetos Digitais de Aprendizagem (ODAs) selecionados por especialistas em ensino-aprendizagem. Realizada em Parceria com Instituto Natura, e o Instituto Inspirare, promovem melhorias na qualidade do ensino do país e democratizar a educação, utilizando linguagem adequada a todos os perfis e permitindo o avanço dos estudos em tempos diferentes.

No eixo Empreendedorismo Social disponibiliza o “Programa Pense Grande” com o propósito de difundir a cultura de empreendedorismo de impacto social com tecnologia digital para jovens brasileiros, especialmente os que vivem nas periferias. Já

no eixo Cidadania oferece o Programa de Voluntariado aos seus colaboradores a possibilidade de participar de ações voluntárias presenciais ou a distância durante todo ano nas mais diferentes áreas.

E no eixo Juventude Conectada investem em estudos e pesquisas sobre a juventude e a cultura digital, pois acreditam no poder transformador do conhecimento, na busca de uma sociedade justa e inclusiva.

Diante do exposto, verifica-se que as organizações supracitadas adotam um comportamento socialmente responsável em suas ações, são poderosos agentes de mudança ao assumirem parcerias com o Estado e a sociedade civil, na construção de um mundo mais justo.

COMENTARIOS

Esta pesquisa possibilitou mostrar que, a Responsabilidade Social é um dos grandes desafios para o caminho de uma sociedade sustentável e justa, sendo ela, responsabilidade de todos os agentes envolvidos no processo.

A pesquisa responde às questões iniciais, pois possibilitou analisar o exercício da gestão de responsabilidade social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfase na educação brasileira onde as mesmas fazem a diferença contribuindo para o a educação pública no Brasil.

Ao analisar o contexto de atuação de responsabilidade social na educação, verificou-se que a mesma tem sido prioridade na busca de parcerias e financiamento pelas Ongs. Uma das justificativas é de a falta de presença mais efetiva do Estado em alguns setores sociais e a diminuição do mesmo, fato este que tem levado o empresariado e outros setores da sociedade civil a se colocarem como ativistas da causa pública, fortalecendo um setor que atua no espaço do público, porém é privado.

Foi possível identificar o exercício da Responsabilidade Social das Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo com ênfase na educação brasileira no aspecto legal, no âmbito econômico na dimensão ética no sentido filantrópico. Sendo que, no aspecto legal, as empresas estão enquadradas legalmente, pois possuem cada qual um código de conduta e uma visão estatutária conforme demanda da empresa e da sociedade.

Também fazem uso de dedução de impostos conforme documentos legais, impostos pelo governo. Constatou-se também que no setor governamental há a necessidade de uma reforma administrativa na legislação brasileira, sendo que atualmente a Constituição determina pisos de gastos com a educação para o Executivo federal, estadual e municipal ampliando o percentual de repasse para a educação, com base no percentual anual do Produto Interno Bruto, sendo necessário repensar no destino de tais recursos antes de se optar por aumentar seu volume indiscriminadamente e efetuar uma reorganização de prioridades para que o país tenha retorno direto de seus investimentos na melhoria de qualidade educacional de toda a população.

Acredita-se, então, que o fomento às práticas de responsabilidade social empresarial, pelo Estado, às organizações do segundo setor, ainda que com o aproveitamento de alguma forma de incentivo ou renúncia fiscal ou, por meio de incentivos ou imunidades tributárias concedidas às organizações do terceiro setor, é sem qualquer dúvida, obrigação constitucional a ser cumprida pelo gestor público.

Ao Mapear o exercício da Responsabilidade Social das empresas no âmbito econômico, verificou-se que as empresas investem na educação mesmo sabendo que esse é o caminho para benefícios de longo prazo, onde, investir na educação é uma forma segura de contribuir para a superação das causas de muitos problemas sociais brasileiros.

Já o cenário econômico por parte da esfera governamental, apesar de relatórios apresentados pelos mecanismos governamentais mostrarem que o volume de recursos que o Brasil investiu nos últimos anos na educação básica a fim de priorizar a qualidade no ensino, não resolveu o problema educacional, e sim amenizou a situação, ficando visível a Ineficiência dos gastos públicos por parte do governo.

É manifestado, portanto, que a realidade retrata ainda a falta de investimentos. Apontamentos mostram que apesar dos governos aumentarem os investimentos na educação, os mesmos não são suficientes, havendo sempre a necessidade de buscar mais recursos, tanto por parte do governo quanto das empresas investidoras em educação.

Na dimensão ética da responsabilidade social das fundações as mesmas apresentaram ter postura ética em suas ações. Embora não é obrigatória a divulgação

do balanço social no Brasil, todas elas vêm adotam essa prática para mostrar seus investimentos e ações à sociedade.

A respeito do exercício da Responsabilidade Social das empresas no sentido filantrópico pode-se perceber que as mesmas realizam responsabilidade social e não filantropia empresarial, sendo que a expansão das ações de parceria com o terceiro setor, como organizações da sociedade civil possuem um alto comprometimento por meio de suas práticas onde reconhecem os resultados positivos advindos da implantação de práticas voltadas à responsabilidade social.

Tendo em vista os aspectos observados de como as Fundações Bunge, Itaú Social e Vivo realizam o exercício da responsabilidade social averiguou-se que a atuação das mesmas são por meio de projetos e programas destinados para a sociedade, pois além de atuar em parceria com as escolas públicas, os programas e projetos contemplam outras entidades sem fins lucrativos compostas por voluntários. É manifestado, portanto, que as áreas de atuação das empresas são variadas, pois as ações são voltadas para a educação infantil e fundamental, por meio da oferta de ensino integral e de cursos profissionalizantes para o ensino médio.

Ao longo da investigação buscou-se compreender as diretrizes do empresariado para a educação, visando colaborar com a materialização das políticas educacionais Brasileira. Constatou-se que a inserção do empresariado se afirmando enquanto formuladores de políticas educacionais - através de suas Fundações, constituiu-se em um movimento mais amplo e preconizando a necessidade de delimitação do papel do Estado com a oferta de serviços a ser realizados pelas organizações públicas não-estatais, contudo, apoiando-se no financiamento promovido pelo poder público estatal.

Quanto as fortalezas e debilidades do exercício da Responsabilidade Social na educação percebeu-se que existem mais pontos fortes do que debilidades, onde o exercício da responsabilidade exercido pelas fundações aqui analisadas mostrou um comportamento socialmente responsável em suas ações, sendo estes, poderosos agentes de mudança ao assumirem parcerias com o Estado e a sociedade civil, na construção de um mundo mais justo. Desta forma, a sensibilidade social da empresa é percebida, proporcionando a avaliação da eficácia e eficiência de uma organização em seus esforços em buscar ações que satisfaçam às obrigações sociais.

Sendo assim, evidencia-se diversas mudanças no processo educacional nos últimos tempos decorrentes às transformações no campo político, social e econômico, onde, os novos paradigmas da educação se fundamentam no manifesto desenvolvimento científico e tecnológico.

Quanto as debilidades, o presente estudo mostrou que apesar dos investimentos e esforços dos agentes envolvidos, infelizmente o cenário educacional ainda se apresenta deficitário devendo ser revisto a forma de gestão, a existência de um currículo mínimo bem estruturado para todas as escolas brasileiras, a fim de assegurar a todas as crianças, com ênfase especial ao acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade e também assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos no atendimento a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;

Por fim, pode-se conceber, portanto, que a Responsabilidade social é o grande marco do século, e as empresas que não estiverem alinhadas as suas Responsabilidades, provavelmente não construirão uma imagem de qualidade perante a Sociedade. Assim percebeu-se que elas estão cumprindo seu papel com por meio de suas ações, investindo de forma correta e inteligente os recursos reservados para a aplicação na Sociedade principalmente na educação.

RECOMENDAÇÕES

Tenciona-se, sim, que este trabalho tenha um significativo alcance social, e que possa suscitar outros pesquisadores a um maior aprofundamento sobre o assunto aqui exposto, de maneira a contribuir para que o Brasil deixe de figurar como a nação das desigualdades sociais, onde a responsabilidade social possa ter maior efetividade por parte daqueles não a praticam.

Que tal estudo possa ser ampliado para identificar que novas ações de responsabilidade social tanto por parte das empresas quanto por parte da gestão governamental sejam criadas de forma mais específicas, relevantes e mensuráveis, para que todo cidadão possa usufruir de seu direito à educação. E que possa elaborar um material com diretrizes da responsabilidade social com uma linguagem única para a

classe empresarial, para o terceiro setor, para os gestores educacionais com o intuito de socializar informações onde todos os atores envolvidos tenham um caminho alinhado com o exercício da responsabilidade social no âmbito legal, econômico, ético e filantrópico, ampliando as ações para quem nunca se beneficiou dela, decorrente da falta de conhecimento.

Para tanto, recomenda-se um estudo aprofundado para a produção de um plano ou documento norteador entre as instituições com diretrizes para aumentar o número de iniciativas encabeçadas pelas organizações interessadas a investir, pois atualmente as ações são muito pontuais e, por isso, seu alcance é restrito a um número limitado de escolas.

Referências

- Abbagnano, N. (1998). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Abrantes, T. (2017). 5 jovens relatam por que abandonaram o ensino médio. *Revista Exame*. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/brasil/4-jovens-relatam-por-que-abandonaram-o-ensino-medio/>
- Ashley, P. A. (2002). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva.
- Alves-mazzotti, A. J.; Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.
- APPOLINÁRIO, F. (2011). *Dicionário de Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Armani, D. (2009). *Como elaborar projetos?: Guia prático para elaboração e gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo editorial.
- Baptista, M.V.(2002). *Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras.
- Barbosa, M. N. L. e Oliveira, C. F. (2003). *Manual de ONGs: guia Prático de Orientação Jurídica*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Barbosa, E. R. N. (2003). *A Responsabilidade social das empresas e os projetos sociais: filantropia ou emancipação social?*.(Tese doutorado inédita) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003.
- Barroso, J. (2006). *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa, Portugal: Educa.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Belloni, I.; Magalhães, H. e Souza; L. C. (2003). *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

- Blume, Bruno André (2017). *Quanto o governo investe em saúde e educação?* Recuperado de <http://www.politize.com.br/quanto-governo-investe-saude-educacao/>
- Bomfim, L. A. (2010). *Projeto social: um objeto de estudo construído na teia de suas significações sociais*. São Paulo: USP. (Tese de Doutorado inédita). Universidade de São Paulo.
- Boschi, R.R.; Diniz, E. (1990). *Empresários e constituinte: continuidade e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (Org.). *Continuidade e mudança no Brasil na Nova República*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais.
- Borges, F. G. (2001). *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado inédita). Universidade de São Paulo.
- Boutinet, J. P. (1990). *Antropologia do projeto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BRASIL. Código de Tributário Nacional. (2011) Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/CodTributNaci/ctn.htm>. Acesso em: 22 jan. 2011
- BRASIL. *Constituição Federal - 1988*. Reparado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- BRASIL. *Lei De Diretrizes e Bases para A Educação Nacional – LDB*(Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Reparado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- BRASIL. LEI No 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 27/12/2016.
- Branco, M. das G. F. (2002). *Parceria empresa/escola: alternativa para a melhoria da qualidade do ensino?* Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Dissertação (Mestrado)
- Botrel, M. de O.; Araújo, P. G. de; Pereira, J. R. (2010). *Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil*. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Lavras, Minas Gerais, Brasil, 4
- Carroll, A. B. (1999). *Corporate Social Responsibility. Business and Society*. Chicago.
- Chiavenato, A. (2012). *Introdução à teoria geral da administração*. 7. ed. Rio de Janeiro : Elsevier.

Camargo, M. F. de; et. al. (2001). *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Futura.

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola. (2001). *Revista Agitação*, Brasília, ano VII, v. II, n. 39, maio/jun.

Coutinho, A. F. (ano). *Filantropia em educação no Brasil: a outra face da oferta de educação básica aos pobres ou demissão do estado? Reparado de www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-4561-int.pdf*

Delors, J.(Org.). (2003). *Educação, um tesouro a descobrir*. Lisboa: ASA/UNESCO.

Demo, P. (2001). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Dias, Tatiana. (2016). *Censo da Educação 2015 mostra que índices melhoraram ao longo dos últimos anos*. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso>

Di Pietro, M. S. Z. (2008). *Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas*. São Paulo: Atlas.
Drucker, P. F. (1996). *Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século*. 6.ed. São Paulo: Pioneira.

Falconer, A. P. (1999). *A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado em Administração)

Fonseca, J. J. S.(2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Reparado de www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf

França Filho, G. C. (2008) *Definido Gestão Social*. In: Silva Jr, J.T.; Mâish, R.T.; Cançado, A. C. *Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária.

Froes, C.; Neto, F. P. M. (1999). *Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Franco, A. (2001). *Terceiro setor: a nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento*. Brasília: Agência de Educação para o desenvolvimento (AED).

Friedman, M. (1985). *Capitalismo e liberdade*. 2ed. São Paulo: Nova Cultural.

Garcia, R. M. C., (1998). *Interações Voltadas à Cidadania e à Filantropia na Escolarização de sujeitos que apresentam sequelas motoras*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. *Censo 2015*. São Paulo: GIFE.
Recuperado de www.gife.org.br/

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. *Censo Gife 2009-2010*. (2011).
São Paulo: GIFE, Recuperado de www.gife.org.br/

GIL, A. C. (2004). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

_____. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gomes, W.S. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

Grazzioli, A. (2016). O Marco Regulatório do Terceiro Setor e a Lei 13.019/2014. 2016.
Reparado de: em: <http://observatorio3setor.com.br/colunas/airton-grazzioli-curador-de-fundacoes-de-sao-paulo/o-marco-regulatorio-do-terceiro-setor-e-a-lei-13-01914/>

Hilsdorf, M.L.S. (2006). *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Learning.

Hopkins, *John. (ano). Dados sobre filantropia no Brasil – Forbes: os 10 maiores filantropo do mundo. NationalPhilanthropicTrust: dados sobre filantropia nos EUA – O Glob: filantropia de bilionários.*

HUBERT, R. (1976). *História da pedagogia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. (2009). *Cadastro Central de Empresas*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE. 137p.

Instituto Ethos. (2000). *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*. São Paulo.

Instituto Ethos. (1998). *Responsabilidade Social nas Empresas*. São Paulo.

Instituto Ethos. (1999). *CENPEC: O que as empresas podem fazer pela educação*. São Paulo.

IOSCHPE, Evelyn, et al. (1997). *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2006) *PesquisaAção Social das Empresas*. Brasília: Ipea,. Recuperado de <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/>

Kon, Anita. (2013). *Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública*. Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP), | n. 41 | jul./dez.

Kroetz, C.E.S. *Balanço Social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Lacombe, F. J. ; Heilborn, G. L.J. (2003). *Administração: Princípios e tendências*. São Paulo: Saraiva.

Lakatos, E. M. de A.; Marconi, M. de A. (2010). *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

(Lapassade, G. (1992). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Lehfeld, N. A.S. (1991). *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes.

Lima, A.L. d'Império. (2014). *A aposta do investimento social privado na educação*. IN: Censo GIFE 2014. São Paulo: GIFE.

Ludke, M.; André, M. E. D. A. de.(1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária.

Luz, L. X. (2009). *Participação do Empresariado na Educação no Brasil e na Argentina*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado)

Martins, A. S. (2017). *“Todos pela educação”:o projeto educacional de empresários Para o Brasil século XXI*. Recuperado de <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho>

Mattar, F.N. (1993). *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas.

Maximiano, A. C.A. (2000). *Introdução à Administração*. São Paulo: Atlas.

- Melo Neto, F. P. de; Froes, C. (2001). *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Melo, A. (2008). *Um Capítulo da História entre Empresários e a Educação no Brasil: a Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas, 1993*. In: Trabalho necessário, Ano 6, n.7.
- Menegasso, M. E. 2002. *Responsabilidade social das empresas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo.
- Minayo, M. C. S. (Org.).(2003). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis:Vozes.
- Mifano, G. (2002). *A crise mundial de confiança nas empresas: uma questão de Responsabilidade Social*.
http://www.ethos.org.br/docs/conceito_praticas/publicações/
- Montana, P. J.; Charnov, B. H.(1998). *Administração*. São Paulo: Saraiva.
- Montaño, C. (2012). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.
- Montaño, C. (1999). *Das 'lógicas do Estado' às 'lógicas da sociedade civil': Estado e 'terceiro setor' em questão*. Serviço Social & Sociedade, ano 20. n.59, p. 47-79, mar.
- Moraes, A.M.P. (2004). *Introdução à Administração*. São Paulo: Prentice Hall.
- NEVES, J. L. *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades*. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2º sem., 1996
- Nogueira, R. M. (1998). *Los proyectossociales: de la certeza omnipotente al comportamiento estratégico*. Santiago de Chile: Cepal.
- Oliveira, G. P. de. *Contabilidade Tributária*. (2009). 3. ed. São Paulo: Saraiva.
- Paes, A. P. (2004). *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: FGV.
- Paula, E. de L. M. (2015). *O impacto dos projetos sociais na educação: um estudo de caso*. In:XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão 13 e 14 de agosto de 2015. Recuperado de http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_136.pdf

Porter, M. E. (1999). *Competição: estratégias competitivas essenciais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus.

Regadas, M. (2016). *Ta na hora de falar sobre: aqueles 10% do PIB*. Recuperado de mapaeducacao.com/

Richers, R. (1986). *O que é Empresa*. São Paulo: Ática.

Rico, E. M. (2004). *A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo em Perspectiva: vol.18 no.4 . Recuperado de <http://www.scielo.br/>

_____. 2001. *Filantropia Empresarial e a Gestão de Projetos Sociais*. 2001. 159 p. Tese (Doutorado). Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

_____. (1997). *O empresariado, a filantropia e a questão social*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 11, n. 4, p. 60-69, out.-dez.

Rothgiesser, T. L. (2004). *Terceiro Setor: a Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor*. Reparado de http://www.terceirosetor.adm.br/ts_asociedadecivil.htm .

Saviani, D. (1997). *A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados.

Sandroni, P. (1994). *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller.

Santos , S.R. de A.; Machado, M. N. da M. (2015). *Ações de responsabilidade social corporativa, vistas pela mídia, por empresas e por usuários*. Recuperado de <http://www.abrapso.org.br/>

Schwartzman, S.(2004). *As causas da pobreza*.Rio de Janeiro: FGV.

Severino, A. J. (2007) *Metodologia do Trabalho Científico*. 24. Ed. São Paulo. Editora Cortez.

Shiroma, E. O. (Org.).(2007). *Política Educacional* 4. ed. Rio Janeiro: Lamparina.

Silva, R. D. da (2001). *O melhor caminho, para àquele que deseja trilhar o rumo da responsabilidade social e do marketing social*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Silva, D. L. A. da (2009). *Responsabilidade social empresarial: a Constituição Federal*

Brasileira e o terceiro setor. Recuperado de <http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/marketing/responsabilidade-social-empresarial-a-constituicao-federal-brasileira-e-o-terceiro-setor/>

- Souza, P.de.; Appio, J.; Canopf, L. (2014). *Responsabilidade Social: verificando o envolvimento das cooperativas de São João*. In: III congresso nacional de pesquisa em ciências sociais aplicadas III CONAPE - Francisco Beltrão/PR, 01, 02 e 03 de outubro de 2014.
- Sposati, A. O. et al. (1988). *A assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras*. São Paulo: Cortez.
- Targino, E. C. B. (2008). *Terceiro Setor: Responsabilidade Social das Empresas e a contribuição das Relações Públicas*. RP em Revista. Salvador/Ba
- Tenório, F. G.(2006). *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV.
- Tenório, F. G.(2006). *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado*. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí.
- Toffler, A.(1985). *A empresa flexível*. Rio de Janeiro: Record.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- TZU. S. (1999). *A arte da guerra*. São Paulo: Paz e Terra. Recuperado de http://unes.br/Biblioteca/Arquivos/A_Arte_da_Guerra_L&PM.pdf
- UNESCO. (2015). *Relatório de monitoramento global EPT 2015*. Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios.58p. Recuperado de www.unesco.org/publishing.
- UNESCO. (2016). *Educar para um futuro sustentável*. Recuperado de <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/educating-for-a-sustainable>
- Veiga, W. E. (2009). *Gestão de projetos especiais em uma universidade comunitária (PUC-SP)*. São Paulo: PUC-SP. (Tese de Doutorado inédita). Universidade Federal de São Paulo.
- Vergara, S.C.; Branco, P. D. (2001). *Empresa humanizada: a organização necessária e possível*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.41, n.2, p. 20-30, abr./jun.

Wolter, S.; Mathias, W. F. (1996). *Projetos: planejamento, elaboração e análise*, São Paulo: Atlas.

Yin, R. K. (1999). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman.